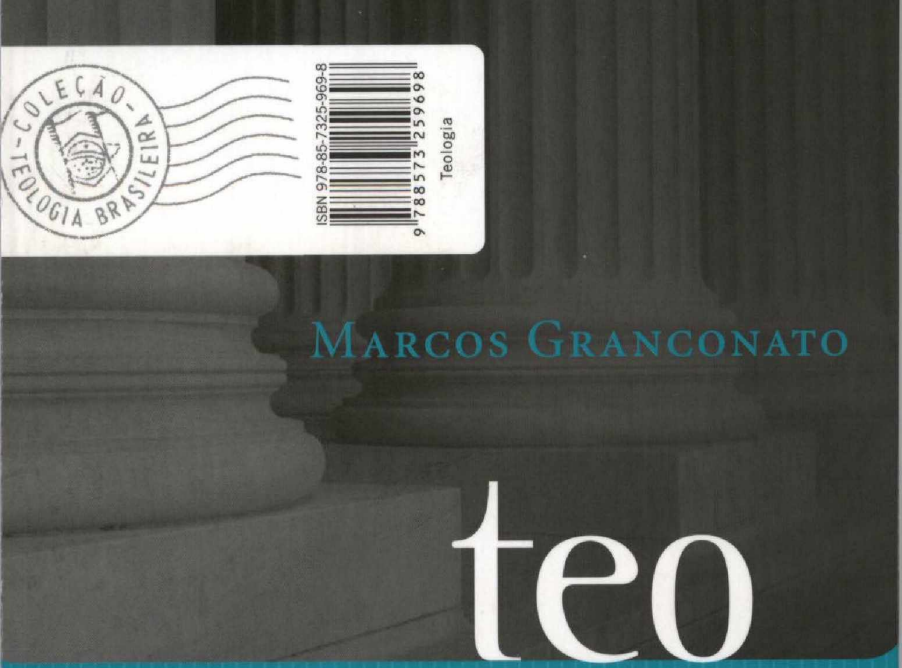

COLEÇÃO - TEOLOGIA BRASILEIRA

ISBN 978-85-7325-969-8
9 788573 259698
Teologia

MARCOS GRANCONATO

teologia

Fundamentos da

do Novo Testamento

MARCOS GRANCONATO

FUNDAMENTOS DA TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO

MC
mundocristão
São Paulo

Copyright © 2014 por Marcos Granconato
Publicado por Editora Mundo Cristão

Os textos das referências bíblicas foram extraídos da *Nova Versão Internacional* (NVI), da Biblica Inc., salvo indicação específica. Eventuais destaques nos textos bíblicos e citações em geral referem-se a grifos do autor.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/02/1998.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios (eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação e outros), sem prévia autorização, por escrito, da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Granconato, Marcos

Fundamentos da teologia do Novo Testamento / Marcos Granconato — São Paulo: Mundo Cristão, 2014.

Bibliografia

1. Bíblia. N. T. — Teologia I. Título.

13-12343 CDD-230.0415

Índices para catálogo sistemático:
1. Novo Testamento: Teologia bíblica 230.0415
2. Teologia bíblica: Novo Testamento 230.0415
Categoria: Teologia

Publicado no Brasil com todos os direitos reservados pela:
Editora Mundo Cristão
Rua Antônio Carlos Tacconi, 79, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04810-020
Telefone: (11) 2127-4147
www.mundocristao.com.br

1ª edição: fevereiro de 2014

À minha filha Helena: linda e alegre.

Encontre o tesouro,
encontre a rocha.
Suba na pedra,
encontre a caverna.
Entre na caverna,
escave a areia.
Abra o tesouro:
é um lindo livro poderoso!

Sofia Granconato, aos 4 anos

Sumário

Agradecimento 9
Introdução 11

Capítulo 1
Teologia do Novo Testamento: Definição, necessidade e relevância 15

Capítulo 2
O século mais importante da história 25

Capítulo 3
Os mistérios outrora ocultos 67

Capítulo 4
Os mistérios do Reino 78

Capítulo 5
Os mistérios da salvação 110

Capítulo 6
Os mistérios da comunidade da fé 141

Capítulo 7
Os mistérios escatológicos 154

Capítulo 8
Os mistérios jamais revelados 165

Conclusão: O adorno de todos os mistérios 205
Referências bibliográficas 209
Sobre o autor 213

Agradecimento

À Igreja Batista Redenção que, generosamente,
me concedeu um período sabático, proporcionando
o tempo necessário para a composição deste livro.

Introdução

> Esta obra não é um escrito composto segundo as regras da arte, por ostentação, mas um tesouro de notas para a minha velhice, remédios contra o esquecimento, imagem sem artifícios, simples esboço de ensinamentos claros e espirituais que mereci ouvir da boca de homens felizes e eméritos.
>
> CLEMENTE DE ALEXANDRIA (c. 150-c. 217),
> *Stromata* [Miscelâneas].

A MANIFESTAÇÃO DE CRISTO A ESTE mundo por meio da sua encarnação foi o ápice da revelação de Deus ao homem (Hb 1.3), mas de modo algum pôs termo ao maravilhoso processo de desvendamento tanto da mente como do ser divino. Na verdade, esse processo continuou por algum tempo, mesmo depois da ascensão de Jesus.

É sabido que, nos dias de sua humilhação, o Senhor pregou, ensinou, corrigiu e admoestou os homens, mostrando-lhes a vontade e o plano do Pai. Ele, pois, não revelou Deus somente através de seu caráter e suas obras, mas também por meio de seus discursos. De fato, a revelação do Verbo, além de pessoal, foi também *verbal*, trazendo à luz verdades que muitas vezes deixaram os religiosos de seu tempo atônitos e irritados.

Jesus explicou essas reações dizendo que os farrapos do judaísmo corrompido não poderiam suportar um remendo feito com o pano novo da sua doutrina. Os odres velhos da religião vigente

em Israel se romperiam caso fosse despejado dentro deles o vinho novo de seus ensinos (Mt 9.14-17). Isso significava que novos passos estavam sendo dados no cumprimento do programa de revelação de Deus. Inequivocamente, apontava para o fato de que um novo conjunto de verdades até então ocultas estava vindo à luz.

Esse processo iniciado pelo Senhor prosseguiu mesmo depois de sua partida. À luz das Escrituras, os veículos que Deus usou para dar-lhe seguimento foram os apóstolos e profetas do Novo Testamento (Ef 3.5). O método que utilizou, como se sabe, foi a supervisão, pelo Espírito Santo, dos escritos daqueles homens, protegendo-os de qualquer erro — um fenômeno denominado "inspiração" (2Tm 3.16; 1Co 2.13; 2Pe 1.20-21).

Os 27 livros que compõem o Novo Testamento foram o resultado desse processo de inspiração. A primeira obra desse conjunto a ser escrita foi talvez Gálatas, cuja origem data de cerca de 50 d.C. Não há dúvidas, porém, de que a carta de Tiago também foi escrita antes do concílio de Jerusalém (49 d.C.), o que a aponta como outra forte candidata ao posto de primeira obra escrita do Novo Testamento. Apocalipse, escrito provavelmente no início da década de 90, foi certamente o último livro do conjunto canônico a vir à luz. Esse conjunto, portanto, foi produzido ao longo de cerca de quarenta anos e, sob o manto protetor da inspiração divina, completou a revelação de Deus nas Escrituras, tornando-se a fonte principal dos fundamentos teológicos sobre os quais a igreja edifica seus ensinos e suas práticas.

Este livro trata precisamente desses fundamentos — doutrinas antigas, hoje esquecidas ou desprezadas por muitos, mas caras aos gigantes do passado, nossos corajosos pais na fé. Em diversos lugares, o Novo Testamento chama essas doutrinas de "mistérios". Por isso, esta obra foi dividida em oito capítulos que, em sua maioria, tratam das diferentes categorias em que esses mistérios podem ser classificados.

Antes, porém, de apresentá-las, o livro mostra a importância do assunto e a necessidade de sua divulgação nos dias atuais (capítulo 1). Em seguida, o capítulo 2 situa o leitor no contexto histórico em que os mistérios teológicos do Novo Testamento vieram à luz. Depois, no capítulo 3, é proposta uma definição de "mistério", além de serem apresentadas certas ressalvas com o objetivo de prevenir o leitor contra perigosas tendências modernas.

São os capítulos 4 a 7 que tratam respectivamente de cada classe de mistérios: os mistérios do Reino, os mistérios da salvação, os mistérios da comunidade da fé e os mistérios escatológicos. O capítulo 8 também traz comentários sobre uma classe distinta de mistérios: aqueles que sabemos existir, mas cujos contornos exatos jamais foram revelados ao homem. Nesse capítulo descreve-se, inclusive, a atitude que o crente deve nutrir diante de realidades teológicas tão obscuras.

Em sua conclusão, este livro exorta o leitor a prosseguir no estudo da sã doutrina, sem, contudo, negligenciar outros deveres próprios do cidadão do céu, como o serviço, a piedade e, especialmente, o amor.

Consideremos então, a partir de agora, os mistérios de Deus, verdadeiros fundamentos da teologia do Novo Testamento.

Capítulo 1

Teologia do Novo Testamento: Definição, necessidade e relevância

E conhecerão a verdade, e a verdade os libertará.

JESUS DE NAZARÉ, *João* 8.32

O QUE É TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO?

O conhecimento da doutrina cristã é essencial para a plena libertação do homem, sendo certo que a teologia do Novo Testamento é o arcabouço principal de toda a instrução que emana do cristianismo verdadeiro. Antes, porém, de expor com mais exatidão a importância e a necessidade dessa teologia, será útil limitar o alcance do assunto construindo os contornos de uma definição. Aqui é proposta a seguinte:

> Teologia do Novo Testamento é o arranjo ordenado das doutrinas reveladas ou reafirmadas por Deus no século 1, detectadas nos escritos neotestamentários e usadas como fundamento singular e intocável na construção do pensamento, da ética e do padrão funcional da igreja cristã autêntica.

Essa definição mostra a necessidade urgente de dar ao ensino neotestamentário o lugar de preeminência na pregação e no funcionamento das igrejas nos dias de hoje. A instrução nos mistérios revelados no Novo Testamento afastará o crente dos prejuízos gerados pelos modelos teológicos modernos, como a *teologia da*

prosperidade, que há décadas conta com a constante adesão das massas, a *teologia do processo* e o *teísmo aberto*, estes últimos florescendo especialmente dentro de círculos evangélicos intelectuais. Ora, essas tendências, quando acolhidas, geram inúmeros e terríveis males que se alastram sobre todas as áreas da vida, destruindo a fortuna, a fama, a família e o futuro das pessoas.

Livramento da superstição e da fraude

Muito se tem dito sobre a teologia da prosperidade. Sendo o mais popular entre os três exemplos listados no fim da seção anterior, bastante atenção já lhe foi dada por escritores cristãos sérios que expuseram seus ensinos e o impacto que tem causado a milhares de vidas.

Basicamente, a teologia da prosperidade ou "triunfalismo" pode ser definida como o modelo doutrinário que assegura aos crentes riquezas materiais e saúde física caso tenham um grau superior de fé. Essa suposta fé elevada deve se expressar de forma válida no ato de contribuir com a igreja, dando-lhe o máximo de dinheiro, mesmo (e especialmente!) quando o fiel estiver passando por duras privações. Os expoentes dessa teologia também prometem vitórias sobre demônios e maldições que supostamente provocam fracasso e miséria na vida das pessoas.

Anexa à teologia da prosperidade está a doutrina da *confissão positiva*, segundo a qual o crente pode obter vitórias contra as vicissitudes da vida através das frases que pronuncia. Palavras de ordem ou de reprimenda, tais como "Eu determino", "Eu não aceito" ou "Eu repreendo", são tidas como capazes de operar alguma mudança na realidade ao redor, livrando o crente dos revezes que lhe sobrevieram. Também afirmações do tipo "Eu tomo posse" ou "Eu declaro a vitória" são classificadas como construções permeadas de grande poder para alterar os rumos da vida de alguém, conduzindo ao sucesso.

Apesar da mensagem que apregoa não ser encontrada no Novo Testamento (cf., p. ex., At 3.6; 2Co 12.7-10; Gl 4.13-14; 1Tm 6.8-9; 2Tm 4.20; Hb 10.34; Tg 2.5, etc.), a teologia da prosperidade, oferecendo tudo o que os homens anelam (2Tm 4.3-4), faz grande sucesso no Brasil e no mundo. É verdade que, recentemente, algumas igrejas que a proclamam apresentaram sinais de declínio. Contudo, é inegável que essa vertente religiosa continua viva e ativa, sempre conquistando novos e numerosos adeptos.

O sucesso e o alcance desse tipo de teologia prejudicial comprovam a necessidade urgente de um retorno da igreja à teologia do Novo Testamento em toda a sua pureza como único antídoto contra a superstição e a fraude religiosa. Com certeza, os cristãos nutridos pelo genuíno leite da Palavra de Deus não serão mais como crianças, "levados de um lado para outro pelas ondas, nem jogados para cá e para lá por todo vento de doutrina e pela astúcia e esperteza de homens que induzem ao erro" (Ef 4.14).

Rejeição das vãs filosofias

O conhecimento da teologia do Novo Testamento também livrará o crente dos desvios perniciosos da teologia do processo. Esse modelo tem seu principal núcleo de estudos na Escola de Teologia de Claremont, na Califórnia, e seu expoente mais conhecido é John Cobb Jr. (1925-). Trata-se de uma proposta doutrinária baseada nas concepções do filósofo e matemático Alfred North Whitehead (1861-1947), ex-professor em Harvard e autor do livro *Process and Reality* [Processo e realidade] (1929).

Segundo Whitehead, a realidade não deve ser entendida como composta de substâncias, mas sim em termos de eventos interligados. Para ele, o real é o que ocorre numa cadeia universal de acontecimentos. O próprio Deus é envolvido por essa teia de eventos. Ele a organiza, mas também faz parte dela e a contém, sendo influenciado pela dinâmica de acontecimentos no cosmos.

Assim, de acordo com esse modelo doutrinário, Deus não é eterno, onisciente e, muito menos, imutável. Antes, participando de uma cadeia integrada de acontecimentos, ele próprio está sempre mudando, enquanto se relaciona com o mundo também em constante mutação. Deus é imutável somente no tocante ao seu perfil moral, isto é, seu caráter, e aos seus ideais e anseios, que permanecem sempre os mesmos. Porém, na sua experiência como ser, ele sofre mudanças à medida que vivencia o mundo, podendo decepcionar-se, surpreender-se e aprender.

Um traço distintivo dessa concepção é que, no envolvimento de Deus com o mundo, ele tenta persuadir as pessoas a fim de que sua vontade seja realizada. Ocorre, porém, que o homem, fazendo uso do livre-arbítrio, pode resistir a Deus em suas tentativas de persuasão. Essa resistência gera grande sofrimento à divindade, empobrecendo seu relacionamento com o universo que, de outra forma, seria rico, produtivo e feliz.

Nesse aspecto vê-se que, para o teólogo do processo, Deus não é onipotente no sentido de que não tem força coercitiva. Esse é um dos pontos centrais dessa vertente teológica: estando o universo sujeito a processo e mudança, a autodeterminação é fator crucial nos desdobramentos da realidade. Por isso, Deus não força o acontecimento de nada, limitando sua atuação a meras tentativas de persuasão, sem jamais violar o livre-arbítrio humano.

A ênfase da teologia do processo na livre vontade das criaturas diante de um Deus que apenas as convida a se harmonizar com o seu Reino desemboca em conclusões surpreendentes. Os teólogos do processo ensinam que Deus não realiza intervenções sobrenaturais na história nem conhece o futuro, pois este depende das decisões livres dos indivíduos. Além disso, ao lidar com o problema do mal e do sofrimento os mestres do processo afirmam que Deus não pode impedir a dor, a maldade ou as catástrofes, uma vez que não direciona as ações das entidades reais. Diante

dessas misérias, tudo o que ele pode fazer é assumir o papel de um "grande companheiro — o coparticipante no sofrimento que também o compreende".[1]

As estranhas conclusões propostas pela teologia do processo podem também ser encontradas no teísmo aberto (ou do livre-arbítrio), modelo proposto especialmente por Clark Pinnock (1937-) e John Sanders (1956-). O teísmo aberto ensina igualmente que, sendo o homem verdadeiramente livre, isso impede que Deus exerça controle meticuloso sobre o universo, sob pena de interferir nessa liberdade. Deus também não predetermina nem conhece o futuro plenamente. Ele limita, desse modo, a sua própria soberania e, assim, se "abre" a fim de garantir o exercício do livre-arbítrio humano em toda a sua plenitude.

A diferença entre a teologia do processo e o teísmo aberto, presentes também no Brasil, parece estar apenas em seu ponto de partida. A primeira tira as rédeas da história das mãos de Deus partindo de uma concepção que o insere numa rede de relacionamentos dentro da qual a própria divindade sofre mudanças fatais e só é capaz de fazer tentativas de intervenção no destino do universo. A segunda reduz a soberania divina partindo de uma tônica inflexível sobre a liberdade humana, tendo-a como intocável. Em ambos os casos, a vontade pessoal de Deus deve ceder diante das decisões humanas. Assim, é Deus quem diz ao homem: "Seja feita a sua vontade".

Com que instrumentos o povo de Deus pode fazer oposição a esses ensinos? Como pode resistir a essas formas de filosofia pagã que circulam dentro da igreja de Jesus travestidas de teologia cristã? Mais uma vez, somente a instrução dos crentes no ensino que procede da pena apostólica poderá livrá-los dos devaneios da vã sabedoria humana.

[1] Alfred North Whitehead, *Process and Reality*, p. 351.

Estudando o Novo Testamento, o cristão rejeitará a teologia do processo, aprendendo que Deus é transcendente, distinto do universo que criou, situando-se infinitamente acima dele (At 17.24; Ef 1.21-22; Ap 3.14; 4.11). Descobrirá que o Senhor não é imutável somente em seu caráter e anseios, mas também em suas decisões e na forma como administra sua graça (Tg 1.17).

Além disso, descobrirá ainda que a vontade de Deus é soberana, não podendo jamais ser resistida (Rm 9.19-21; Ef 1.11); que seu conhecimento do futuro é pleno e certo (Mt 24.2; Lc 17.30-31; 2Ts 2.1-12; Ap 1.19), visto que o amanhã foi escrito e determinado por ele (At 4.27-28). E mais: o estudioso da teologia cristã autêntica encontrará a verdade de que Deus não somente interfere na história das pessoas dando-lhe o rumo que bem entende (At 17.26), mas que ele também altera a vontade dos homens, endurecendo ou quebrantando o coração de quem quer (Jo 6.65; At 16.14; Rm 9.18; Ef 2.13).

Ao final, esse estudante fatalmente concordará, sem reservas, com a famosa distinção que Blaise Pascal (1623-1662) fez em seu *Memorial*: "Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó e não dos filósofos e dos sábios...". Também entenderá melhor o que Tertuliano de Cartago († c. 220) quis dizer quando escreveu na sua *Prescrição contra os hereges*:

> O que, de fato, tem Atenas que ver com Jerusalém? Que harmonia há entre a Academia e a Igreja? Que união entre hereges e cristãos? Nossa instrução vem do "Pórtico de Salomão" que ensinou que o Senhor deve ser buscado com simplicidade de coração. Fora com todas as tentativas de produzir um cristianismo com cores estoicas, platônicas e dialéticas! Depois de termos possuído Cristo Jesus, não temos interesse em nenhuma disputa especulativa. Depois que desfrutamos do evangelho, nenhum debate inquisitivo nos atrai. Ao lado da nossa fé não queremos nenhuma outra crença. Uma vez

que essa é nossa excelente fé, não há nada em que queiramos crer além dela.[2]

A referência que Tertuliano faz ao *Pórtico de Salomão* evoca Atos 3.11 e, especialmente, 5.12, onde se diz que esse era o local em que a igreja se reunia no início para aprender a doutrina dos apóstolos. É precisamente com essa matéria que se ocupa a teologia do Novo Testamento. Pouco ou nada tem a ver com as especulações da mente humana, sendo vacina e remédio contra todas as enfermidades do pensamento.

Um ciclo salutar

É claro que o universo teológico protestante do Brasil não está contaminado apenas com a teologia da prosperidade, com a teologia do processo e com o teísmo aberto. Quem dera esses fossem os únicos desvios! Há focos da teologia da libertação (destacando a salvação como livramento da opressão social), há seminários que defendem o velho liberalismo teológico (negando a possibilidade de milagres e até a historicidade da ressurreição de Cristo), proliferam mestres e pastores neo-ortodoxos (que, entre outras coisas, rejeitam o conceito bíblico de inspiração das Escrituras) e multiplicam-se líderes evangélicos com discursos pós-modernos, inclusivistas e universalistas (especialmente os proponentes da chamada "igreja emergente").

O mosaico do engano doutrinário é multicolorido, comprovando a importância e a necessidade de a igreja voltar-se com mais dedicação para a teologia do Novo Testamento.

Deve-se, porém, destacar que o retorno às páginas da literatura apostólica não é preciosa somente por causa do seu valor apologético ou porque tem o poder de prevenir o crente contra

[2] VII. Em: A. Roberts; J. Donaldson; A. C. Coxe, *The Ante-Nicene Fathers*, vol. 3, p. 246-247.

a superstição e a vã filosofia. De fato, o conhecimento do ensino neotestamentário é útil também porque provoca no crente uma maior inclinação à vida de santidade. É o que ensina Gregório de Nazianzo (c. 329-c. 390), um dos maiores pais da igreja:

> Não é a qualquer um, meus amigos, que pertence o privilégio de filosofar sobre Deus; realmente, não é a qualquer um. Essa matéria não é assim, do tipo tão banal e vil. E devo acrescentar: não se deve fazê-lo diante de qualquer audiência... porque isso é permitido somente àqueles que foram examinados, tornaram-se mestres na reflexão, sendo previamente purificados na alma e no corpo... Pois, seguramente, não é bom para o impuro tocar em algo puro, assim como não é saudável que os olhos fracos se fixem nos raios do sol.[3]

Ele tinha razão. É preciso ter vida reta não só para expor a teologia sadia, mas também para ouvi-la e aprendê-la. Realmente, quem tenta expor ou aprender a doutrina cristã enquanto vive num vácuo espiritual traz prejuízos tanto para si como para a igreja. Orgulho, irreverência, escárnios, discussões vãs, intrigas e desvios abomináveis geralmente são os frutos produzidos na vida de quem olha para a luz da verdade enquanto anda nas trevas da mentira. Por isso, Gregório acertou ao destacar a necessidade de retidão na alma de quem se aproxima dos oráculos de Deus, tanto para conhecê-los como para debatê-los ou explicá-los.

O nazianzeno, contudo, vai além. Ele ensina que o teólogo deve ser santo para que a doutrina cristã produza nele compreensão maior: "... ele deve se esforçar o quanto puder para ser puro a fim de que a luz [da verdade] possa ser assimilada pela luz [que emana de sua própria vida]". Ele também afirma que a Palavra

[3] Em: Philip Schaff, *The Nicene and Post-Nicene Fathers*, vol. 7, p. 285.

será infrutífera se cair em solo árido. Se, porém, cair em boa terra, produzirá muito fruto.[4]

Gregório demonstrou, assim, que é possível haver um ciclo salutar no estudo da teologia: a vida santa assimila a sã doutrina, sendo a única capaz de refletir corretamente sobre ela; já a sã doutrina, uma vez assimilada, produz no teólogo piedoso retidão ainda maior.

Eis outro motivo nobre pelo qual o estudo da doutrina dos apóstolos deve ser resgatado hoje. Sem a teologia do Novo Testamento a vida do cristão zeloso será desperdiçada como o solo fértil no qual nada se planta. E pior: sem ela esse cristão não crescerá em santidade o quanto poderia crescer. Seus frutos existirão em alguma medida como resultado das poucas sementes que recebeu, mas nunca haverá uma grande colheita, como aquelas a que o Mestre se referiu, que dão fruto "a cem, sessenta e trinta por um" (Mt 13.8).

Vê-se, assim, que a teologia do Novo Testamento, além de definir os contornos do verdadeiro cristianismo, protege o crente da superstição, capacita-o a fugir das vãs filosofias e torna a vida do santo mais fértil para o florescimento de retidão ainda maior. Todas essas bênçãos serão, com efeito, desfrutadas pelo discípulo de Jesus que se debruçar sobre os livros e cartas inspirados por Deus no primeiro século da era cristã, século que, por esse e outros motivos, foi, sem dúvida, o mais importante de toda a história.

Perguntas para recapitulação

1. Exponha os motivos pelos quais, segundo o seu entender, algumas igrejas desconhecem e, muitas vezes, interpretam erroneamente a teologia do Novo Testamento.

[4] Idem, p. 288.

2. Por que a teologia da prosperidade faz grande sucesso no Brasil e no mundo? Que tipos de males podem advir desse modelo doutrinário?
3. Em sua opinião, quais são as propostas da teologia do processo que exercem maior atração sobre as pessoas de hoje?
4. Por que o teísmo aberto pode ser visto como um desdobramento da teologia do processo?
5. Qual era a relação que Gregório de Nazianzo via entre o debate teológico e a vida de santidade?

Capítulo 2

O século mais importante da história

> Mas, quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da Lei.
>
> PAULO DE TARSO, *Gálatas* 4.4

O BRILHO DE UM NOVO TEMPO

A vinda de Jesus Cristo, o Filho de Deus, a este mundo, é fato que, por si só, faz do século 1 o mais importante de toda a história da humanidade. A simplicidade da manjedoura não deve enganar. O evento ocorrido naquele estábulo foi o episódio mais glorioso que o homem já testemunhou. Isso porque a partir daquela noite em que a estrela brilhou no céu de Belém, o mundo nunca mais foi o mesmo. Com efeito, está absolutamente fora de discussão que, ao longo dos séculos, a mensagem e a obra do carpinteiro de Nazaré impactaram reinos e impérios, transformaram antigas culturas, destruíram crenças milenares e deram novos rumos às conquistas e realizações dos povos.

Dividir e redirecionar a história, porém, não são os únicos resultados da manjedoura que fazem dela um fenômeno tão importante e singular. O nascimento do Messias, seu ministério, morte e ressurreição são componentes de uma mensagem nova que ofereceu às pessoas um alento e esperança que os pagãos de outrora jamais sonharam ser possível experimentar. Essa mensagem nova, o evangelho que a Deus aprove revelar no século 1 da presente

era, ofereceu aos corações tristes e cansados uma saída para a condição de perdição e morte em que se encontravam. Nela o Senhor apresentou-se como um Pai amoroso oferecendo seu próprio Filho como substituto para ser punido em lugar do pecador rebelde. De acordo com esse evangelho, quem agora cresse no Filho, recebendo-o pela fé, seria salvo da condenação sem fim e viveria eternamente nas moradas celestes, ao lado de todos os santos.

Foi assim que o episódio da manjedoura, com todos os seus desdobramentos, tornou-se mais do que um fenômeno histórico de impacto geral. A verdade que brilhava com a estrela de Belém promoveu também uma revolução serenamente estrondosa na vida de milhões de indivíduos. Gente oprimida pela superstição, pela ignorância, pela maldade e pelas paixões naturais, crendo na mensagem do evangelho, provou uma nova liberdade. Brutos irracionais, depositando fé em Cristo, transformaram-se em mestres da verdade; homens cruéis que derramavam o sangue do próximo, sendo santificados pelo amor, passaram a derramar lágrimas pelo próximo; ladrões, abraçando a boa-nova, procuraram trabalho honesto e repartiram com os pobres o fruto do seu labor; e pessoas imorais que se prostituíam inclusive em seus rituais pagãos, adotaram um comportamento nobre, respeitoso e livre de qualquer mancha.

O melhor de tudo, porém, foi que essas pessoas não somente experimentaram uma transformação moral. Elas também passaram a ter uma nova concepção da realidade. Se antes viviam sem esperança e alegria, torturados por fome e sede na alma; se em tempos passados não viam sentido na vida, agora provavam uma plenitude interior, uma satisfação no coração, uma esperança tão alegre que, mesmo passando por provas, perseguições e tormentos horríveis, nada era capaz de sufocar.

Ora, quando em tempos passados a humanidade testemunhara tão sublimes transformações? De fato, a mensagem que passou

a ser proclamada depois que a estrela brilhou em Belém tinha uma vitalidade nunca vista. Ela marcava uma nova etapa no curso das eras, fazendo daqueles dias os mais gloriosos da história. E como os santos antigos, livres das modernas distrações, deixariam de notar essas coisas? Na verdade, eles as descreveram com cores belíssimas:

> Uma estrela brilhou no céu, mais que todas as outras; sua luz era inexprimível, sua novidade causava espanto. Os demais astros, juntamente com o sol e a lua, rodearam a estrela em coro, enquanto a luz desta a todos excedia. Surpreenderam-se os homens e perguntaram donde provinha essa estrela tão diferente das outras. Desde então toda a magia foi exterminada, todo laço de malícia supresso, extinta a ignorância, derrubado o antigo reino, pois Deus se manifestava em forma humana para a "novidade da vida" eterna. Começava a cumprir-se o plano de Deus. Daí essa universal comoção: tratava-se da extinção da morte.[1]

Inácio, um piedoso bispo da igreja de Antioquia da Síria, escreveu essas palavras aos crentes de Éfeso, quando estava sendo levado para o martírio, por volta do ano 110. Vivendo naqueles dias antigos, ele testemunhou o tremendo impacto que o advento do cristianismo exerceu sobre uma humanidade embrutecida, mergulhada nas trevas da ignorância e da maldade. A nuvem de crueldade que o envolveu não foi capaz de nublar sua visão. Envolto nessa nuvem ele ainda enxergava o esplendor da singular e ainda recente intervenção de Deus na história. A miséria das cadeias em que morreu não o impediu de ver a glória do século em que viveu.

[1] INÁCIO DE ANTIOQUIA, *Carta aos Efésios*, 51. Em: Cirilo F. GOMES, *Antologia dos Santos Padres*, p. 38.

A humanidade recapitulada

Já foi dito que a mensagem cristã propagada a partir do século 1 produziu tocantes transformações na vida das pessoas que a abraçaram. É preciso, porém, destacar, que essas transformações não foram o mero resultado de uma forma mais eficaz de educação moral. Com efeito, o primeiro século viu no advento do cristianismo muito mais do que o surgimento de uma nova filosofia de fortes contornos éticos como eram o estoicismo e o epicurismo. Também vislumbrou na fé pregada pelos apóstolos algo que ia além dos padrões legalistas impostos por mais uma seita judaica.

Na verdade, as pessoas do século 1 que contemplavam o comportamento nobre e renovado dos primeiros cristãos testemunhavam, isto sim, o surgimento de uma nação santa (1Pe 2.9-10); observavam, confusos, os protótipos, vale dizer, os primeiros exemplares de uma humanidade recriada, posta sob outra Cabeça. Eis, assim, mais um fator que enobrece o século 1: nesse século surgiu uma nova raça!

Paulo insistiu nesse fato quando escreveu aos Efésios:

> Mas agora, em Cristo Jesus, vocês, que antes estavam longe, foram aproximados mediante o sangue de Cristo. Pois ele é a nossa paz, o qual de ambos [judeus e gentios] fez um e destruiu a barreira, o muro de inimizade, anulando em seu corpo a Lei dos mandamentos expressa em ordenanças. O *objetivo dele era criar em si mesmo, dos dois, um novo homem, fazendo a paz...*
>
> Efésios 2.13-15

Na concepção judaica reinante nos dias do Novo Testamento, a humanidade estava dividida em dois povos apenas: os judeus e as "gentes" ou, conforme diziam, os circuncisos e os incircuncisos (Ef 2.11). A extensão dessa separação dentro da mentalidade judaica é melhor explicada por Robert Bratcher e Eugene Nida:

> ... a distinção entre os dois havia sido criada pelos judeus. Mas essa distinção, de acordo com o ponto de vista judaico, ia muito além da simples remoção do prepúcio do órgão masculino. Para os judeus essa prática era o sinal físico do seu pacto com Yahweh, o Deus de toda a terra; era a marca do seu relacionamento particular e exclusivo com o Deus vivo, relacionamento esse do qual estavam excluídas todas as outras raças.[2]

Paulo, no texto de Efésios 2.13-15, impôs limites a essa divisão exclusivista dos seus compatriotas e apontou para a existência de uma raça inaudita criada por Cristo e da qual, pela fé, podiam participar homens e mulheres de todas as origens e condições. Ele destacou, assim, o surgimento de uma nação de homens novos; homens que, sendo de origem judaica ou gentia, não pertenciam mais a nenhuma dessas categorias. Em vez disso, eram agora membros de uma raça eleita e preciosa, dentro da qual as odiosas distinções e a longa inimizade entre os homens não faziam mais sentido (Gl 3.28; Cl 3.11).

Essa nação recém-criada era a Igreja. Seus cidadãos eram os crentes em Cristo, pessoas que, ao receberem o Salvador pela fé, foram remidas por seu sangue (Ef 1.7). Essas pessoas tinham sido dotadas de uma nova natureza pelo poder do Espírito Santo (1Co 6.11; 2Co 3.3; 2Pe 1.4) e agora, estando livres tanto da ignorância pagã como do legalismo judaico, serviam a Deus com alegria e novidade de vida (Rm 7.6; 1Ts 1.9-10).

Um dos traços distintivos e fundamentais dos homens novos era o fato de estarem, todos eles, sob uma nova Cabeça. Qual é o significado disso? É simples. O Novo Testamento ensina que a humanidade caída está conectada de alguma forma a Adão. Paulo diz em Romanos 5 que, devido à transgressão do primeiro ser humano

[2] A *translator's handbook on Paul's letter to the Ephesians*, p. 51.

no Éden, "a morte veio a todos os homens" (v. 12) e sobre a humanidade inteira "veio o julgamento que trouxe condenação" (v. 16). O apóstolo insiste em dizer que, por meio de Adão, a morte passou a reinar (v. 17), que a transgressão dele "resultou na condenação de todos os homens" (v. 18) e que, por sua desobediência, "muitos foram feitos pecadores" (v. 19).

O vínculo entre o pecado de Adão e a culpa de toda a raça humana decorre da intensa relação existente entre ele a humanidade em geral. Alguns teólogos entendem que essa relação é representativa, ou seja, que Adão era o representante de toda a raça e que, por isso, quando pecou, todos os homens se tornaram culpados por imputação, passando a merecer justo castigo. Esse entendimento, conhecido também como *federalismo* (por evocar a noção federal de governo), é o adotado pela *Confissão de Fé de Westminster* (1643-1649) e tem ampla aceitação no meio teológico reformado.[3]

Outros teólogos compreendem a conexão entre o pecado de Adão e a culpa da humanidade em termos seminais, dizendo que, pelo fato de Adão possuir a semente de toda a humanidade, quando ele caiu, todos os seus descendentes caíram com ele. Essa visão, também chamada de *agostiniana* e *realista* (por insistir numa culpa real e própria da humanidade, em vez de alheia e imputada), tenta às vezes provar sua validade apontando para Hebreus 7.9-10 em que um ato de Abraão (dar o dízimo a Melquisedeque) é atribuído a seu bisneto Levi, nascido cerca de duzentos anos depois.[4]

Qualquer que seja a posição adotada pelo estudioso acerca desse assunto, uma verdade permanecerá intocável: a humanidade

[3] Cf. Walter A. Elwell (ed.), *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*, vol. 2, "Imputação", p. 324-325.
[4] Cf. Charles C. Ryrie, *Teologia básica ao alcance de todos*, p. 257.

está ligada inevitavelmente a Adão e ao pecado que ele cometeu no Éden. Todo homem tem, pois, Adão como cabeça e participa, assim, da sua culpa, seja por representação, seja por conexão direta. Judeus e gentios, sem qualquer exceção, estão "nele" que é o representante ou o pai da humanidade decaída.

É nesse aspecto que a nova raça que despontou no século 1 difere substancialmente do restante dos homens. Essa raça não é somente a raça redimida, perdoada e transformada por Deus. Ela é também a nação gloriosa que subsiste sob uma nova cabeça, Cristo. Trata-se da humanidade "recapitulada".

O verbo "recapitular" (do grego, *anakephalaiō*) aparece somente duas vezes no Novo Testamento. Em Romanos 13.9 é traduzido como "resumir". Já na sua segunda ocorrência, em Efésios 1.10, esse verbo geralmente é vertido no português para "convergir". Seu sentido básico, porém, é "unir novamente (ou reunir) sob uma cabeça".[5]

Ora, foi exatamente isso o que Deus fez ao reunir judeus e gentios num só corpo chamado "igreja", tendo Cristo como cabeça (Ef 2.14-16). Por isso, é certo dizer que a igreja é a humanidade recapitulada. De fato, antes de serem salvos, todos os crentes estavam sob Adão. Agora, porém, pela fé no Salvador, judeus e gentios foram colocados juntos novamente, desta vez sob Cristo, a cabeça da igreja (Ef 1.22; 4.15; 5.23; Cl 1.18; 2.19).

Alguém, porém, pode perguntar: "Então o povo salvo só começou a existir no século 1? Se for esse o caso, o que aconteceu com crentes como Abraão, Moisés, Davi e os profetas? Todos se perderam?" Ora, é claro que não. A história da salvação do homem remonta aos dias de Adão! Basta ler a lista dos heróis da fé que consta de Hebreus 11 para perceber que a linha da graça remidora de Deus perpassa toda a história, sempre envolvendo

[5] Spiros ZODHIATES (ed.), *The complete word study dictionary*.

os eleitos do Pai. O que está sendo dito aqui, porém, é que o surgimento de uma nova nação neste mundo, o nascimento da igreja propriamente dita, formada pela reunião de crentes judeus e gentios reunidos sob uma mesma cabeça, ocorreu somente no século 1, sendo esta uma realidade desconhecida de outras gerações, como Paulo deixou claro em Efésios 3.5-6:

> Esse mistério não foi dado a conhecer aos homens doutras gerações, mas agora foi revelado pelo Espírito aos santos apóstolos e profetas de Deus, significando que, mediante o evangelho, os gentios são co-herdeiros com Israel, membros do mesmo corpo, e coparticipantes da promessa em Cristo Jesus.

O ensino bíblico sobre a recapitulação vai além. Segundo Paulo, a igreja, essa nova humanidade recapitulada, isto é, reunida sob o governo do Senhor e ligada a ele em união vital, é só o começo de uma renovação que um dia alcançará todo o universo. Sim, pois o apóstolo escreveu:

> E nos revelou o mistério da sua vontade, de acordo com o seu bom propósito que ele estabeleceu em Cristo, isto é, de fazer convergir [recapitular] em Cristo *todas as coisas*, celestiais ou terrenas, na dispensação da plenitude dos tempos.
>
> Efésios 1.9-10

Paulo ensina no texto citado que um dia, quando o tempo se completar, Deus fará com todo o universo o que já está fazendo enquanto forma sua igreja: restaurará todas as coisas que foram desfiguradas pelo pecado, porá fim definitivo ao mal e ao seu cruel domínio sobre este mundo caído e, finalmente, reunirá tudo sob Cristo, restabelecendo, nos séculos vindouros, a harmonia perdida em séculos passados.

É assim que a comunidade da fé, mesmo com suas fraquezas e falhas, é o verdadeiro prenúncio de todo o bem que há de vir. E esse prenúncio, é bom lembrar, essa reunião harmoniosa de gregos e judeus, homens e mulheres, escravos e livres, todos sob uma só cabeça que é Cristo, surgiu precisamente no século 1. Foi dessa forma que a igreja, pequeno e humilde vislumbre da fascinante restauração universal futura, contribuiu para fazer daquele século o mais importante de toda a história.

O SILÊNCIO DE DEUS

Há outro fator que torna o primeiro século singular e fascinante. Trata-se da verdade de que o advento do Messias, ocorrido naquele tempo, assinalou o fim de uma longa era em que Deus manteve-se em quase absoluto silêncio.

Tanto judeus como cristãos protestantes reconhecem que o ano 397 a.C. marcou o início de um período de cerca de quatrocentos anos ao longo dos quais nenhuma atividade profética de destaque foi realizada em Israel. Nesse ano, o profeta Malaquias escreveu as últimas palavras do Antigo Testamento, encerrando a composição desse conjunto de livros que, inspirados por Deus, fazem parte da Bíblia.

Os trinta e nove livros do Antigo Testamento foram escritos ao longo de cerca de mil anos. Desde Moisés (século 15 a.C), o primeiro autor sagrado, até Malaquias (século 4 a.C.), aproximadamente 40 autores, vários deles desconhecidos, foram movidos pelo Senhor na composição daqueles preciosos escritos que moldaram a história e a cultura da nação de Israel e serviram de alicerce para toda a teologia cristã que veio à luz no século 1 da presente era.

Passado, porém, o tão glorioso milênio da revelação verbal de Deus, um prolongado silêncio profético se iniciou, estendendo-se por quatro séculos. Nesse tempo Deus, é claro, agiu. E agiu de

formas magníficas, controlando a história e preparando o mundo para o advento do Messias prometido. Porém, essa atividade foi apenas controladora, nunca reveladora no sentido verbal, pois nenhum profeta se levantou naqueles dias provocando impacto nacional — ninguém mais que tivesse a ousadia de dizer ao mundo a frase "Assim diz o Senhor", como bradaram Moisés, Elias e outros profetas; nem tampouco quem narrasse sua própria experiência usando a fórmula "Veio a mim a Palavra do Senhor e disse", como tantas vezes declarou Ezequiel.

Os judeus que viveram ao longo dos séculos em que Deus se calou, ou mesmo aqueles que, em tempos posteriores, analisaram esses quatrocentos anos de silêncio, perceberam a mudança. O autor de *Macabeus*, escrito no início do século 1 a.C., deu mostras de entender que, mesmo considerando a história a partir de sua época, há muito os profetas tinham desaparecido. Esse escritor, ao descrever a situação dos judeus nos tempos do Império Grego, disse: "A opressão que caiu sobre Israel foi tal, que não houve igual *desde o dia em que tinham desaparecido os profetas*".[6]

Também o famoso historiador judeu Flávio Josefo, tendo vivido no século 1 d.C., deixou claro que, para o seu povo, os livros sagrados não abrangiam nada escrito depois dos tempos de Malaquias. Em sua obra *Contra Apion*, ele afirmou:

> Pois não temos um número incontável de livros, discordantes e contraditórios entre si, [como os gregos têm], mas somente vinte e dois livros, os quais contêm os registros de todas as épocas passadas, livros que cremos ser divinos. Entre eles cinco são de Moisés, os quais contêm suas leis a as tradições acerca da origem da humanidade até a morte do autor. Esse período de tempo abrange pouco menos de três mil anos; mas desde o tempo da morte de Moisés até o reinado

[6] 9.27. Grifo do autor.

de Artaxerxes, rei da Pérsia, que reinou depois de Xerxes, os profetas que viveram depois de Moisés escreveram o que ocorreu em seus dias em treze livros. Os outros quatro livros contêm hinos a Deus e preceitos de conduta para a vida humana.[7]

A realidade do silêncio profético a partir de 4 a.C é ainda corroborada pela convocação do Sínodo de Jâmnia, um concílio composto por rabinos que se reuniu no final do século 1 d.C. Ainda que haja certa obscuridade no tocante às exatas decisões de Jâmnia, e mesmo admitindo que suas conclusões não são aceitas como decisões oficiais do judaísmo, está praticamente fora de discussão que seus participantes reconheceram os limites temporais do cânon do AT, restringindo-o aos tempos de Esdras, contemporâneo de Malaquias.

Posteriormente, no ano 160 d.C., foi escrita uma crônica rabínica que narrava a história do mundo desde Adão até o período persa (sécs. 6-4 a.C.). Denominada *Seder Olam Rabbah*, essa crônica dizia em sua divisão final: "Até este ponto, os profetas falaram através do Espírito Santo. Daí em diante, inclina teu ouvido e escuta o ensino dos sábios".[8]

Sim, Deus se calou durante 400 anos! Por todo esse tempo, Israel não ouviu mais as vozes dos profetas de Javé clamando pelas praças, não escutou os apelos urgentes dos homens de Deus que provocavam a ira dos poderosos, nem viu suas intrigantes e enigmáticas dramatizações sendo feitas nas ruas.

Ocorreu, porém, que, num dia inesperado, na Galileia dos gentios, no caminho do mar, junto ao Jordão, "o povo que caminhava em trevas viu uma grande luz e sobre os que viviam na

[7] *Contra Apion* 1:8. Os 22 livros a que Josefo alude correspondem precisamente aos 39 livros do Antigo Testamento conforme dispostos na Bíblia usada pelos protestantes.
[8] *Seder Olam Rabbah*, p. 30.

terra da sombra da morte raiou uma luz" (Is 9.2). É que a voz de Deus rompeu de súbito a néscia quietude do mundo e abalou o curso da história. O Senhor falou novamente! Desta vez, porém, não enviou mensageiros. Ele próprio veio aqui, assumindo a forma humana. E quando o antigo silêncio foi rompido, até mesmo os inimigos de Deus ficaram admirados: "Ninguém jamais falou da maneira como este homem", disseram os guardas enviados para prender o Senhor (Jo 7.46). Daí a notável declaração bíblica:

> Há muito tempo Deus falou muitas vezes e de várias maneiras aos nossos antepassados por meio dos profetas, mas nestes últimos dias falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e por meio de quem fez o universo.
>
> Hebreus 1.1-2

Deus falou por meio do Filho. Sua voz se fez ouvir nos discursos de Jesus de Nazaré, o Verbo encarnado. E alguns escritores registraram esses discursos. Entre eles, o que mais destacou as ousadas alegações acerca da sua origem celeste foi o apóstolo João:

> Jesus respondeu: "O meu ensino não é de mim mesmo. Vem daquele que me enviou. Se alguém decidir fazer a vontade de Deus, descobrirá se o meu ensino vem de Deus ou se falo por mim mesmo".
>
> João 7.16-17

> "Tenho muitas coisas para dizer e julgar a respeito de vocês. Pois aquele que me enviou merece confiança, e digo ao mundo aquilo que dele ouvi." Eles não entenderam que lhes estava falando a respeito do Pai. Então Jesus disse: "Quando vocês levantarem o Filho do homem, saberão que Eu Sou, e que nada faço de mim mesmo, mas falo exatamente o que o Pai me ensinou."
>
> João 8.26-28

"Eu lhes estou dizendo o que vi na presença do Pai, e vocês fazem o que ouviram do pai de vocês." "Abraão é o nosso pai", responderam eles. Disse Jesus: "Se vocês fossem filhos de Abraão, fariam as obras que Abraão fez. Mas vocês estão procurando matar-me, sendo que eu lhes falei a verdade que ouvi de Deus; Abraão não agiu assim".

João 8.38-40

Pois não falei por mim mesmo, mas o Pai que me enviou me ordenou o que dizer e o que falar. Sei que o seu mandamento é a vida eterna. Portanto, o que eu digo é exatamente o que o Pai me mandou dizer.

João 12.49-50

João Batista, o precursor do Messias, também testificou acerca disso, afirmando abertamente que Jesus falava as palavras de Deus:

Aquele que vem do alto está acima de todos; aquele que é da terra pertence à terra e fala como quem é da terra. Aquele que vem dos céus está acima de todos. Ele testifica o que tem visto e ouvido, mas ninguém aceita o seu testemunho. Aquele que o aceita confirma que Deus é verdadeiro. Pois aquele que Deus enviou fala as palavras de Deus, porque ele dá o Espírito sem limitações.

João 3.31-34

Os demais escritores do Novo Testamento aceitaram unânimes essa verdade. Aliás, para eles, assim como para João, Deus não somente falara através de Cristo, como se ele fosse apenas mais um profeta (Hb 1.1-2). Não. Para eles Cristo era o próprio Deus que se revelara aos homens em carne e ossos, de modo pessoal. Assim, de acordo com a teologia dos apóstolos, o Verbo não se manifestara de forma somente verbal. Antes, ele próprio viera

aqui morar em nossas tendas e andar em nossas ruas. Na graciosa frase da nova revelação havia, pois, algo surpreendente: nela o Verbo era também Sujeito!

Além de revelar-se na Pessoa, palavras e obras de Jesus de Nazaré, no século 1 Deus deu continuidade à sua revelação escrita, movendo seus servos a produzirem os textos do Novo Testamento. Ciente disso, Paulo disse aos coríntios que ele falava sobre as coisas de Deus com palavras ensinadas pelo Espírito Santo (1Co 13). Também afirmou ousadamente que o que lhes escrevia era mandamento do Senhor (1Co 14.37) e foi enfático ao dizer a Timóteo que o Espírito Santo falava claramente com ele (1Tm 4.1), sendo suas palavras dignas de fé (1Tm 1.15; 4.9; 2Tm 2.11).

Pedro demonstrou que acolhia o elevado conceito que Paulo tinha de seus próprios escritos. De fato, ele chamou as epístolas de Paulo, literalmente, de "Escrituras" (2Pe 3.16). Reforçando o fato da continuidade da revelação escrita de Deus, Paulo, por sua vez, citou os escritos de Lucas colocando-os em pé de igualdade com Deuteronômio e chamando-os igualmente de "Escritura" (1Tm 5.18).

Assim nasceu o Novo Testamento, completando a revelação especial divina. Nas poucas décadas que perfazem a segunda metade do século 1, o Senhor equipou o homem com a plenitude da verdade, dando-lhe ferramentas perfeitas para detectar o erro e a falsidade que os maus praticam e propagam. Já naqueles dias essas ferramentas foram de grande utilidade, posto que os primeiros cristãos viveram numa época em que, como ocorre no tempo presente, a mentira filosófica e religiosa se manifestava nas mais variadas cores, como um mosaico de malignas ilusões.

O mosaico da mentira e suas cores filosóficas

O século 1 foi, com efeito, o mais importante da história porque, havendo a verdade revelada de Deus nele refulgido como nunca antes, nesse século foram fornecidas lentes através das quais as

diversas filosofias e religiões podiam ser examinadas e testadas com absoluto grau de precisão. Na verdade, não é exagero dizer que o século 1 marcou a época a partir da qual todos e quaisquer desvios filosóficos, doutrinários, religiosos e comportamentais poderiam ser desmascarados com a mais completa segurança.

Diferentes religiões, inúmeras seitas, várias escolas filosóficas e um emaranhado de crenças populares dominavam a atmosfera do pensamento nos dias em que o cristianismo nasceu. Ao se deparar com todas essas fantasias, os apóstolos e ministros de Cristo ofereceram respostas que, a partir de então, se tornaram úteis para a refutação de qualquer heresia que a mente humana, fábrica incessante de ídolos e superstições, possa inventar.

Com efeito, a variedade infindável de desvios intelectuais e religiosos que floresceram no século 1 exigiu o contragolpe dos escritores do Novo Testamento. E ao fazerem frente àqueles devaneios, os mestres da verdade, através de seus livros e cartas, trouxeram à luz tudo aquilo de que os crentes de todas as épocas precisariam em seus embates contra os mitos e fábulas propostos pelos falsos doutores e pelos apóstolos do diabo.

O mosaico de mentiras que os homens do primeiro século podiam contemplar confusos abrangia tanto o campo da filosofia como o da religião. De acordo com o renomado professor de Novo Testamento, Dr. Robert H. Gundry, no campo da filosofia havia a tendência entre os pensadores da época de voltar-se, entre outras coisas, para o epicurismo e o estoicismo.[9] Notavelmente, também o platonismo se afigurava como uma opção filosófica válida entre aqueles que buscavam a verdade com empenho e inteligência.

O epicurismo surgiu em Atenas e deriva seu nome de Epicuro (341-270 a.C.). Seu ponto de partida é o mais chocante materialismo que, conforme era ensinado, deveria desembocar

[9] *The Ante-Nicene Fathers*, p. 42.

na construção de uma vida marcada pela busca do prazer e da felicidade agora e não no além. S. R. Obitts explica:

> [De acordo com os epicureus] a realidade era composta de átomos de matéria indivisíveis e qualitativamente semelhantes, que "caíam" eternamente no espaço vazio. Para explicar a atuação humana num universo mecanicamente material, Epicuro postulava um desvio inexplicável da rota de alguns átomos que os levara a bater de modo imprevisível noutros átomos. Isto, por sua vez, provocou uma reação em cadeia que resultou no mundo físico que conhecemos, habitado por agentes humanos.
>
> Visto que a vida presente é tudo quanto uma pessoa terá, e visto não existir nenhum ser sobrenatural para ser temido ou obedecido, a vida que vale a pena é aquela que traz o máximo de prazer ou de felicidade agora.[10]

Deve-se destacar que os epicureus não consideravam a busca do prazer como algo necessariamente ligado à satisfação das paixões e desejos sensuais. Na verdade, eles eram até muito criteriosos no trato com essas inclinações. Isso porque, segundo Epicuro, o prazer mais elevado estava na felicidade decorrente do repouso físico e mental. Esse repouso, conforme cria, seria abalado caso a pessoa se entregasse a paixões naturais e desordenadas, mas seria alcançado com sucesso se o indivíduo buscasse virtudes como a justiça, a honestidade e a simplicidade.

Assim, os epicureus eram ateus que tentavam viver uma vida de elevados padrões éticos, crendo que, adotando esses padrões, teriam paz e alegria ao longo de toda a sua existência, cujo fim definitivo e completo viria com a morte.

[10] *Epicurismo*. Em: Walter A. Elwell (ed.), *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*, vol. 2, p. 24-25.

O historiador Justo L. Gonzalez recorda que nos dias do surgimento do cristianismo, o epicurismo já tinha perdido muito a sua força de atração.[11] No entanto, é notório que Paulo teve que enfrentar filósofos epicureus em Atenas, os quais se opuseram a ele e, finalmente, rejeitaram sua mensagem (At 17.18,32), dada a chocante disparidade entre o ensino evangélico e a filosofia de Epicuro. De fato, naquela cosmovisão rigidamente materialista e mecânica, não havia espaço para doutrinas como a existência de um Deus único, a ressurreição de Cristo e o julgamento futuro, todas expostas pelo apóstolo. Num universo meramente físico e fechado, nada disso fazia sentido.

As cores um pouco mais atraentes do estoicismo também compunham o vasto mosaico de ideias e crenças com o qual se deparou a igreja nascente. Os estoicos derivam seu nome da palavra "pórtico", em grego *stoa*, uma vez que seu fundador, Zenão de Cício (335-263 a.C), ensinava junto ao Pórtico Pintado, em Atenas. Desde o seu surgimento, o estoicismo passou por um processo de sistematização e ampliação de seus ensinos, chegando aos dias do Novo Testamento como um modelo filosófico predominantemente ético.

Basicamente, os estoicos criam na existência de uma razão universal, ou *logos*, impressa em todas as coisas. Essa razão universal faz com que tudo obedeça a uma ordem natural. Eis aí, portanto, o deus dos estoicos: uma força viva imanente na natureza, conhecida pelos homens por diversos nomes, sendo *logos* apenas mais um deles. O próprio ser humano, segundo o entender dos estoicos, é permeado por esse *logos* que imprime no ser de cada indivíduo uma noção de ordem denominada *lei natural*. O homem virtuoso é aquele que obedece a essa lei presente em seu interior.

[11] *Uma história do pensamento cristão*, vol. 1, p. 52.

O estoicismo propunha que o indivíduo que andasse de acordo com a lei natural nele fixada entraria em harmonia com todo o universo, já que, conforme dito, este também é ordenado pelo *logos*. Então, em sintonia com toda a realidade ao redor, ele experimentaria uma profunda sensação de felicidade, libertando-se, inclusive, de reações extremas e apaixonadas, mesmo em face das mais terríveis vicissitudes da vida. Por isso, para o estoico a obtenção da excelência e da virtude era o único alvo digno de ser buscado. Outras coisas, inclusive o prazer, a saúde ou a riqueza, eram secundárias.[12]

O mais famoso estoico dos tempos apostólicos foi Sêneca (4 a.C-65 d.C.), o ilustre preceptor e conselheiro de Nero. Sêneca exaltou as virtudes do bom viver num grau tão elevado que cristãos posteriores como Tertuliano de Cartago († c. 220) chegaram a associar suas ideias ao cristianismo.[13] De fato, Sêneca reprovava a hipocrisia, a maldade, a vida desregrada e o apego aos bens materiais. Contudo, mesmo assim, é bem possível que em sua crítica ao moralista pagão constante em Romanos 2.1-3, Paulo tenha tido em mente filósofos estoicos como Sêneca:

> Portanto, você, que julga os outros, é indesculpável; pois está condenando a si mesmo naquilo em que julga, visto que você, que julga, pratica as mesmas coisas. Sabemos que o juízo de Deus contra os que praticam tais coisas é conforme a verdade. Assim, quando você, um simples homem, os julga, mas pratica as mesmas coisas, pensa que escapará do juízo de Deus?

[12] Cf. T. E. Page, *The Acts of the Apostles*, p. 192-193.

[13] *Treatise on the soul*, XX. Em: A. Roberts; J. Donaldson; A. C. Coxe, (eds.), *The Ante-Nicene Fathers*, vol. 3, p. 200. Aqui Tertuliano se refere a Sêneca como "sempre nosso" (*saepe noster*). Acerca das influências do estoicismo sobre o desenvolvimento do pensamento cristão, cf. Gonzalez, *Uma história ilustrada do cristianismo*, p. 51-52.

Evidentemente, não se pode afirmar que essas palavras foram compostas tendo como alvo o próprio Sêneca. Porém, é quase certo que Paulo conhecia esse preeminente filósofo estoico e talvez tenha escrito pensando nele.[14] Na verdade, o irmão mais velho de Sêneca era Gálio, o procônsul da Acaia que o apóstolo conheceu pessoalmente, conforme está registrado em Atos 18.12-17. O contato com esse personagem em 53 d.C. pode ter evocado a figura de Sêneca enquanto Paulo compunha Romanos no ano 57.

Ademais, São Jerônimo, em sua obra *De viris illustribus*, toma como verdadeiras as "*Epístolas de Paulo a Sêneca e de Sêneca a Paulo*", um conjunto de 14 cartas que teriam supostamente sido trocadas entre o filósofo e o apóstolo.[15] Ainda que sua veracidade não possa de modo nenhum ser comprovada, esses documentos indicam que a Igreja Antiga estava familiarizada com a ideia de que Paulo sabia quem era Sêneca e conhecia muito bem suas propostas filosóficas.

Essas suposições não podem, é claro, ser elevadas à categoria de dados históricos. Contudo, é certo, pelo próprio texto de Romanos, que Paulo estava ciente da existência de uma classe de pagãos que não se entregava a práticas abomináveis de imoralidade, nem à mais tosca idolatria, primando pelo ensino do bom viver. Ele sabia que os principais representantes dessa classe de pagãos eram precisamente os estoicos. E ele sabia também que, infelizmente, na vida diária, esses mesmos estoicos faziam quase todas as coisas que eles próprios condenavam em seus escritos.

O próprio Sêneca, dois anos depois da composição de Romanos, deu provas disso. Mesmo exaltando a vida virtuosa, serena,

[14] Essa sugestão, exposta de forma um tanto criativa, encontra-se em F. F. BRUCE, *Romanos: Introdução e Comentário*, p. 71-72.

[15] *Lives of Illustrious Men*, XII. Em: P. SCHAFF; H. WACE (eds.), *A Select Library of the Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*, vol. 3, p. 365.

equilibrada e sincera, o famoso filósofo não hesitou em ser conivente com Nero quando o perverso imperador desejou assassinar Agripina, sua própria mãe! Agindo assim, Sêneca se posicionou como alvo perfeito das duras palavras que Paulo havia escrito: "Portanto, você, que julga os outros, é indesculpável; pois está condenando a si mesmo naquilo em que julga, visto que você, que julga, pratica as mesmas coisas" (Rm 2.1).

Ainda no tocante às relações do cristianismo primitivo com o estoicismo, é preciso lembrar que em Atenas, durante sua segunda viagem missionária, Paulo debateu não somente com os epicureus, mas também com os estoicos, sendo certo que estes lhe opuseram forte resistência (At 17.18,32). Com o fim de alcançá-los, o apóstolo citou Arato, um amigo de Zenão, e enfatizou a imanência divina (At 17.28).

Contudo, os membros daquela escola filosófica não estavam preparados ou dispostos a aceitar que o mesmo Deus em quem "vivemos, e nos movemos e existimos" é também um ser pessoal que requer o arrependimento dos pecadores, tendo reservado um dia em que vai julgar o mundo através do seu Cristo ressurreto (At 17.30-31). Isso seria um passo longo demais para quem acreditava em Deus como apenas uma força surda e impassível que perpassava silenciosa os elementos do mundo.

Conforme dito, o platonismo era outra escola que também se destacava no universo intelectual daqueles dias. Sua origem, como se depreende da própria designação, foi com Platão (†347 a.C.), grande filósofo ateniense, fundador da Academia. Platão foi discípulo de Sócrates e herdou dele a tendência de pensar em termos abstratos. Sob essas inclinações, Platão conferiu existência objetiva às ideias e concebeu, então, um universo dualista.

Trocando em miúdos, Platão e os filósofos que adotaram sua filosofia ensinavam uma concepção bipartida da realidade. De um lado havia o mundo sensível, material, visível, mutável e

transitório. De outro, estava o mundo dos universais, a realidade ideal, espiritual e imutável. O primeiro é o mundo em que vivem os homens — o *kosmos* que não passa de um reflexo, uma sombra ou uma cópia imperfeita do mundo das ideias.

Naturalmente, essa visão desembocava num conceito ruim da matéria e concluía que a alma humana que habitava o corpo era uma espécie de centelha divina presa numa estrutura material da qual deveria afinal libertar-se.

O médio-platonismo (sécs. 1 a.C.-2 d.C.) também tinha como traço distintivo a concepção de Deus como absolutamente transcendente e impassível, de modo que a ligação desse deus com o mundo sensível só era possível através do *logos*, designado também como a razão universal.

O Novo Testamento não faz nenhuma menção direta do platonismo. Porém, não há dúvida alguma de que essa vertente filosófica, com seu dualismo radical, com sua concepção de Deus como um ser inatingível e, especialmente, com suas conclusões reducionistas acerca do mundo material, contribuiu prodigamente para o lançamento das bases do gnosticismo. Ora, essa terrível facção filosófico-religiosa mostrou-se em formação precisamente no século 1 e, como será visto, mesmo nessa fase embrionária representou um dos maiores desafios para a jovem teologia cristã.

Uma análise bastante indulgente das principais correntes filosóficas dos tempos apostólicos concluiria que suas propostas não se chocavam tão fortemente contra o conteúdo dos novos livros bíblicos. Com efeito, o estoicismo e o epicurismo, com sua ênfase em padrões elevados de virtude e sua busca incessante por um estado de espírito não dominado por excessos e paixões, certamente não pareciam ameaçar mortalmente a doutrina cristã. Tampouco o platonismo dava mostras de completa hostilidade, considerando especialmente seus ensinos sobre o mundo ideal, o Deus impassível e o *logos* como uma espécie de mediador e como

o princípio mantenedor do universo físico. Aliás, é evidente que a teologia dos séculos imediatamente posteriores acolheu diversas noções estoicas (especialmente em sua soteriologia que passou a ter fortes contornos éticos), assim como distintas marcas platônicas (especialmente em sua teontologia e espiritualidade).[16]

Contudo, apesar desse diálogo posterior entre a Igreja e a Academia, não se pode afirmar em hipótese alguma que as correntes filosóficas reinantes no século 1 foram amigas ou cúmplices do ensino bíblico nascente. Isso porque o platonismo cria na doutrina da reencarnação e nutria conceitos acerca de Deus que, em última análise, o mantinham inacessível, distante da criação — uma entidade muito diferente daquela a quem o apóstolo Paulo ensinou os crentes a clamar, dizendo *Abba Pai* (Rm 8.15). Os estoicos e epicureus, por sua vez, rejeitavam a doutrina da vida após a morte, um dos mais importantes pilares do ensino neotestamentário. Além disso, muitos desses filósofos também punham em dúvida a existência de Deus e negavam-se a acreditar que a divindade se preocupasse com a vida, o comportamento ou o destino dos homens. No século que se seguiu à morte dos apóstolos, dois filósofos epicureus, Luciano de Samosata (c. 120-c. 200) e Celso, o Pagão (c. 145-225), se revelaram os mais ardorosos críticos do cristianismo. Celso chegou a dizer que Maria, mãe de Jesus, foi uma adúltera e que os primeiros discípulos de Cristo tinham sido enganadores da pior espécie![17]

Esses fatores deixam claro que a filosofia antiga não era amiga do cristianismo. Conforme visto, isso se evidenciou muito cedo, tão logo Paulo pregou no Areópago a filósofos estoicos e epicureus

[16] Para maiores detalhes sobre o impacto do platonismo, do estoicismo e do epicurismo sobre a teologia da era subapostólica, cf. Marcos Granconato, *Eles falaram sobre o inferno*, p. 57-61.

[17] Cf. Philip Schaff, *History of the Christian Church*, vol. 2, p. 89-93.

(At 17.15-34). Talvez por causa disso, logo depois de ter passado por essa experiência em Atenas, ele escreveu aos coríntios condenando a filosofia do seu tempo e dizendo que Deus tinha escondido a verdade dos sábios deste mundo, reduzindo seus ensinos a nada (1Co 1.17-21).

O MOSAICO DA MENTIRA E SUAS CORES RELIGIOSAS JUDAICAS

Em termos gerais, o mundo religioso do século 1 apresentava-se dividido em duas facções: o judaísmo e o paganismo. Essas duas vertentes, por sua vez, subdividiam-se em diferentes seitas que, observadas em conjunto, formavam um mosaico religioso com cores diversas. A princípio, esse mosaico atraía e encantava as pessoas daqueles dias. Porém, logo em seguida, suas nuances e tons as deixavam desnorteadas e confusas, como ovelhas sem pastor. É que esse mosaico era, na verdade, um terrível labirinto, dentro do qual os homens se viam perdidos e ameaçados, sem encontrar a saída para uma vida de paz e descanso espiritual.

O judaísmo era a religião de Israel, mas tinha muitos prosélitos gentios. Era rigidamente monoteísta, tinha práticas litúrgicas complexas, bem como um sistema ético bastante severo. As bases do judaísmo eram as Escrituras do Antigo Testamento. A Lei de Moisés, os profetas e os Salmos eram reconhecidos como a revelação verbal do próprio Deus e um intrincado conjunto de interpretações reconhecidas como oficiais atribuía aos ensinos desses livros uma série de significados certamente jamais pretendidos pelos autores sagrados.

O fator principal que deu essa forma ao judaísmo do primeiro século foi o Exílio Babilônico: um período de setenta anos em que os habitantes do Reino do Sul permaneceram na Mesopotâmia como escravos dos caldeus. Esse duro golpe contra Judá havia sido dado por Deus no século 6 a.C., como punição por sua apostasia. Desde então, alquebrados por castigo tão pesado, os judeus se

apegaram fortemente à Lei e isso os conduziu a um esmero sem limites pela fé monoteísta, pelo Templo de Jerusalém (reconstruído somente ao fim do exílio) e pela amada Terra Prometida.

O apego ardente à Lei, decorrente da dor do cativeiro, vigorava intensamente nos dias de Jesus. Naqueles tempos eram visíveis as velhas marcas e os fatais desdobramentos desse constante cuidado. Por exemplo: o lugar dos escribas e dos mestres da Lei em meio à sociedade judaica do século 1 — um lugar de destaque claramente percebido nos Evangelhos — reflete a importância então atribuída à *Torah*. Essa mesma importância também podia ser percebida na preservação da sinagoga, um centro de culto alternativo surgido ao tempo do Exílio Babilônico. Ora, sabe-se que a sinagoga funcionava como um núcleo que mantinha a identidade do povo judeu precisamente através da leitura e da exposição das Escrituras num contexto coletivo fechado.

Assim, o judaísmo do século 1 tinha como traço singular a centralidade das Escrituras. Contudo, sem a direção do Espírito Santo, os intérpretes judeus só puderam descobrir verdades teológicas elementares, fragmentando-se em seguida em diferentes seitas e divergentes correntes doutrinárias, todas elas absolutamente incapazes de enxergar a transformadora e verdadeira glória do Senhor nas páginas do Antigo Testamento (2Co 3.14-18).

Com efeito, as verdades teológicas descobertas pelos judeus do século 1 foram importantes, porém poucas, rasas e, em alguns pontos, parcialmente equivocadas. Lendo o *Shemá* (Dt 6.4), eles aprenderam que há um só Deus, o qual é dotado de atributos como infinitude, santidade e perfeição. Também descobriram em Gênesis que o homem foi criado por Deus sem pecado, mas desobedeceu sua lei e, por isso, passou a provar a morte.

Estudando o Antigo Testamento os judeus concluíram ainda que o pecado consistia de desobedecer qualquer mandamento da Lei de Deus; que há um lugar intermediário chamado *Sheol*

para onde vão as almas dos mortos; que haveria uma ressurreição futura; e que o Senhor distribuiria recompensas e castigos no dia do juízo. O judaísmo entendia também, através das Escrituras, que um Messias haveria de vir. Porém, via nele apenas um futuro libertador político e um rei justo que governaria as nações.

A partir desses pontos ou mesmo em torno deles, o judaísmo se dividia em seitas que se constituíam em diferentes expressões de uma fé corrompida pelo rigor cerimonial, pelo legalismo severo, pelo radicalismo violento e pela devoção exterior, mecânica e hipócrita. Essas seitas eram, basicamente, quatro: os fariseus, os saduceus, os zelotes e os essênios.

Os fariseus derivavam seu nome do verbo *parash*, que significa "separar". Eles faziam jus ao seu nome, uma vez que evitavam qualquer tipo de associação com coisas ou pessoas que considerassem impuras. A seita existia desde os fins dos tempos dos macabeus (século 2 a.C.) e uma das suas características mais marcantes era o excessivo zelo pela observância da lei escrita e das tradições orais judaicas (Mt 15.1-2; At 26.5). No seu empenho pela prática rigorosa da religião, os fariseus pronunciavam longas orações (Mt 23.14), faziam jejuns semanais (Lc 18.11-12), davam o dízimo até das hortaliças (Lc 11.42) e exigiam o mais absoluto cumprimento da guarda do sábado (Mt 12.1-2).

Donos de uma devoção que supervalorizava os atos exteriores, os fariseus impunham pesados fardos ao povo (Mt 23.4), mas também cultivavam maneiras que despertavam o riso até mesmo das pessoas que os respeitavam. Provas disso eram os apelidos que recebiam. Ernest Renan diz que nos dias de Jesus havia fariseus apelidados de "cabeças sangrentas" — um tipo que andava com os olhos fechados para não ver as mulheres e, assim, vivia batendo a cabeça, tendo-a sempre cheia de ferimentos. Havia também o "fariseu pilão" que andava sempre arqueado como o cabo de um pilão, a fim de não contemplar as tentações ao redor. Renan

menciona ainda, entre outros, o "fariseu tingido", cuja piedade era apenas uma fina camada de hipocrisia.[18]

Jesus encontrou entre os fariseus os seus maiores oponentes. Na verdade, foi precisamente contra os membros desse partido judaico que ele pronunciou seus discursos mais severos, condenando-lhes a hipocrisia, a incredulidade e a dureza de coração (Mt 15.1-9; 23.1-39; Lc 7.36-50).

Vale lembrar ainda que esse partido legalista representou uma ameaça também dentro da própria igreja recém-formada. De fato, a narrativa de Atos mostra que certos fariseus se filiaram à igreja de Jerusalém e tentaram impor aos novos convertidos gentios a mesma devoção legalista e estéril que nutriam em suas vidas pessoais (At 15.5). Evidentemente, a igreja apostólica rejeitou a imposição desse jugo sobre os povos que estavam se voltando para o Senhor, e insistiu que a salvação do pecador se baseia na fé em Jesus e não na observância de velhos ritos judaicos (At 15.6-32).

Depois dos fariseus, a segunda maior corrente de opinião teológica existente dentro do judaísmo era formada pelos saduceus, seita composta principalmente por famílias sacerdotais. Essa facção religiosa derivou seu nome do sumo-sacerdote Zadoque, que exerceu suas funções nos dias de Davi (2Sm 8.17) e de Salomão (1Rs 4.4). Os filhos de Zadoque retiveram o sacerdócio até a destruição do templo em 587 a.C. e, mesmo durante o Exílio Babilônico, as profecias de Ezequiel os apontaram como os únicos sacerdotes aceitos pelo Senhor. Segundo os textos proféticos, somente eles, entre os filhos de Levi, não participaram da apostasia que marcou os dias da monarquia (Ez 44.15; 48.11).

[18] *Vida de Jesus*, p. 291. Outras designações igualmente jocosas são enumeradas por Kaufmann Kohler, *Jewish Encyclopedia*, IX, "phariseus". p. 661-666. Citado por Merrill C. Tenney, *O Novo Testamento: sua origem e análise*, p. 138-139.

Sendo herdeiros de um nome tão honrado, os zadoquitas voltaram a exercer efetivamente o sacerdócio quando o templo foi reconstruído (515 a.C). O próprio Esdras era descendente de Zadoque (Ed 7.1-2) e a linhagem desse ilustre personagem reteve o sacerdócio continuamente até 171 a.C, quando Antíoco IV investiu Menelau nessa função.

Mesmo sofrendo esse duro golpe, os zadoquitas retiveram sua importância e influência até os dias de Jesus quando, através do partido sacerdotal dos saduceus, mostraram-se ativos especialmente no campo político. Com efeito, naqueles dias, os saduceus incluíam famílias aristocráticas, eram maioria no Sinédrio e, mostrando-se mais abertos do que os fariseus, estavam sempre dispostos a se associar ao poder dominante, desde que pudessem obter algum tipo de vantagem com isso.

No campo religioso, os saduceus davam maior relevância à *Torah* do que aos Profetas e aos Escritos que, segundo criam, não tinham validade permanente. Também a tradição oral, tão cara para os fariseus, para eles era secundária. No tocante às suas crenças básicas, em Mateus 22.23 e Atos 23.8 há a informação de que não acreditavam na ressurreição dos mortos, nem na existência de anjos ou espíritos. Eles também negavam a existência da alma, as retribuições futuras e a predeterminação divina. Sua religião era, assim, em virtude da ênfase exclusiva que davam ao Pentateuco, predominantemente ética, além de apresentar contornos nitidamente liberais e antissobrenaturalistas.

Jesus encontrou na facção dos saduceus uma forte oposição. Os evangelhos narram que eles se associavam aos fariseus para pôr Jesus à prova (Mt 16.1). Numa dessas ocasiões, o Senhor os repreendeu severamente, dizendo que eles laboravam em erro, posto que não conheciam as Escrituras nem o poder de Deus. Em seguida os fez silenciar, provando a existência da vida pós-morte com argumentos extraídos do Pentateuco,

precisamente a porção das Escrituras que eles diziam mais reverenciar (Mt 22.23-33).

Sendo um partido sacerdotal, a seita dos saduceus desapareceu quando o templo foi destruído pelos romanos no ano 70 da Era Cristã. A mesma sorte tiveram então os zelotes, um grupo de revolucionários cujo objetivo era libertar Israel do domínio romano. Os adeptos dessa seita consideravam pecado pagar impostos a César, incitavam revoltas, cometiam assassinatos e foram os principais promotores da rebelião judaica que resultou na queda de Jerusalém sob o comando de Tito.

Os sinóticos e o livro de Atos informam que entre os discípulos de Jesus havia um certo Simão, chamado também de "o Zelote" (Mt 10.4; Mc 3.18; Lc 6.15; At 1.13). Sem dúvida, esse seguidor de Cristo havia abandonado a seita revolucionária tão logo reconheceu Jesus como o Messias e viu nele o verdadeiro redentor de Israel. De fato, nenhum membro ativo daquela facção violenta e sanguinária toleraria ensinos do tipo "Se alguém o ferir na face direita, ofereça-lhe também a outra" ou "Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem" (Mt 5.39, 44), ou ainda, "Deem a César o que é de César" (Mt 22.21).

Entre as seitas judaicas que existiam no século 1, os essênios eram, sem dúvida, os que mais primavam pela total separação do mundo (embora fosse possível encontrar alguns menos radicais que moravam em diferentes cidades da Palestina). Acredita-se que essa seita se formou a partir de círculos judaicos anti-helenistas que surgiram no início do período dos macabeus, em meados do século 2 a.C.

Percebendo a crescente difusão da cultura grega, esses grupos lutaram para manter a pureza da sua religião, nutrindo a mais inflexível fidelidade à *Torah*. Dentre eles, os mais radicais sentiram-se inconformados com a usurpação do sacerdócio por parte dos príncipes macabeus (160-134 a.C) e, sofrendo hostilidades,

formaram uma comunidade monástica que se isolou no deserto do Mar Morto. Ali construíram uma espécie de mosteiro, conhecido hoje como *Khirbet Qumran*, ou Ruínas de Qumran.

O Novo Testamento não faz menção dos essênios. As informações acerca deles vêm do historiador judeu Flávio Josefo, de Filo de Alexandria, de Plínio, o Velho, e especialmente, dos Manuscritos do Mar Morto, encontrados em 1947, nas cavernas próximas de Qumran.[19] Pesquisas arqueológicas realizadas nas ruínas das instalações da comunidade, bem como em seus arredores, têm também fornecido importantes informações sobre os costumes e crenças da seita.[20]

A partir de todas essas fontes, sabe-se que os essênios, além de serem separatistas, eram também ascetas que nutriam um alto ideal da moderação, observando rigorosamente a *Regra da Comunidade*. Sob pena de expulsão, eles se abstinham do casamento, guardavam o sábado, evitavam pronunciar juramentos, faziam refeições comunais modestas (somente duas por dia), tinham suas propriedades em comum, trabalhavam intensamente e, sempre vestidos de branco, praticavam constantes rituais de purificação.

Nesse último aspecto, os essênios se submetiam a imersões diárias em tanques com pelo menos quinhentos litros de água. Para os membros da seita, o banho ritual (*miqve*), seguido da recitação de uma bênção após a imersão total, era tão importante

[19] Os detalhes fornecidos por Josefo encontram-se em *Antiguidades* XVIII: 1: 2, 5 e *Guerras dos Judeus* II: 8:2-13 (Cf. Flávio JOSEFO, *História dos hebreus*). Em FILO DE ALEXANDRIA, a referência aos essênios está no tratado *Todo homem bom é livre* 75-91 e em *Hypothetica: Apologia em prol do judeus* 11.1-18 (Cf. PHILO OF ALEXANDRIA & C. D. YONGE, *The Works of Philo:* Complete and unabridged, p. 689ss; 745ss. Cf. ainda a citação que Eusébio de Cesareia faz dos escritos de Filo em *História Eclesiástica* II: 17). As informações advindas de Plínio o Velho encontram-se em *História Natural* 17. Há também descrições posteriores em Hipólito (*Refutações* IX: 13-23).

[20] É preciso destacar que a relação entre as ruínas de Qumran e a seita dos essênios é ainda matéria de debate, embora a dúvida sobre essa relação seja muito pequena.

na purificação da pessoa que em Qumran havia pelo menos dez cisternas utilizadas para esse fim!

Em sua teologia, os essênios nutriam fortes tendências apocalípticas, aguardando a Era Messiânica, quando seriam reconhecidos como os verdadeiros israelitas e veriam a ruína do "sacerdote perverso" de Jerusalém e de todas as pessoas más. Como os fariseus, eles também eram severos guardiões da lei.

Muitas vezes tem-se tentado relacionar João Batista, Jesus e seus primeiros seguidores com os essênios, criando a sugestão de que a igreja é apenas um desdobramento dessa seita. Contudo, o caráter inclusivo do cristianismo, bem como sua ênfase na graça em contraste com a lei, torna essa conjectura praticamente inaceitável.

Especialmente no tocante à relação de Jesus com a comunidade de Qumran, é bem verdade que não há nos evangelhos nenhuma censura expressa do Mestre contra ela. Porém, está fora de qualquer dúvida que uma seita tão rigorosa e ritualista jamais teria a aprovação do Senhor. Com efeito, sabe-se, por exemplo, que os essênios não permitiam aos de fora (inclusive os candidatos ao ingresso na seita) nem mesmo o acesso ao seu refeitório. Ora, acaso o jovem mestre galileu que comia com publicanos e pecadores (Mt 9.10-13) aprovaria a intolerância e a austeridade de um grupo assim?

E quanto à ênfase excessiva dos essênios em lavagens, banhos e abluções? Como poderia aprová-la aquele que disse: "Pois do coração saem os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as imoralidades sexuais, os roubos, os falsos testemunhos e as calúnias. Essas coisas tornam o homem impuro; *mas o comer sem lavar as mãos não o torna impuro*". (Mt 15.19-20).

O mosaico da mentira e suas cores religiosas pagãs

Ao tempo em que o Verbo se fez carne e habitou nas tendas deste mundo, as nações de toda a terra estavam mergulhadas nas mais

grosseiras superstições. Disseminadas por inúmeras religiões e seitas, essas crendices lançavam os pagãos ignorantes em terríveis abismos de erro e desgraça. Com efeito, rituais sangrentos, orgias demoníacas, automutilações, abomináveis idolatrias e torturantes práticas ascetas eram elementos que serviam para descrever o comportamento religioso dos gentios no século 1.

Considerando somente o cenário instalado dentro dos limites do Império Romano, pode-se dizer que o mosaico religioso que se exibia entre os pagãos daqueles dias tinha, basicamente, quatro componentes principais: o culto aos antigos deuses (muitos deles patronos de grandes cidades), o culto aos grandes personagens da elite estatal romana (especialmente o imperador), as religiões de mistério e uma miscelânea de quase tudo isso — uma mescla de filosofia, mitologia e crenças judaicas — a que mais tarde se deu o nome de gnosticismo.

O culto dos antigos deuses desenvolveu-se a partir da combinação de fatores distintos como a devoção aos deuses lares (que evocavam os espíritos dos antepassados), a adoração de divindades da natureza, a veneração de figuras humanas ou de animais (Rm 1.23-25) e o contato entre religiões de diferentes povos. O resultado e a expressão mais notável da fusão de todos esses componentes foi a fé politeísta verificada no panteão greco-romano em que Júpiter (ou Zeus para os gregos) ocupava o topo de uma vasta lista composta por Juno (Hera), Mercúrio (Hermes), Marte (Ares), Diana (Ártemis), Vênus (Afrodite), Netuno (Poseidon), Plutão (Hades), Apolo e vários outros.

Os pagãos não se envergonhavam de atribuir a esses supostos deuses os atributos humanos mais comuns, bem como os vícios mais deploráveis. De fato, as fábulas que circulavam acerca dessas divindades mostravam-nas comendo, bebendo, dormindo, casando e viajando. No convívio entre si os deuses brigavam, mentiam, enganavam, traíam, perjuravam, nutriam invejas,

praticavam incestos e cometiam adultérios. Eles também coabitavam com seres humanos, gerando semideuses e heróis.

Mesmo se constituindo em tão tosca superstição, o culto aos antigos deuses era levado muito a sério pelos povos que viveram ao tempo do Novo Testamento. É claro que as mentes privilegiadas dos filósofos e dos escritores satíricos escarneciam desses mitos e é sabido que imperadores como Tibério (14-37), Calígula (37-41) e Nero (55-68), mesmo sendo muito supersticiosos, desprezavam todos esses cultos.[21] Porém, no século 1, tanto entre as classes mais altas como entre o povo em geral, muitas almas se devotavam com intenso zelo às antigas divindades gregas e romanas.

Entre os nobres da época, César Augusto (27 a.C-14 d.C.), o imperador citado em Lucas 2.1, se destacou como um dos governantes mais devotos aos deuses do panteão romano. Ele frequentava assiduamente o templo de Júpiter no Capitólio e consagrava grandes espetáculos a esse deus na expectativa de promover o sucesso dos negócios do Estado. Em seu zelo pagão, Augusto restabeleceu práticas religiosas que haviam caído em desuso, como a cerimônia do sacerdócio de Júpiter e os jogos em honra aos deuses lares. Ele também comprou belas estátuas de deuses e as consagrou em diversos bairros de Roma.

Ademais, César Augusto exigiu que príncipes e bárbaros se mantivessem fiéis às alianças firmadas com ele jurando no templo de Marte Vingador. Curiosamente, porém, esse coração aberto à vasta variedade de deuses, abominava a religião dos judeus. Nutrindo essa antipatia, Augusto chegou a elogiar seu neto Caio que, ao passar pela Judeia, não dirigiu orações ao Deus de Jerusalém.

Outros imperadores do século 1 se mostraram também diligentes na manutenção da religião dos antigos deuses. Cláudio (41-54),

[21] Detalhes ligados às inclinações religiosas dos imperadores romanos que viveram no século 1, assim como outras informações sobre sua vida e costumes, podem ser encontrados especialmente em Suetônio, *A vida dos doze césares*.

que Lucas cita em Atos 11.28 e 18.2, trouxe para Roma o culto de Elêusis. Ele oferecia sacrifícios a Vênus e propôs que parte do dinheiro público fosse usada na reconstrução do templo dessa deusa que estava em ruínas na Sicília. Galba (68-69) consagrava objetos a Vênus e temia a deusa Fortuna. Tito (79-81), antes de reinar, sacrificou ao boi Ápis no Egito e, mais tarde, diante das calamidades que, durante o seu governo, se abateram sobre o império, não oscilou em buscar o auxílio dos deuses, oferecendo-lhes todo tipo de vítimas. Domiciano (81-96), que o sucedeu no trono, instituiu um concurso quinquenal de música, equitação e ginástica em honra a Júpiter Capitolino e construiu um novo templo para essa divindade. Ele também se devotou às deusas Fortuna e Minerva e, no seu dormitório, um jovem escravo era encarregado da manutenção do culto aos deuses lares. Seus escrúpulos religiosos eram tão intensos que Domiciano não deixava impune nenhum ato que ele considerasse um insulto ao culto dos deuses.

O povo em geral também dava mostras de dedicação a essas crenças num grau que, muitas vezes chegava ao fanatismo. Eventualmente esse esmero parecia recuar diante de manifestações de fúria popular. Conta-se que quando Germânico, pai do imperador Calígula, foi assassinado, o povo revoltado assaltou os templos a pedradas, derrubou seus altares e jogou as imagens dos deuses nas ruas. Porém, via de regra, era o fanatismo que imperava. Com efeito, quando curaram um aleijado em Listra, Barnabé e Paulo foram considerados pelo povo da cidade os próprios deuses Zeus e Hermes manifestos em forma humana. Somente com muita dificuldade os apóstolos conseguiram impedir que lhes oferecessem sacrifícios (At 14.8-18). Em Atenas, Paulo ficou impressionado com o número de ídolos que havia na cidade e reconheceu diante do conselho do Areópago que os atenienses eram muito religiosos (At 17.16,22). Em Éfeso, crendo que o culto a Diana estava ameaçado por causa da pregação cristã, a turba enfurecida

só pôde ser aplacada pelo escrivão da cidade depois de horas de muito tumulto e gritarias (At 19.23-41).

O culto aos antigos deuses, ainda que ocupasse um espaço considerável no ambiente religioso do século 1, de maneira nenhuma desfrutava de absoluta exclusividade. Novos deuses surgiam frequentemente naquele cenário, à medida que membros da elite romana, especialmente os imperadores, eram elevados à categoria de divindades até mesmo antes de morrer.

É verdade que nem todos os soberanos romanos que viveram nos primeiro século aceitavam essa prática. César Augusto, por exemplo, proibiu que templos lhe fossem erguidos e recusou o nome de "senhor", reprovando num édito que lhe chamassem assim. Depois vedou que seus filhos usassem esse nome, inclusive em brincadeiras. Uma lenda, porém dizia que ele era filho de Apolo que, na forma de serpente, havia engravidado sua mãe enquanto ela dormia numa liteira, dentro do templo daquele deus.

Tibério também não aceitou templos nem sacerdotes, proibindo ainda que fossem erigidas estátuas ou imagens em sua honra. Se, eventualmente, permitia que algumas efígies suas fossem cunhadas, não tolerava que as fixassem entre as imagens dos deuses, exigindo que fossem usadas apenas para ornamentar edifícios. Tampouco aceitou ser chamado de "senhor" e vedou a prática de fazerem juramentos em seu nome.

A despeito da resistência desses imperadores no tocante à sua própria divinização, a prática de atribuir divindade a simples mortais jamais perdeu força no século 1, seja entre o povo em geral, seja entre os membros da elite. Sabe-se, por exemplo, que o nobre Germânico, pai do imperador Calígula, sempre que encontrava túmulos de homens ilustres, oferecia sacrifícios aos seus espíritos.

Seguindo as inclinações religiosas do pai e movido por um doentio senso de grandeza, Calígula passou a atribuir majestade divina a si mesmo. Por isso, ele mandou trazer da Grécia uma

imagem de Júpiter, cortou-lhe a cabeça e colocou a sua no lugar. Também costumava sentar-se entre as imagens dos deuses gêmeos Cástor e Pólux, exigindo ali a adoração dos que se aproximavam. Calígula chegou ao ponto de consagrar um templo para si mesmo, com sacerdotes que realizavam sacrifícios sangrentos. Nesse templo ele instalou uma estátua de ouro vestida da forma como ele se trajava. Ademais, frequentemente aparecia usando uma barba postiça de ouro, vestindo trajes de Vênus e levando na mão um raio e um tridente, símbolos dos deuses.

Depois da morte de Calígula, as autoridades romanas cogitaram a destruição dos templos erigidos aos césares. Porém, o sucessor Cláudio não se preocupou em tomar medidas desse tipo. Na verdade, Cláudio deu mostras de ser favorável à divinização de pessoas de destaque e concedeu honras divinas à sua avó Lívia. Quando ele próprio morreu, no ano 54, foi também incluído entre os deuses. Nero, ao subir ao trono, anulou essa medida, mas Vespasiano, mais tarde, a restaurou, construindo um templo em honra a Cláudio.

O imperador Galba também esteve entre os soberanos que acreditavam na própria divindade. Ele criou uma árvore genealógica em que fazia sua ascendência remontar a Júpiter pelo lado paterno. Vitélio, sucessor de Óton, durante seu breve reinado, ofereceu um sacrifício ao espírito de Nero no Campo de Marte. Domiciano, por sua vez, o último imperador do período neotestamentário, transformou a casa em que nasceu num templo em honra à sua família. Ele também ordenou que ninguém o chamasse senão de "senhor e deus".

O Novo Testamento não faz nenhuma referência direta ao culto ao imperador ou à adoração de personagens ilustres e membros da elite imperial. Obviamente, porém, a teologia dos apóstolos via nessas práticas, bem como na religião dos antigos deuses do panteão grego-romano, uma afronta absurda e perversa contra as noções mais elementares da verdade religiosa.

Com efeito, logo em suas primeiras cartas, Paulo realçou que os deuses dos pagãos não eram deuses de fato (Gl 4.8) e que o abandono do culto idólatra era uma das evidências da nova vida que o salvo possuía em Cristo (1Ts 1.9). Por volta do ano 55 d.C., escrevendo aos crentes de Corinto, o apóstolo expressou claramente o repúdio da doutrina cristã aos deuses pagãos:

> ... sabemos que o ídolo não significa nada no mundo e que só existe um Deus. Pois, mesmo que haja os chamados deuses, quer no céu, quer na terra (como de fato há muitos "deuses" e muitos "senhores"), para nós, porém, há um único Deus, o Pai, de quem vêm todas as coisas e para quem vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio de quem vieram todas as coisas e por meio de quem vivemos.
>
> 1Coríntios 8.4-6

Dois ou três anos depois, na sua carta escrita aos cristãos de Roma, Paulo disse que os adoradores pagãos, quaisquer que fossem os deuses que serviam, "trocaram a glória do Deus imortal por imagens feitas segundo a semelhança do homem mortal, bem como de pássaros, quadrúpedes e répteis" (Rm 1.23). O apóstolo acrescentou que os praticantes daquelas falsas religiões espalhadas por todo o império "trocaram a verdade de Deus pela mentira, e adoraram e serviram a coisas e seres criados, em lugar do Criador, que é bendito para sempre" (Rm 1.25). Segundo ele, essas crenças e práticas idólatras estavam na raiz de toda a promiscuidade e depravação praticadas pelos gentios (Rm 1.24,26-31).

Outro componente do mosaico religioso pagão que pode ser contemplado nos dias de Jesus e dos apóstolos eram as religiões de mistério. Em sua maior parte, essas crenças tinham suas origens no oriente, em regiões como a Síria, a Anatólia e a Pérsia. Como o povo em geral, os adeptos das religiões de mistério também se voltavam para divindades mitológicas. Contudo, o diferencial de

suas crenças estava na proposta de uma relação mais íntima e pessoal com a divindade, através de rituais e fórmulas de iniciação, adoração e aperfeiçoamento. Ademais, essas crenças também se distinguiam por suas promessas de imortalidade e por suas doutrinas acerca do destino da alma.

Uma vez que os iniciados nesses cultos juravam não revelar os detalhes de suas cerimônias secretas, pouco se sabe sobre seus rituais e ensinos. Porém, está fora de dúvida que muitas dessas religiões falavam de um deus salvador que morreu e ressuscitou ou reencarnou, sendo possível participar de sua vida através dos rituais celebrados em seus cultos.

Era assim que nos cultos a Dionísio (ou Baco), os iniciados buscavam a vida eterna entregando-se a orgias, a embriaguês e a danças frenéticas. Em suas reuniões eles comiam a carne de um boi recém-esquartejado e bebiam o sangue que ainda jorrava, acreditando que, assim, poderiam participar da vida de Baco. Era assim também que, buscando a imortalidade de Átis, os iniciados nos mistérios da *Magna Mater* se lançavam a danças frenéticas e, no auge de seu êxtase, os homens se emasculavam. Rituais sangrentos também ocorriam na adoração de Mitra, comum entre os soldados romanos. No mitraísmo, o rito principal era a taurobolia, em que os adeptos, na busca da imortalidade, se banhavam no sangue de um touro sacrificado.

Os mistérios eleusianos, ligados aos segredos do inferno, e o hermeticismo, com seu conceito negativo da matéria, também faziam parte das religiões de mistério que reuniam adeptos no século 1, difundindo-se por todas as classes sociais, desde a nobreza até a plebe.

É certo que o Novo Testamento nada diz diretamente sobre essas religiões de mistério. Isso talvez ocorra porque o que realmente preocupava os autores bíblicos daqueles dias era uma mescla dessas crenças com outras expressões de falsa religião e supostas

ciências — um híbrido filosófico-religioso que se formava diante dos olhos das pessoas naqueles dias, reunindo aspectos do judaísmo, noções da filosofia grega, conceitos e práticas das religiões pagãs, ocultismo e até linguagem e doutrinas cristãs distorcidas. Esse emaranhado de ideias, esse novelo confuso e indefinido de noções diversas, era o embrião do que mais tarde ficou conhecido como *gnosticismo*, certamente o mais pernicioso modelo doutrinário que já existiu.

Não é fácil delinear os contornos exatos do gnosticismo incipiente que tanto foi combatido pelos apóstolos. Comentaristas do Novo Testamento conseguem delineá-los com poucos detalhes, partindo de referências diretas e indiretas feitas pelos apóstolos nos textos que produziram em combate a essa intrigante heresia. Sob a luz não muito forte dessas referências, sabe-se que os primeiros gnósticos rejeitavam a encarnação do Verbo, reduziam Cristo a uma mera entidade angélica, negavam a ressurreição física, impunham rigor ascético aos seus seguidores, ensinavam uma cosmogonia baseada em mitos, exploravam financeiramente os incautos, buscavam favores sexuais de suas discípulas e, especialmente, apresentavam-se como membros de uma elite espiritual, os detentores de um conhecimento (*gnose*) especial, pleno e secreto que, afinal, os salvaria do ciclo indesejável e impuro da matéria.

Sendo secreto e acessível apenas a uma minoria de homens "espirituais", o conhecimento que o protognosticismo alegava deter era tido como um aglomerado de "mistérios". Por isso, o apóstolo Paulo opôs a isso um conceito diferente dessa palavra. Seguindo a tradição judaica, ele usou o termo "mistério" para se referir ao conjunto de segredos revelados por Deus acerca dos seus propósitos[22] e, mais especificamente, o empregou para descrever

[22] Cf. J. D. G. Dunn, *The Epistles to the Colossians and to Philemon*, p. 119-120.

as verdades divinas que tinham ficado escondidas por muitas gerações nas páginas do Antigo Testamento, mas que agora, naquelas poucas e memoráveis décadas do século 1, tinham vindo à luz pela instrumentalidade dos verdadeiros homens de Deus que falavam e escreviam movidos pelo Espírito Santo.[23]

Nesse sentido, o apóstolo que mais arduamente combateu o gnosticismo embrionário, declarou:

> Ora, àquele que tem poder para confirmá-los pelo meu evangelho e pela proclamação de Jesus Cristo, *de acordo com a revelação do mistério oculto nos tempos passados, mas agora revelado e dado a conhecer pelas Escrituras proféticas* por ordem do Deus eterno, para que todas as nações venham a crer nele e a obedecer-lhe; sim, ao único Deus sábio seja dada glória para todo o sempre, por meio de Jesus Cristo. Amém.
>
> Romanos 16.25-27

E ele fez o mesmo uso do termo quando escreveu aos efésios, ao ensinar-lhes sobre a união que há entre judeus e gentios na igreja de Deus:

> Ao lerem isso vocês poderão entender a minha compreensão do mistério de Cristo. *Esse mistério não foi dado a conhecer aos homens doutras gerações, mas agora foi revelado pelo Espírito aos santos apóstolos e profetas de Deus*, significando que, mediante o evangelho, os gentios são co-herdeiros com Israel, membros do mesmo corpo, e copartícipantes da promessa em Cristo Jesus.
>
> Efésios 3.4-6

[23] Cf. R. R. MELICK, *The New American Commentary: Philippians, Colossians, Philemon*, vol. 32, p. 241. Nesse comentário é também citado, em nota, o paralelo entre a terminologia de Paulo e a usada pela comunidade de Qumran, afirmando que ambas abrigam um sentido equivalente de "mistério" em sua prática hermenêutica.

Esses "mistérios" cristãos, diferente das fábulas gnósticas, estavam à disposição de todos sem distinção, o que reforçava o princípio de que a verdade não nutre preconceitos de qualquer natureza, nem se manifesta somente a um grupo de favoritos. Antes, se manifesta abertamente aos homens em geral, devendo ser proclamada a todas as nações debaixo do céu.

Assim, enquanto a ciência imaginária dos falsos mestres se apresentava como um mistério pertencente a um grupo de privilegiados, as doutrinas cristãs eram concebidas como mistérios anunciados às pessoas, sem quaisquer reservas. Foi certamente para demonstrar esse contraste que Paulo, mais uma vez, escreveu:

> Mas agora ele os reconciliou pelo corpo físico de Cristo, mediante a morte, para apresentá-los diante dele santos, inculpáveis e livres de qualquer acusação, desde que continuem alicerçados e firmes na fé, sem se afastarem da esperança do evangelho, que vocês ouviram *e que tem sido proclamado a todos os que estão debaixo do céu* [...]. Agora me alegro em meus sofrimentos por vocês, e completo no meu corpo o que resta das aflições de Cristo, em favor do seu corpo, que é a igreja. Dela me tornei ministro de acordo com a responsabilidade, por Deus a mim atribuída, de apresentar-lhes plenamente a palavra de Deus, *o mistério que esteve oculto durante épocas e gerações, mas que agora foi manifestado a seus santos. A ele quis Deus dar a conhecer entre os gentios a gloriosa riqueza deste mistério*, que é Cristo em vocês, a esperança da glória. Nós o proclamamos, advertindo e ensinando *a cada um* com toda a sabedoria, para que apresentemos *todo homem* perfeito em Cristo.
>
> Colossenses 1.22-28

O texto citado reflete o fato de que, para os apóstolos, o tema central dos mistérios revelados por Deus era o próprio Cristo, sendo certo que a mensagem acerca de sua pessoa e obra estava

disponível a todo homem, independente de sua condição. Ora, é evidente que sob essa nova luz, todos os sistemas filosóficos e religiosos vigentes poderiam agora ser avaliados com segurança e exatidão por qualquer pessoa, sem nenhuma reserva. Inegavelmente, esse benefício também contribuiu para fazer do século 1 o mais importante de toda a história.

Pilatos, o procurador romano, é um exemplo de como, antes dessa dádiva, as pessoas andavam perplexas, desanimadas e sem rumo. Vivendo naqueles dias em que as filosofias, os deuses, as religiões e os segredos espirituais formavam um emaranhado confuso e infinito de ideias, impossível de ser avaliado com base num padrão objetivo, fixo e seguro, perguntou impaciente ao Senhor: "Que é a verdade?" (Jo 18.38). Então, retirou-se sem esperar a resposta. Certamente estava cansado de especulações insatisfatórias e absurdas; ou talvez tenha julgado que aquele pobre galileu, ferido e humilhado ali diante dele, jamais pudesse superar os grandes mestres de Atenas ou mesmo os excêntricos sacerdotes de Júpiter.

Que engano terrível! O carpinteiro de Nazaré sabia a resposta. *Ele* era a reposta! E era hora de proclamá-la, pois o dia da revelação do mistério de Deus havia raiado, sendo agora impossível impedir a difusão da sua luz já naquele século memorável. Se o perplexo procurador romano não se dispunha a contemplá-la, isso fazia pouca diferença... Os discípulos do jovem rabino a levariam aos quatro cantos da terra. Estes teriam o privilégio de anunciar ao mundo mistérios outrora ocultos, aspectos da verdade jamais sonhados pelos homens de outras gerações.

PERGUNTAS PARA RECAPITULAÇÃO

1. Que desdobramentos práticos advêm da doutrina da recapitulação?
2. Seria certo afirmar que com a morte dos apóstolos foi inaugurado um novo período de silêncio profético?

3. O epicurismo e o estoicismo estão em vigor nos dias de hoje? Que novos formatos esses modelos filosóficos assumiram?
4. As diversas formas de religiosidade pagã, direta e indiretamente incentivam a imoralidade. Avalie essa afirmação.
5. Quais elementos do gnosticismo sobreviveram dentro da igreja contemporânea?

Capítulo 3

Os mistérios outrora ocultos

> Mas a luz da mente humana é Deus, e aquele que o conheceu e o aceitou em seu peito conhecerá o mistério da verdade com o coração iluminado; mas quando Deus e a instrução celeste são removidos, tudo é dominado pelo erro.
>
> LACTÂNCIO (c. 240-c. 320), *Tratado sobre a ira de Deus*

NOÇÕES ESTRANHAS

Brian McLaren (1956-) foi considerado pela revista *Times* um dos 25 líderes evangélicos mais influentes dos Estados Unidos em 2005. Em 2004 ele publicou um livro intitulado *A Generous Orthodoxy*, lançado no Brasil sob o título *Uma ortodoxia generosa*. Nesse livro, McLaren propõe uma leitura diferente da Bíblia, em que o texto sagrado seja visto, de certa forma, sob o ângulo da *narrativa*. Isso significa que as pessoas devem ler as Escrituras reconhecendo nelas os relatos acerca da maneira como Deus se relacionou com o ser-humano no passado. Segundo McLaren, uma leitura assim mostrará que Deus, no seu trato com o homem antigo, levou em conta o nível de amadurecimento em que a humanidade se encontrava à época da revelação e, por isso, ordenou coisas inaceitáveis para a mente moderna:

> Em outras palavras, supondo que a história seja real e não uma simulação, não um jogo de xadrez no qual Deus atua de ambos os lados, não um videogame que funciona com a pressão do polegar

de Deus no controle — *se Deus quer estabelecer um relacionamento com pessoas, ele então tem de trabalhar com elas como elas são em seu desenvolvimento individual, cultural e moral.*[1]

Ao que parece, de acordo com essa proposta, Deus observa o estágio de evolução ético-social em que o homem se encontra em determinado ponto do processo histórico. Então, ele se manifesta ao ser humano, tomando o cuidado de adequar sua revelação ao nível das suas convicções culturais em desenvolvimento e evitando, assim, atropelá-lo com noções que ainda não está preparado para receber.

Segundo McLaren, isso explica porque Deus mandou devastar cidades e massacrar povos ao tempo do Antigo Testamento. Na verdade, o Senhor nunca aprovou nada daquilo, mas em épocas em que os israelitas não tinham outra forma de sobreviver numa sociedade selvagem, Deus ajustou sua Palavra àquela fase primitiva da história humana e, assim, se revelou aos homens levando em conta as necessidades e a forma de pensar daqueles dias.

Não é preciso ser muito esperto para perceber a direção a que esse ensino conduz quando aplicado à Bíblia inteira. Em seus desdobramentos lógicos, essas ideias levarão à conclusão fatal de que as ordens dadas por Deus nas Escrituras não são necessariamente para os homens de hoje. Na verdade, foram apenas expressões da forma como o Senhor tratou o homem antigo, em épocas em que a humanidade ainda engatinhava em suas percepções éticas, sociais e culturais. Com efeito, à luz dessas concepções, o crente que lê a Bíblia hoje não deve buscar nela elementos para a construção de uma ética cristã objetiva e fixa. Antes, tem que olhar o texto como uma narrativa acerca do que Deus requereu dos homens de outrora. Agindo assim, o cristão será capaz de detectar

[1] P. 186-187. Grifo do autor.

o que não faz sentido para o homem moderno no atual estágio da sua evolução cultural e, então, agirá com menor rigor na aplicação moderna do que Deus requereu de sociedades antigas.

É preciso ser honesto: Brian McLaren não ensina esses desdobramentos em seu livro, pelo menos não de forma direta. Porém, qualquer pessoa que ler *Uma ortodoxia generosa* perceberá que a visão da Bíblia ali sugerida, se adotada, fará com que o indivíduo defenda a necessidade de um diálogo mais aberto entre o cristianismo bíblico e as outras religiões — um diálogo em que os cristãos se mostrem mais flexíveis e menos apegados a dogmas supostamente ultrapassados.

Na verdade, essa proposta irá além, sugerindo um acordo de paz entre os pastores que ensinam, por exemplo, a ética sexual de Paulo e os grupos homossexuais,[2] entre as igrejas apostólicas "machistas" e as comunidades que defendem a ordenação feminina ou entre os defensores da ética matrimonial neotestamentária e os cristãos que apoiam o divórcio e o recasamento. Nessa lista, é claro, os mais apegados ao ensino bíblico deverão ceder, visto que seus pensamentos têm como base o modo como Deus se revelou a sociedades que tinham uma compreensão muito atrasada das coisas. Ao homem de hoje, mais evoluído, Deus não faz as mesmas exigências, e o cristãos devem ser sensíveis a isso, tornando-se menos rígidos (ou, como dizem, menos "radicais") em sua "biblicidade".

Conforme já dito, o pressuposto que subjaz a proposta de Brian McLaren referente à leitura narrativa da Bíblia é a tese de que Deus, ao se revelar, levou em conta o grau de desenvolvimento em que a humanidade estava ao tempo de sua manifestação. Isso

[2] Nesse particular, as concepções de McLaren ficaram evidentes no fato de ter realizado a cerimônia de casamento *gay* de seu filho Trevor McLaren, em setembro de 2012, em Washington. O evento foi notícia no *New York Times*, edição de 23 de setembro de 2012.

pretende indicar, entre outras coisas, que a maneira como Deus vê a realidade é, na verdade, muito mais aberta, tolerante e flexível do que a Bíblia apresenta.

Numa palavra: Deus é bem mais "moderninho" do que parece ser nas Escrituras. E ele sempre foi assim. Porém, fez o máximo para ser sensível ao modo de pensar dos homens antigos e se revelou a eles de uma maneira que não ferisse seus escrúpulos ou agravasse as necessidades que tinham em seu tempo. Ora, isso é tudo o que o estranho cristianismo moderno, separado da Escritura e da cruz, deseja ouvir. Não foi, portanto, sem motivo que as ideias de Brian McLaren foram recebidas com tanto aplauso pelas igrejas pós-modernas.

Escândalo e loucura

Será, porém, que essa forma de ver a revelação de Deus é válida? Será que, ao se revelar, Deus evitou trazer à luz o que estava realmente pensando, mostrando-se, assim, sensível ao grau de desenvolvimento humano?

Na verdade, é muito difícil enxergar sinais disso na história da revelação de Deus ao homem. De fato, o Senhor, no seu trato com a humanidade, geralmente se manifesta irrompendo de modo decisivo no curso de sua existência e impondo noções para as quais as pessoas estão absolutamente despreparadas.

Na época pré-diluviana, por exemplo, Deus se opôs ao modo de pensar e de viver de toda uma geração. Então, ele revelou sua vontade ao povo através da pregação de Noé (2Pe 2.5), sem se importar se aqueles homens estavam preparados para isso ou não. Na verdade, os desdobramentos da história mostram que eles não estavam preparados. E o que fez Deus? Adequou sua mensagem ao nível de compreensão e aceitação deles? Trabalhou com eles no nível em que se encontravam em seu desenvolvimento moral a fim de "estabelecer um relacionamento"? Não!

Ele esperou pacientemente e, afinal, enviou o dilúvio e matou a todos (Lc 17.27).

Há vários outras provas de que Deus, ao se revelar, não se preocupou em harmonizar o que dizia com a forma como os homens enxergavam a realidade, a fim de "estabelecer um relacionamento" e trabalhar com as pessoas "como elas são". A Lei de Moisés, a pregação dos profetas, a história de Israel... Em todos esses itens é possível ver a revelação de Deus invadindo o mundo e influenciando ou mesmo destruindo valores e culturas.

E quanto ao exemplo dado por Brian McLaren referente às ordens de Deus para massacrar cidades inteiras? Não seriam essas ordens verdadeiras provas de que Deus se revelava de acordo com as necessidades do homem antigo, em harmonia com seu desenvolvimento intelectual, cultural e moral? É claro que não. A razão pela qual Deus ordenou a matança de nações inteiras foi o seu juízo contra o pecado. Quatrocentos anos antes de Josué invadir as cidades da Palestina, Deus havia dito a Abraão que os seus descendentes seriam os instrumentos dele para punir os amorreus quando a medida da iniquidade daqueles povos chegasse ao apogeu (Gn 15.16). Ora, essa medida se completou no tempo da conquista da terra e esse foi o único motivo pelo qual o Senhor, depois de mais de seis séculos de paciência e longanimidade, ordenou a devastação das cidades de Canaã.

Portanto, as ordens de Deus para destruir os cananeus não tiveram nada que ver com qualquer suposto anseio divino em manifestar-se ao homem de acordo com o seu grau de desenvolvimento. Suas razões estavam ligadas à necessidade de punir o pecado que chegara a um ponto insustentável na vida daqueles povos. Aliás, esse também será o motivo pelo qual Deus um dia destruirá novamente as cidades, desta vez não somente de Canaã, mas do mundo inteiro (Ap 16.17-20).

De fato, o ensino bíblico acerca da revelação não dá qualquer espaço para a ideia de que Deus acomodou-se à condição

humana quando quis se manifestar. Conforme já visto, as Escrituras apontam exatamente para o oposto disso. Há, porém, um trecho do Novo Testamento que parece ser de vital importância para essa discussão. Trata-se de 1Coríntios 1.18-23. Nesse texto, o apóstolo trata da revelação de Deus no evangelho, revelação que mostra aos homens a verdadeira sabedoria e o único caminho para a salvação. Nos versículos 18 a 20, Paulo diz:

> Pois a mensagem da cruz é loucura para os que estão perecendo, mas para nós, que estamos sendo salvos, é o poder de Deus. Pois está escrito: "Destruirei a sabedoria dos sábios e rejeitarei a inteligência dos inteligentes". Onde está o sábio? Onde está o erudito? Onde está o questionador desta era? Acaso não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo?

Conforme se vê, logo de início fica nítido no ensino paulino que, ao revelar-se, Deus de fato despreza o pensamento humano, expondo sua loucura e mostrando a todos o quanto é vazio (1Co 3.18-20). E o apóstolo prossegue, dizendo nos versículos seguintes (21-23) que as intuições humanas são inúteis, sendo somente a revelação divina o veículo da verdadeira sabedoria. Se os homens consideram essa revelação absurda, isso em nada a afeta. O Senhor a expõe assim mesmo, pouco se importando se as pessoas a veem como escândalo ou loucura, uma vez que é somente por meio dela que alguém pode ser salvo:

> Visto que, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu por meio da sabedoria humana, agradou a Deus salvar aqueles que creem por meio da loucura da pregação. Os judeus pedem sinais miraculosos, e os gregos procuram sabedoria; nós, porém, pregamos a Cristo crucificado, o qual, de fato, é escândalo para os judeus e loucura para os gentios.

Ao tempo em que Deus revelou sua mensagem no evangelho, nem mesmo os homens mais importantes e esclarecidos da época tinham atingido algum grau de compreensão que os capacitasse a acolhê-la. Paulo diz: "Nenhum dos poderosos desta era o entendeu, pois, se o tivessem entendido, não teriam crucificado o Senhor da glória" (1Co 2.8). Mesmo assim, Deus revelou seus segredos por meio do Espírito Santo (1Co 2.10) e, graciosamente, por esse mesmo Espírito, concedeu ao seu povo eleito, a capacidade de entendê-los e aceitá-los (1Co 2.12-16).

Em 1Coríntios 2.7, Paulo chama o conteúdo da revelação de Deus no evangelho de "mistério". Esse mistério foi, portanto, manifesto aos homens, mesmo sem que eles tivessem condições de entendê-lo. Aliás, se Deus fosse esperar que a humanidade estivesse pronta para então lhe revelar sua vontade, certamente essa revelação jamais ocorreria. Por isso, ele se revelou independentemente do mundo estar preparado ou maduro e, graciosamente, escolheu as pessoas mais simples, insignificantes e fracas para entender e acolher sua Palavra:

> Mas Deus escolheu o que para o mundo é loucura para envergonhar os sábios, e escolheu o que para o mundo é fraqueza para envergonhar o que é forte. Ele escolheu o que para o mundo é insignificante, desprezado e o que nada é, para reduzir a nada o que é, a fim de que ninguém se vanglorie diante dele.
>
> 1Coríntios 1.27-29

Vê-se, assim, que, em vez de trabalhar com as pessoas "como elas são em seu desenvolvimento individual, cultural e moral", Deus desprezou a maneira como elas viam as coisas, apresentando uma mensagem que contrariava todas as suas expectativas: a mensagem da cruz! E mais: Deus mostrou de modo ainda mais claro seu desprezo pelo estágio de "desenvolvimento" em que a

sociedade de então se encontrava, fazendo com que sua revelação fosse aceita pelos escolhidos — homens que o mundo considerava loucos, fracos e insignificantes. Como se não bastasse, ele ainda fez isso usando como veículos os apóstolos e profetas (Ef 3.5), considerados "a escória da terra, o lixo do mundo" (1Co 4.13).

Foi assim que, contrariando as ilusões de McLaren e não fazendo caso e até zombando das intuições tolas da mente humana, Deus manifestou aos seus servos os mais antigos e preciosos mistérios, verdades ocultas de outras gerações (Cl 1.26), segredos maravilhosos que, finalmente, vieram à luz.

Mistério: uma definição

Quais foram, precisamente, os mistérios que Deus manifestou aos seus apóstolos e profetas? É importante conhecê-los, pois sem dúvida, se constituem em verdadeiros fundamentos de toda a teologia do Novo Testamento. Antes, porém, de alistá-los é necessário esclarecer o que significa exatamente o termo "mistério" e como essa palavra é usada nos escritos dos apóstolos, mais precisamente em Paulo. Nesse sentido, o comentário de R. H. Mounce é valioso:

> Muita coisa tem sido escrita sobre a palavra "mistério", cujo equivalente grego ocorre somente em um episódio nos sinóticos (Mc 4.11 e textos paralelos), nenhuma vez no evangelho de João, mas cerca de vinte vezes nos escritos de Paulo. Nas religiões de mistério, o termo era usado para descrever as informações secretas que eram reveladas somente aos devotos que se submetiam a iniciações cultuais. Paulo usou a palavra para descrever algo que esteve anteriormente escondido, mas que agora foi revelado por Deus, de modo que todos são capazes de compreender.[3]

[3] *The New American Commentary: Romans*, vol. 27, p. 223-224.

Mounce acrescenta à sua abordagem a definição do erudito alemão Günther Bornkamm (1905-1990), ex-professor de Novo Testamento da Universidade de Heidelberg, segundo o qual "mistério" é "o eterno conselho de Deus oculto do mundo, mas que se cumpre escatologicamente na cruz do Senhor da glória e encerra em si a glorificação dos crentes."[4] Mounce também cita o teólogo anglicano H. C. G. Moule (1841-1920) cujo conceito de mistério envolve realidades presentes nos propósitos de Deus impossíveis de serem conhecidas sem revelação, mas absolutamente claras quando reveladas.[5]

Falando especificamente sobre o uso da palavra nos escritos paulinos, R. R. Melick acrescenta detalhes importantes:

> Na terminologia paulina, mistério era uma verdade que permanecia oculta nas páginas do Velho Testamento, aguardando sua explanação. O dia dessa elucidação chegou com a morte e ressurreição de Cristo, e então o mistério foi revelado aos santos (os crentes). Tanto a linguagem como os temas que circundam o termo "mistério" evocam Efésios 3.1s, onde Paulo dá detalhes do seu chamado dentro do plano redentor de Deus. Nesse aspecto, não havia nenhum sentimento de orgulho no apóstolo, mas somente a informação de que Deus o selecionou para o trabalho especial de abertura e divulgação.[6]

É preciso dizer ainda que a noção de mistério que subjaz o uso de Paulo pode ser procedente da apocalíptica judaica mais do que das concepções filosóficas helenistas. Ora, na visão judaica "mistério" é, em termos gerais, o conjunto de segredos revelados por Deus acerca dos seus propósitos. Nesse sentido, ao ser

[4] Idem.
[5] Idem.
[6] *The New America Commentary: Philippians, Colossians, Philemon.*

revelado, o mistério concede ao homem uma visão privilegiada de todo o desenrolar da história humana, conforme o ponto de vista divino.[7]

Esse uso judaico/apocalíptico do termo em Paulo pode, de fato, ser percebido com certa clareza em Colossenses 1.26-27 e com nitidez maior em Romanos 11.25-26; 1Coríntios 2.7; 15.51; Efésios 1.9-10 e 3.5-6. Há, porém, passagens em que "mistério" parece ter um sentido mais abrangente, abarcando toda a mensagem evangélica que Paulo anelava proclamar (Ef 6.19; Cl 4.3), da qual faz parte tanto o modo como Deus executa o seu plano de salvação na história, como o alvo final dessa mesma história (Ef 1.9-10).

Reunindo tudo isso, é possível formular uma definição até certo ponto abrangente do termo em análise. A proposta aqui é a seguinte:

Mistério é uma verdade relativa aos eternos propósitos salvíficos de Deus que permaneceu latente nas páginas do Antigo Testamento, mas que, a partir do advento de Cristo, foi manifesta de forma substancialmente clara na mensagem proclamada pelos apóstolos e profetas do Novo Testamento.

Os "mistérios" expostos nos escritos apostólicos, verdadeiras colunas da teologia cristã, podem ser analisados de forma sistemática. Na construção de um programa de estudo, certamente os mistérios do Reino ocupariam a primeira etapa.

Perguntas para recapitulação

1. Por que as concepções de Brian McLaren acerca da Bíblia são recebidas com entusiasmo por um grupo tão grande de igrejas evangélicas?

[7] Cf. J. D. G. Dunn, *The Epistles to the Colossians and to Philemon: a commentary on the Greek text*, p. 119-120.

2. Dê exemplos de alguns ensinos revelados no Novo Testamento que chocam a mente atual e que, de acordo com os modelos hermenêuticos pós-modernos, devem ser rejeitados pela igreja de hoje.
3. Sendo tão contrários à natureza humana decaída e às expectativas da mente carnal, como é possível que os mistérios revelados por Deus sejam aceitos por alguém?
4. Existe algum mistério, supostamente oculto de outras gerações, que foi revelado à igreja atual pelos que hoje se intitulam apóstolos e profetas?
5. Como o conceito bíblico de mistério pode ajudar no evangelismo de pessoas envolvidas com seitas esotéricas e organizações secretas?

Capítulo 4

Os mistérios do Reino

> Mistério é algo escondido e secreto. Logo, os mistérios do reino de Deus são coisas que jazem escondidas no reino de Deus. Quem, contudo, conhece de fato a Cristo, sabe de que consiste esse reino e também o que nele há para ser encontrado.
>
> MARTINHO LUTERO (1483-1546). *Conversas à mesa*, XLVI

O REINO ESTÁ ÀS PORTAS

O Reino de Deus se constitui num dos temas mais controvertidos do Novo Testamento. Trata-se de uma expressão que abrange um leque tão amplo de significados que a simples tentativa de formular uma definição exaustiva abate qualquer teólogo. A que é proposta a seguir é bastante modesta:

> Reino de Deus é, num sentido amplo, a expressão que descreve o domínio direto de Deus sobre todas as coisas o qual alcançará sua plena expressão quando cessar no universo inteiro a oposição ainda vigente contra a autoridade divina. Reino de Deus é ainda, num sentido estrito, a esfera do seu domínio mediado por Cristo, exercido sobre as coisas que com Deus foram reconciliadas através da cruz e cuja manifestação máxima ocorrerá quando o Senhor voltar para ocupar o trono de Davi.

Uma vez enunciada essa definição, é preciso esclarecer que neste capítulo o Reino de Deus será analisado breve e

predominantemente no sentido estrito da expressão, ou seja, o Reino como esfera do domínio de Deus sobre aqueles que com ele foram reconciliados.

Ora, considerado sob esse ângulo, está fora de dúvida que o Reino abrange especialmente o destino final dos salvos. Com efeito, ainda que tenha sido preparado para os santos desde a fundação do mundo, o Reino só será desfrutado plenamente por eles no futuro, quando o Rei voltar para julgar o mundo e separar o "joio" do "trigo" e as "ovelhas" dos "bodes" (Mt 13.43; 25.31-34).

Curiosamente, porém, já nos primeiros dias de seu ministério, tanto João Batista como o próprio Cristo convidavam os homens ao arrependimento dizendo em suas pregações que, mesmo naqueles tempos tão antigos, o estabelecimento do Reino estava próximo (Mt 3.2; 4.17). Como conciliar essas coisas?

Isso pode ser compreendido facilmente quando, através do estudo dos evangelhos, se aprende que ao tempo em que o Filho de Deus veio a este mundo, um plano tripartido de Deus em relação ao Reino foi posto em andamento. Esse plano, previsto no Antigo Testamento, envolvia primeiramente a oferta do Reino a Israel; em seguida, a rejeição do Reino por parte desse povo e, finalmente, a nova oferta do Reino, desta vez a todo o mundo, por causa da rejeição dos judeus.

A primeira etapa desse plano pode ser percebida no ministério de João Batista. Como se sabe, sua pregação consistia de convidar os homens ao arrependimento, preparando-os para fazer parte do Reino que estava chegando: "Arrependam-se, pois o Reino dos céus está próximo", proclamava ele (Mt 3.2; Mc 1.15), preparando o caminho do Rei que já estava aqui (Mt 3.3; Mc 1.2-3; Lc 3.4).

O próprio Jesus, na primeira fase do seu ministério terreno, anunciou a mesma mensagem de João, pregando a chegada do Reino (Mt 4.17; Mc 1.14-15). Note-se, porém, que ele tinha o cuidado de o fazer tão somente "às ovelhas perdidas de Israel"

(Mt 15.24), em harmonia com o plano divino que veio cumprir (Lc 4.43-44). Aliás, seus milagres, suas curas e seu poder manifesto na expulsão de demônios eram provas contundentes da chegada de um Reino que poria fim a todo o sofrimento humano e à opressão de Satanás (Mt 11.2-6; 12.28).

Anunciar a chegada do Reino exclusivamente a Israel foi também a missão que, a princípio, Jesus deu aos doze discípulos (Mt 10.5-7). Eles também realizariam milagres como provas de que o Reino de paz estava às portas (Mt 10.8). Pouco mais tarde o Senhor designou setenta mensageiros com os mesmos deveres (Lc 10.1-9).

O Reino de Deus, porém, conforme o projeto traçado por Deus, não deveria ser estabelecido imediatamente (Lc 19.11). De acordo com as profecias do AT, a oferta do Reino seria rejeitada por Israel que negaria o Rei e o mataria (Lc 9.22; 17.24-25; 18.31-34; 22.22,37; 24.25-27). Eis a segunda etapa do plano de Deus relativa ao Reino. Seu claro cumprimento teve lugar na reação das autoridades judaicas e do povo de Israel diante da mensagem de João e do Messias (Lc 7.29-35).

Os primeiros indícios dessa rejeição aparecem em Mateus 11.16-19 em que Jesus condena aquela geração por se opor tanto a João Batista quanto ao "Filho do homem". Ele também, logo a seguir, condenou Corazim, Betsaida e Cafarnaum por causa de sua impenitência que, segundo ele, era pior do que a de Tiro, de Sidom e até da extinta Sodoma (Mt 11.20-24).

Curiosamente, depois desses primeiros sinais de total rejeição, Jesus, como que pondo fim ao tempo de oferta do Reino, proibiu que dissessem ser ele o Cristo e começou a falar abertamente sobre a sua morte e ressurreição (Mt 16.20-21).

Certamente, também por causa dessa rejeição, o Senhor profetizou que a nação de Israel seria julgada no dia do juízo tanto pelos ninivitas como pela rainha de Sabá, pois os ninivitas haviam se arrependido com a pregação de Jonas e a rainha de Sabá

havia se disposto a vir de longe para ouvir a sabedoria de Salomão (Lc 11.29-32). A nação de Israel daqueles dias, porém, estava rejeitando aquele que era maior do que Jonas e Salomão (Mt 12.38-42).

A rejeição do Rei como parte do plano de Deus, assim como suas consequências para Israel podem ser percebidas clara e especialmente em Mateus 21. Nesse capítulo é narrada, a princípio, a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém. Em cumprimento às predições do profeta Zacarias (Zc 9.9, cf. Mt 21.5), o Messias entrou na cidade santa onde foi aclamado como Rei davídico (Mt 21.9). Em seguida, o Rei dirigiu-se ao templo e o purificou, expulsando dali os cambistas e vendedores (Mt 21.12-13). Então, curou muitos doentes ali, evidenciando novamente sua messianidade (Mt 21.14).

Mesmo testemunhando todas essas coisas, porém, os líderes de Israel voltaram-se contra Jesus e o censuraram (Mt 21.15-16). Então, o Senhor foi para Betânia e, na manhã do dia seguinte, voltando para Jerusalém, amaldiçoou uma figueira que havia à beira do caminho e que não produzira fruto. Com esse gesto, possivelmente evocando o texto de Jeremias 8.13, Jesus apontou simbolicamente para a esterilidade espiritual de Israel e para o juízo que viria sobre aquela nação que estava rejeitando o Rei prometido.

Quando Jesus entrou novamente no templo, os líderes do povo mais uma vez o abordaram e questionaram sua autoridade (Mt 21.23). Foi depois disso que ele enunciou duas parábolas nas quais claramente acusou os líderes do povo de terem rejeitado a mensagem de João e o próprio Rei que lhes fora enviado.

A primeira parábola (Mt 21.28-31) contava a história de dois filhos que receberam ordens do pai para ir trabalhar numa vinha. O primeiro disse que não obedeceria, mas depois, arrependido, foi. O segundo disse que obedeceria, mas não foi. Jesus mostrou assim que foi o primeiro que fez a vontade do pai e não o segundo

com seu discurso falso de bom filho. Através dessa breve história, o Mestre censurou os líderes de Israel, mostrando que eles ofereciam a Deus uma obediência somente de palavras. Então, ele concluiu a parábola dizendo:

> Os publicanos e as prostitutas estão entrando antes de vocês no Reino de Deus. Porque João veio para lhes mostrar o caminho da justiça, e vocês não creram nele, mas os publicanos e as prostitutas creram. E, mesmo depois de verem isso, vocês não se arrependeram nem creram nele.
>
> Mateus 21.31-32

Para reforçar e ampliar a denúncia de que os líderes de Israel haviam rejeitado o Reino oferecido na mensagem de João, Jesus contou também a parábola dos lavradores maus (Mt 21.33-41) em que é apresentado um homem que comprou uma vinha e a arrendou a alguns lavradores, ausentando-se depois. Chegado o tempo da colheita, o dono da vinha enviou seus servos para receber os frutos que lhe eram devidos. Os lavradores, porém, por duas vezes consecutivas, maltrataram e mataram os servos enviados. Então, o homem enviou seu próprio filho, na expectativa de que o tratassem com respeito maior. Porém, foi exatamente o oposto o que ocorreu. Vendo que estavam diante do herdeiro, os lavradores decidiram atacá-lo para se apropriar da vinha. Movidos, então, pelo ódio e pela cobiça, pegaram o moço, levaram-no para fora da vinha e o mataram!

O sentido dessa parábola não podia ser mais claro. O dono da vinha representava o próprio Deus; a vinha simbolizava Israel; os lavradores eram os líderes judeus; os servos do dono da vinha eram os profetas enviados ao longo dos séculos, sempre rejeitados e maltratados; e o filho era o próprio Cristo que estava prestes a ser assassinado pelos principais sacerdotes e pelos fariseus. Era

evidente, portanto, a acusação de Jesus contra seus opositores: eles sempre, em sua maldade, rejeitavam os arautos do Rei e agora estavam rejeitando o próprio Príncipe!

Jesus terminou a história com uma indagação que induziu seus inimigos a pronunciar a própria condenação (21.40-41). Então, declarou abertamente que eles estavam rejeitando o Messias (a "pedra angular"), cumprindo assim o plano de Deus que as Escrituras haviam preanunciado:

> Jesus lhes disse: "Vocês nunca leram isto nas Escrituras? 'A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a pedra angular; isso vem do Senhor, e é algo maravilhoso para nós'. Portanto eu lhes digo que o Reino de Deus será tirado de vocês e será dado a um povo que dê os frutos do Reino".
>
> Mateus 21.42-43

A segunda etapa do plano de Deus, ou seja, a rejeição da oferta do Reino por parte da Israel é vista também no capítulo 22 de Mateus, onde são narradas as diversas armadilhas que os líderes do povo prepararam para Jesus visando "enredá-lo em suas próprias palavras" (Mt 22.15). Textos como Mateus 23.13 e Lucas 19.11-27 também destacam essa etapa do cumprimento dos decretos divinos. Porém, a declaração mais tocante relativa à rejeição do Messias por parte de Israel é pronunciada pelo próprio Cristo, em Mateus 23.37-39:

> Jerusalém, Jerusalém, você, que mata os profetas e apedreja os que lhe são enviados! Quantas vezes eu quis reunir os seus filhos, como a galinha reúne os seus pintinhos debaixo das suas asas, mas vocês não quiseram. Eis que a casa de vocês ficará deserta. Pois eu lhes digo que vocês não me verão mais, até que digam: "Bendito é o que vem em nome do Senhor".

O Rei, enfim, foi expressamente rejeitado, conforme narra João:

> Era o Dia da Preparação na semana da Páscoa, por volta das seis horas da manhã. "Eis o rei de vocês", disse Pilatos aos judeus. Mas eles gritaram: "Mata! Mata! Crucifica-o!" "Devo crucificar o rei de vocês?", perguntou Pilatos. "Não temos rei, senão César", responderam os chefes dos sacerdotes.
>
> João 19.14-15

Os textos relacionados à rejeição do Rei pelos judeus são geralmente carregados de sérias ameaças de juízo (Lc 11.49-51). Na verdade, a Bíblia mostra que os próprios judeus invocaram um pesado castigo sobre si quando pediram a morte de Jesus. "Que o sangue dele caia sobre nós e sobre nossos filhos!" (Mt 27.25), gritou o povo a Pilatos quando ele declarou ser inocente quanto à morte de Jesus. Ora, o consenso entre os intérpretes cristãos é que o castigo contra a geração que rejeitou o Rei ocorreu em certa medida no ano 70, quando Tito, general romano, invadiu Jerusalém, destruiu o templo, matou grande parte dos seus habitantes rebeldes e levou consigo muitos cativos para trabalhar como escravos em Roma.

De fato, é muito difícil não relacionar os eventos da queda de Jerusalém no ano 70 com as palavras de Jesus reproduzidas por Lucas:

> Quando se aproximou e viu a cidade, Jesus chorou sobre ela e disse: "Se você compreendesse neste dia, sim, você também, o que traz a paz! Mas agora isso está oculto aos seus olhos. Virão dias em que os seus inimigos construirão trincheiras contra você, a rodearão e a cercarão de todos os lados. Também a lançarão por terra, você e os seus filhos. Não deixarão pedra sobre pedra, porque você não reconheceu a oportunidade que Deus lhe concedeu".
>
> Lucas 19.41-44

A devastação provocada por Tito, porém, ainda que sem dúvida faça parte do castigo do Senhor sobre aquela geração incrédula, de modo algum esgota o juízo de Deus contra Israel decorrente de sua rebeldia. Segundo o ensino de Jesus, a rejeição do Messias pela nação escolhida redundaria também na oferta do Reino aos gentios que teriam acesso a essa glória no lugar dos judeus. Na verdade, isso se constitui na terceira fase do plano de Deus no tocante ao Reino como dádiva aos homens (Rm 15.12). Os textos a seguir confirmam essa verdade:

> Eu lhes digo que muitos virão do oriente e do ocidente, e se sentarão à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no Reino dos céus. Mas os súditos do Reino serão lançados para fora, nas trevas, onde haverá choro e ranger de dentes.
>
> Mateus 8.11-12

> Portanto eu lhes digo que o Reino de Deus será tirado de vocês e será dado a um povo que dê os frutos do Reino.
>
> Mateus 21.43

> Então disse a seus servos: "O banquete de casamento está pronto, mas os meus convidados não eram dignos. Vão às esquinas e convidem para o banquete todos os que vocês encontrarem". Então os servos saíram para as ruas e reuniram todas as pessoas que puderam encontrar, gente boa e gente má, e a sala do banquete de casamento ficou cheia de convidados.
>
> Mateus 22.8-10

> Ali haverá choro e ranger de dentes, quando vocês virem Abraão, Isaque e Jacó, e todos os profetas no Reino de Deus, mas vocês excluídos. Pessoas virão do oriente e do ocidente, do norte e do sul, e ocuparão os seus lugares à mesa no Reino de Deus.
>
> Lucas 13.28-29

De fato, é curioso observar que, a partir da rejeição do Rei por parte da nação, a mensagem do evangelho que, durante a primeira fase do plano, deveria ser dirigida apenas "às ovelhas perdidas da casa de Israel", passou a ter como alvo o mundo inteiro:

> E este evangelho do Reino será pregado em todo o mundo como testemunho a todas as nações, e então virá o fim.
>
> Mateus 24.14

> Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.
>
> Mateus 28.19

Ora, conforme tem sido frisado aqui, tudo isso fazia parte de um plano divino. Por isso, cada etapa se realizou precisamente conforme as predições das escrituras do Antigo Testamento. Aliás, segundo Robert Stein, um dos objetivos de Lucas ao escrever o terceiro evangelho foi precisamente "demonstrar como a crucificação de Jesus, a rejeição do evangelho pela maioria dos judeus e a extensão das promessas divinas ao mundo gentio seguiram o plano divino com total exatidão".[1]

A princípio, obviamente, os discípulos não entenderam que as três fases aqui descritas deveriam se cumprir (Lc 18.34). Somente depois da ressurreição, o Senhor abriu o entendimento deles para que entendessem o desenrolar do plano de Deus referente à oferta do Reino a Israel e, posteriormente, às nações. É notável a clareza com que Lucas expõe esses fatos aos seus leitores:

> E disse-lhes: "Foi isso que eu lhes falei enquanto ainda estava com vocês: Era necessário que se cumprisse tudo o que a meu respeito

[1] *The New American Commentary*, vol. 24, p. 45.

está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos". Então lhes abriu o entendimento, para que pudessem compreender as Escrituras. E lhes disse: "Está escrito que o Cristo haveria de sofrer e ressuscitar dos mortos no terceiro dia, e que em seu nome seria pregado o arrependimento para perdão de pecados a todas as nações, começando por Jerusalém.

Lucas 24.44-47

Ao mostrar que as coisas que tinham acontecido eram fatos que manifestavam a execução de um projeto oculto na Lei, nos Profetas e nos Salmos, o Senhor colocou as três etapas *supra* expostas na categoria do que Paulo chamou de "mistérios", ou seja, verdades relativas aos eternos propósitos salvíficos de Deus que permaneceram latentes nas páginas do Antigo Testamento (Hb 3.5), mas que, a partir do advento de Cristo, foram manifestas de forma clara e completa na mensagem proclamada no Novo Testamento.

Antes de encerrar esta seção, é importante fazer duas ressalvas. Primeira: o oferecimento do Reino aos gentios não deve conduzir à conclusão equivocada de que os judeus, tendo perdido sua chance, não podem mais ser chamados para se colocar sob o governo de Cristo. A conhecida afirmação de Paulo em Romanos 1.16 elimina essa ideia: "Não me envergonho do evangelho, porque é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê: *primeiro do judeu*, depois do grego".

Ademais, é nítido nos registros de Atos dos Apóstolos que Paulo dava lugar de prioridade aos israelitas na sua prática de evangelização (At 13.14; 14.1; 17.1-2; 18.4, etc.). Só depois que os judeus rejeitavam expressamente o evangelho é que o apóstolo se voltava para os gentios (At 13.46).

Outra ressalva importante é que a rejeição dos judeus não deve levar os gentios a se orgulhar contra eles. Em Romanos, Paulo condena essa postura (Rm 11.17-18). Ele ensina que, de fato, a transgressão de Israel trouxe salvação para os gentios (Rm 11.11).

Porém, o apóstolo lembra que se a queda dos judeus gerou bênçãos para as demais nações, sua restauração redundará em glória muito maior para o mundo inteiro (Rm 11.12,15). Ademais, conclui Paulo, se os judeus não continuarem na incredulidade, eles serão novamente "enxertados" na árvore do povo de Deus, "pois Deus é capaz de enxertá-los outra vez" (Rm 11.23). Aliás, de acordo com Romanos 11.25-26, Deus fará precisamente isso por ocasião da segunda vinda de Cristo, quando, então, "todo o Israel será salvo".

O reino já chegou

Na seção anterior foi destacado o plano tripartido de Deus composto pelas seguintes etapas: a oferta do Reino a Israel, a rejeição tanto do Rei quanto do Reino por parte da nação (com suas graves consequências) e o oferecimento do Reino aos gentios através da pregação do evangelho a todas as nações.

Essas lições, uma vez expostas de forma simples e sistemática, não representam grandes dificuldades para o estudioso da Bíblia. Porém, a partir delas, algumas questões inevitavelmente são levantadas. Talvez uma das principais seja a seguinte: De que natureza era o Reino que Jesus veio estabelecer e que os judeus rejeitaram? Seria um reino físico ou espiritual?

Ao que tudo indica, dentro da mentalidade judaica, o conceito de Reino de Deus abarcava os dois sentidos. Com efeito, para o judeu piedoso que aguardava o Reino de Deus, esse reino seria tanto físico quanto espiritual, pois não abrangeria somente a restauração da comunhão com Deus pelo arrependimento e pelo perdão de pecados, mas envolveria também a "consolação de Israel" (Lc 2.25), a "redenção de Jerusalém" (Lc 2.38) e o livramento de toda a nação (Lc 24.21).

Acerca disso, o iminente teólogo alemão Joachim Jeremias (1900-1979), destacado por seu profundo conhecimento acerca da cultura judaica nos tempos de Jesus, escreveu:

Outro fato importante é que havia duas expressões do conceito de reino de Deus no judaísmo. Assim como há dois eões, o presente e o futuro, assim se falava de um reino (perpétuo) de Deus na era presente e de um (futuro) reino de Deus na nova era. Esta distinção remonta ao Antigo Testamento, onde só emerge em fase recente, pelo menos de modo explícito. Faz-se claramente pela primeira vez em Dn 4.34: "... louvei e glorifiquei o Vivente eterno, cujo poder é um poder sempiterno e cujo reino subsiste de geração em geração". Do reino futuro fala-se em Dn 2.44: "Mas no tempo destes reis, o Deus dos céus suscitará um reino que jamais será destruído, reino que não cederá o poder a outro povo, antes, pulverizará e suprimirá todos esses reinos e ele subsistirá para sempre". Esta distinção permanecerá fundamental para os tempos posteriores.[2]

Jeremias prossegue, demonstrando enfim que o Reino esperado pelos judeus dos tempos de Cristo, além de envolver a presente soberania de Javé sobre os piedosos, abrangia também o seu governo visível sobre todas as nações, acompanhado da libertação nacional de Israel:

O reino permanente de Deus é para o antigo judaísmo a sua soberania sobre Israel. Com certeza ele é o criador de todo o mundo e de todos os povos, mas os povos dele se afastaram. Quando lhes ofereceu mais uma vez o reino no Sinai, só Israel se lhe sujeitou, e desde então ele é o rei de Israel. O estabelecimento deste reino deu-se, pois, pela proclamação da vontade real na Lei, e o reino de Deus se tornará visível em todo lugar onde homens se sujeitem, por livre decisão, na obediência, à Lei... Todavia na era presente, o reino de Deus é limitado e oculto, porque Israel está sob a servidão dos povos pagãos que rejeitam o reino de Deus... Mas virá a hora em que esta

[2] *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 154-155.

> dissonância será abolida. Israel será libertado e o reino de Deus se revelará em toda a sua glória, e o mundo todo verá e reconhecerá a Deus como rei... (cf. Zc 14.9)... Israel ora pela vinda deste momento longamente desejado no fim de cada liturgia, já no tempo de Jesus... Resumindo: O antigo judaísmo reconheceu Deus como rei. Na era presente, seu reino se estende só sobre Israel, mas no fim dos tempos será reconhecido por todos os povos.[3]

Essa esperança de redenção política e espiritual de Israel, acalentada pelos judeus dos dias de Cristo (Mc 11.10), pode ser percebida, por exemplo, nos cânticos de Maria e de Zacarias. Diante da iminência do Reino, ambos expressaram completa felicidade com base na expectativa de uma mudança radical na condição de Israel, então oprimido pelo jugo romano.

Maria exultou com a chegada do tempo em que Deus finalmente derrubaria os "governantes dos seus tronos" e exaltaria os humildes (Lc 1.52). Zacarias, por sua vez, bendisse ao Senhor por livrar Israel dos seus inimigos através da casa de Davi e por conceder à nação a alegria de, longe dos seus opressores, adorar ao Senhor sem temor durante todos os seus dias (Lc 1.68-75). Assim, tanto para Maria como para Zacarias, o advento do Messias, visto à luz da Aliança Abraâmica, viabilizava uma nova época de paz em que, livre daqueles que o odiavam, Israel serviria a Deus em santidade e justiça sob o reinado de um descendente de Davi.

Essa expectativa que Israel tinha no século 1 era válida e isso foi atestado pelo próprio Senhor. De fato, Jesus chamou a Jerusalém terrena (não a celeste ou espiritual) de "cidade do grande Rei" (Mt 5.35). Com essa expressão ele demonstrou a legitimidade da esperança de livramento nacional acalentada então por todo judeu piedoso (Mc 15.43). Também o já citado lamento de

[3] Idem, p. 155-156.

Jesus sobre a cidade mostra que essa expectativa de livramento histórico-político era correta e legítima:

> Quando se aproximou e viu a cidade, Jesus chorou sobre ela e disse: "Se você compreendesse neste dia, sim, você também, o que traz a paz! Mas agora isso está oculto aos seus olhos. Virão dias em que os seus inimigos construirão trincheiras contra você, a rodearão e a cercarão de todos os lados. Também a lançarão por terra, você e os seus filhos. Não deixarão pedra sobre pedra, porque você não reconheceu a oportunidade que Deus lhe concedeu".
>
> Lucas 19.41-44

Como se vê, Jesus afirma em sua queixa que Israel jamais provaria a iminente calamidade que lhe seria imposta pelos romanos, mas entraria num período de perfeita paz caso tivesse aproveitado a oportunidade que Deus lhe havia dado de receber o Reino oferecido na mensagem e na pessoa do seu Filho. Assim, ao que tudo indica, se Israel tivesse acolhido o Messias, então ele, que tinha assumido a forma de servo, se manifestaria finalmente em glória e todas as formas de livramento seriam provadas pelo Israel bem-aventurado. Na verdade, em Lucas 17.24-25 há indícios de que isso é o que aconteceria caso não fosse necessário que primeiro o Filho do homem padecesse e fosse rejeitado.

Ora, se esse Reino físico-espiritual deixou de ser oferecido à nação judaica e passou a ser ofertado aos gentios, seria certo que os que agora o aceitam vejam-no apenas como uma nova situação por vir? Na verdade, está fora de dúvida que o Reino como realidade que invade a história e se impõe ao mundo compõe a esperança escatológica cristã. Porém, o Novo Testamento destaca que há um sentido também físico e espiritual em que o Reino pode ser visto como uma realidade *presente*, dinâmica, duradoura e, desde já, solidamente estabelecida. Trata-se do Reino em seu estado intermediário, ou seja, o Reino no formato que assume no

período que se situa entre sua oferta inicial a Israel (por ocasião da primeira vinda do Messias) e a sua efetiva irrupção na história (a ocorrer por ocasião da segunda vinda do Senhor).

Stuart K. Weber esclarece:

> Durante a presente "Era Cristã", antes da segunda vinda de Cristo, o reino é representado como o governo de Deus no coração dos crentes, enquanto o rei permanece ausente. O reino nesse formato (a igreja) é um mistério no sentido de que antes dos dias de Jesus, sua realidade não foi revelada aos profetas do Antigo Testamento (Mt 13.11). Antes de Jesus revelar essas verdades, elas tinham sido "ocultas desde a criação do mundo" (Mt 13.35).[4]

Nesse "formato", o Reino subsiste no mundo de maneira não imponente, com seus cidadãos se reunindo em pequenas comunidades de adoração submissas ao Rei, buscando observar um padrão ético elevado (Mt 5—7), sofrendo os ataques de inimigos lá fora e lidando com agentes do mal infiltrados em seu meio. Mesmo com tanta oposição, o Reino no estado presente expande suas fronteiras, não pela força nem por argumentos ou expedientes humanos, mas pelo poder de sua mensagem, capaz de libertar os homens do império das trevas e conduzi-los triunfantes para dentro dos seus muros. Tendo essas concepções em mente, Paulo escreveu às igrejas tratando-as como a extensão visível e presente do Reino de Deus (Ef 2.6; Cl 1.13) e exigiu delas um comportamento que estivesse à altura dessa posição honrosa (Rm 14.17; 1Co 4.20; 1Ts 2.12).

Ao longo dos séculos, grandes representantes da ortodoxia cristã têm reconhecido esse aspecto do Reino de Deus. O destacado teólogo presbiteriano Charles Hodge (1797-1878), por

[4] *Holman New Testament Commentary*, vol. 1, p. 34.

exemplo, em sua famosa *Systematic Theology*, realçou a manifestação presente do Reino traçando os seguintes contornos:

> Porém, além desse reino de poder, Cristo tem também um reino de graça. Esse reino é exibido sob dois aspectos: inclui a relação que Cristo mantém com seu povo verdadeiro, tanto individual como coletivamente (a igreja invisível); e a relação que ele sustenta com a igreja visível, ou o corpo formado por aqueles que professam ser seu povo... Assim, ele é o rei de toda a alma que crê. É ele quem a resgata do reino das trevas e a conduz sob sua sujeição. Com efeito, ele governa e reina sobre essa alma. Todo crente reconhece a Cristo como seu soberano absoluto, Senhor da sua vida interior e também da sua vida exterior. Ele oferece a Cristo a sujeição completa da sua razão, da sua consciência e do seu coração. Faz dele o "objeto" da sua reverência, do seu amor e da sua obediência. Nele o crente confia como proteção contra todos os inimigos, visíveis e invisíveis. Nele o cristão espera durante cada emergência presente e espera nele por seu triunfo final. A lealdade do crente a Cristo atinge o ponto máximo. Ser um bom soldado de Jesus Cristo, gastar o que tem e ser desgastado no seu serviço e na promoção do seu Reino passam a ser os grandes propósitos que orientam sua vida.[5]

Foi a esse Reino em seu estado intermediário que Jesus se referiu quando disse: "O Reino de Deus não vem de modo visível, nem se dirá: 'Aqui está ele', ou 'Lá está'; porque o Reino de Deus está entre vocês" (Lc 17.20-21). Aliás, nessa mesma passagem, ele explicou que a manifestação do Reino em forma visível ocorrerá somente por ocasião da sua segunda vinda: "Pois o Filho do homem no seu dia será como o relâmpago cujo brilho vai de uma extremidade à outra do céu. Mas antes é

[5] Vol. 2, p. 601. Tradução do autor.

necessário que ele sofra muito e seja rejeitado por esta geração" (Lc 17.24-25).

O núcleo de poder, majestade e glória do Reino em seu estado intermediário não se situa neste mundo, mas sim no céu (Mc 16.19; Lc 22.69; At 2.33; Ef 1.20; Hb 1.3; 1Pe 3.22; Ap 4.1-11; 5.6). Jesus quis comunicar esse fato a Pilatos quando afirmou: "O meu Reino não é deste mundo". Note-se que nessa passagem o Senhor destacou que o seu Reino não é deste mundo apenas durante a presente época. Com efeito, para não deixar dúvidas quanto a isso, ele completou: "Mas *agora* o meu Reino não é daqui" (Jo 18.36).

O fato de que o núcleo glorioso do Reino, em seu formato atual, é celeste pode ser percebido também no diálogo de Jesus com o ladrão que foi crucificado ao seu lado e que, em suas últimas horas, suplicou por salvação. Em meio à mais profunda agonia o ladrão reconheceu que Jesus era de fato o Rei prometido e entendeu que seu Reino viria em glória somente no futuro. Então ele disse: Jesus, lembra-te de mim quando *vieres* no teu Reino (Lc 23.42).

É verdade que alguns manuscritos trazem "quando entrares no teu Reino" (P^{75}, B, L, *al*). Porém, a maior parte da evidência apoia a leitura adotada aqui, além do *Codex Bezae* que traz "no dia da sua vinda" [6]. Isso realça que a esperança do ladrão no tocante ao Reino era futura e não presente.

Jesus, porém, sem reprovar a expectativa escatológica do homem crucificado ao seu lado, surpreendeu-o com a garantia do desfrute imediato do Reino: "Hoje você estará comigo no paraíso" (Lc 23.43). Assim, ele mostrou que o Reino ansiado pelo ladrão já existia, mas que por ora, seu cerne glorioso não estava aqui.

Acerca do Reino nesse período intermediário, Jesus ensinou verdades que os seus ouvintes jamais tinham imaginado,

[6] Cf. B. M. Metzger, *A textual commentary on the Greek New Testament*, p. 154.

até porque nunca haviam sequer ouvido falar sobre essa fase do Reino situada entre sua primeira oferta e sua efetiva irrupção. A essas verdades, o Senhor deu o nome de "mistérios" (Mt 13.11; Lc 8.10), mostrando que estiveram ocultas, mas foram enfim manifestas aos eleitos de Deus através de seus ensinos (Mt 11.25-26). Esses "mistérios do Reino", relativos à sua fase atual, foram expostos nas parábolas registradas em Mateus 13 e podem ser classificados da seguinte maneira:

- *O mistério da diversidade de solos.* Esse mistério é ensinado na parábola do semeador (Mt 13.1-9, 18-23) e destaca as diferentes reações das pessoas diante da pregação do Reino. Por meio dessa ilustração, o Senhor destaca que mesmo a resposta mais empolgada diante da mensagem do Reino não oferece plena garantia de que o ouvinte se tornou um discípulo verdadeiro. É somente através da perseverança e da frutificação que alguém evidencia de modo seguro que acolheu, de fato, a Palavra semeada.
- *O mistério da convivência conjunta entre bons e maus.* Esse mistério proposto na parábola do trigo e do joio destaca que na fase intermediária do programa do Reino, justos e injustos estarão lado a lado até a vinda do Senhor, quando enfim serão separados e julgados (Mt 13.24-30,36-43). Jesus destaca que só então o Reino entrará numa nova fase, marcada unicamente pelo resplendor dos salvos (Mt 13.43). É curioso observar que na exposição dessa parábola Jesus afirma que o Reino dos céus é tanto uma realidade presente mista, com trigo e joio juntos (v. 24-25), como uma realidade por vir, livre de qualquer sombra de impiedade (v. 43). A comparação, pois, entre a descrição presente nos versículos 24-25 e a realidade destacada no versículo 43, ambas relativas ao Reino, mostra a distinção entre a fase intermediária e mista e a fase final do plano de

Deus, em que os santos participarão com exclusividade das bênçãos do seu governo. O mistério da convivência conjunta entre bons e maus com sua final separação é também ensinado na parábola da rede (Mt 13.47-50).

- O *mistério da difusão gradual*. Esse mistério foi ensinado pelo Senhor nas parábolas do grão de mostarda e do fermento e indica a expansão do Reino, ou seja, sua gradual difusão rumo a todas as direções, através da propagação do evangelho (Mt 13.31-35).
- O *mistério da preciosidade desmedida*. Esse mistério é ensinado nas parábolas do tesouro escondido e da pérola de grande valor, nas quais o Reino é apontado como algo tão precioso que é digno de que alguém abandone tudo para obtê-lo (Mt 13.44-46).

Jesus encerrou a exposição das parábolas do capítulo 13 de Mateus dizendo que "todo escriba versado no Reino dos céus é semelhante ao pai de família que tira do seu depósito coisas novas e coisas velhas" (Mt 13.51-52, RA). Com isso, ele quis ensinar que as parábolas que proferira destacavam realidades antigas e novas relativas ao Reino, verdadeiros mistérios outrora ocultos, cuja novidade residia em sua clara manifestação presente. Esses mistérios, ao lado de outros que também foram trazidos à luz através dos apóstolos, se considerados com sabedoria e honestidade, servirão como sólidos fundamentos tanto para a doutrina como para a prática ministerial de todo homem de Deus que queira alicerçar seu pensamento e seu trabalho sobre as verdadeiras bases do Novo Testamento.

Esse homem saberá quais são os contornos do Reino em seu formato presente e, portanto, conhecerá os fenômenos que nele ocorrem nessa fase intermediária. Assim, ele não ficará surpreso diante das aparentes perdas do Reino celeste, não desanimará no serviço em prol da sua expansão, jamais duvidará de seu

pleno estabelecimento futuro e tampouco será levado por distrações que, porventura, o incitem a buscar neste mundo algum bem supostamente maior do que a vida de serviço sob o glorioso cetro do Senhor.

Em termos práticos, o crente que acolhe a concepção do Reino de Deus em seu formato atual, também vai se preocupar em expandi-lo por toda parte, tentando neutralizar os efeitos do pecado sobre a criação, sobre as instituições e sobre a experiência humana como um todo. Por isso, não será indiferente aos danos causados pelo mal ao meio ambiente, à política, à educação, à família e aos indivíduos em geral. Antes, trabalhará para que o Reino em seu aspecto presente seja mais sentido e notado, mesmo sabendo que a visão plena desse Reino, com a concretude absoluta de suas bênçãos, só poderá ser testemunhada e completamente provada quando sua manifestação total irromper subitamente na história.

O reino ainda virá

Na esfera da ortodoxia cristã, três concepções doutrinárias se formaram a respeito do Reino futuro. A primeira e, de fato, a mais antiga, propõe que um dia Deus vai inaugurar neste mundo um reino visível de paz e justiça que se estenderá sobre todas as nações. Esse reino será literal, físico, político e terreno e em seu trono se sentará Jesus Cristo, o descendente de Davi. Como, de acordo com essa vertente doutrinária, a volta de Cristo deverá ocorrer *antes* do estabelecimento desse reino e como seu governo deverá se estender por mil anos (Ap 20.1-7), essa concepção recebeu o nome de *pré-milenismo*. O pré-milenismo crê ainda que, depois de terminados os mil anos do reinado terreno de Cristo, haverá a ressurreição dos mortos, o Senhor realizará o juízo final e, enfim, inaugurará o estado eterno.

Nos primeiros séculos da história da igreja, o pré-milenismo recebeu a designação de *quiliasmo* (da palavra grega *chílioi*, mil)

e os pré-milenistas de hoje se orgulham em dizer que os teólogos mais preeminentes da igreja em seus primeiros três séculos de existência eram todos quiliastas. De fato, Papias de Hierápolis (c. 70-c. 140), o autor da *Epístola de Barnabé* (c. 135), Justino Mártir († c. 165), Irineu de Lião († c. 202), Tertuliano de Cartago († c. 220) e Lactâncio (c. 240-c. 320) estão entre os expoentes do quiliasmo na igreja antiga, o que se pode verificar facilmente em seus escritos.[7]

Ademais, historiadores de renome atestam que o reinado de mil anos de Cristo sobre a terra foi a crença dominante dos cristãos nos primeiros séculos. Edward Gibbon (1737-1794), por exemplo, afirma que em meio à ortodoxia daqueles tempos imperava a doutrina de que a presente era de lutas "seria sucedida por um alegre sábado de mil anos; e que Cristo... reinaria sobre a terra até o tempo designado para a última e geral ressurreição".[8] Philip Schaff, destacado historiador e teólogo reformado, realça precisamente o mesmo fato, dizendo que "o ponto mais notável da escatologia do período anteniceno é o proeminente quiliasmo ou milenarismo, que é a crença em um reino visível e glorioso de Cristo sobre a terra durante mil anos, com os santos ressurretos, a ser inaugurado antes da ressurreição geral e do julgamento".[9]

Note-se que o pré-milenismo, desde os tempos antigos, teve como uma de suas marcas principais a interpretação literal dos mil anos mencionados em Apocalipse 20.1-7. Conforme será visto, essa vertente doutrinária também se destaca das demais pelo entendimento de que o reino a ser instalado por mil anos literais será visível e terreno. Para os pré-milenistas, portanto,

[7] Para uma seleção de citações desses autores atestando suas crenças milenaristas, cf. Renald E. Showers, *There really is a difference*, p. 119-126.
[8] *History of Christianity*, p. 141.
[9] *History of the Christian Church*, vol. 2, p. 614.

não existe razão alguma que justifique a adoção da interpretação alegórica ou simbólica do texto que especifica e descreve esse período.

A segunda concepção é denominada *amilenismo*. A letra "a" da palavra "amilenismo" funciona como uma partícula privativa e indica a negação de qualquer milênio no sentido físico e político proposto pelos pré-milenistas. Assim, o amilenismo ensina que não haverá no futuro nenhum reino literal de mil anos estabelecido por Cristo neste mundo. Segundo seus proponentes, os mil anos de governo de Cristo mencionados em Apocalipse 20.1-7 são de natureza espiritual e estão se cumprindo desde já, com Cristo reinando sobre a igreja a partir do seu trono celeste.

Obviamente, segundo os amilenistas, o número *mil* adotado em Apocalipse para descrever a duração do Reino não deve também ser entendido de forma literal, mas sim como uma maneira simbólica que João adotou para se referir a um período longo e indefinido de tempo. É claro que os amilenistas acreditam que o governo de Deus vai se manifestar de modo completo e absoluto no futuro, mas isso, segundo seu entendimento, não deverá ocorrer neste mundo como dizem os pré-milenistas, mas sim no novo céu e na nova terra, ou seja, no estado eterno que será inaugurado quando a presente ordem chegar ao fim. Assim, na concepção amilenista, a sequência dos eventos porvir abrange a segunda vinda de Cristo (sem a fixação de nenhum governo de mil anos aqui), a ressurreição dos mortos, o julgamento de todos, o fim da presente era e o início imediato do estado eterno.

O *pós-milenismo* é a terceira concepção sobre o Reino que pode ser encontrada na esfera da ortodoxia cristã. Como o próprio nome sugere, os pós-milenistas creem que Cristo voltará *depois* de estabelecido seu Reino aqui. Assim, esse reino, não se manifestará de forma imediata, através da intervenção sobrenatural de Deus na história, mas sim através do avanço científico

e tecnológico e por meio da crescente influência do cristianismo sobre todo o mundo.

Sendo uma concepção marcantemente otimista, o pós-milenismo ensina que o progresso do conhecimento humano, as novas descobertas e invenções, o desenvolvimento de técnicas avançadas de domínio da natureza e, especialmente, a expansão do evangelho, farão a humanidade chegar gradualmente numa era encantadora de felizes realizações (o milênio) — um tempo em que a vasta maioria dos seres humanos será fiel a Cristo e em que, conforme afirma o pós-milenista Kenneth L. Gentry, "a fé, a justiça, a paz e a prosperidade prevalecerão nos assuntos do povo e das nações", antes de Cristo voltar, graças ao sucesso do evangelho.[10]

Os pós-milenistas não acreditam que o milênio será de mil anos literais. Antes, concebem o número *mil* mencionado em Apocalipse 20 como um símbolo de perfeição e de vasta extensão de tempo. Uma vez transcorrido esse período indefinido e feliz, dizem, Cristo virá outra vez, coroando e fechando esse "milênio" glorioso. Então haverá a ressurreição dos mortos, o julgamento de todos, o fim do mundo e a consumação do governo de Deus no estado eterno.

Das três vertentes escatológicas acima expostas, a que se mostra mais consistente é a primeira, ou seja, o pré-milenismo. Isso deve ser reconhecido não somente porque, conforme exposto, essa foi a crença dos primeiros cristãos, mas também e principalmente, porque somente essa vertente doutrinária se harmoniza perfeitamente com a vasta evidência bíblica.

Com efeito, já no Antigo Testamento encontram-se claras profecias acerca de um futuro reino terreno governado pelo Messias. Observe-se inicialmente, o pacto que Deus fez com o rei

[10] Disponível em: <www.monergismo.com>. Acesso em 17 de agosto de 2012.

Davi (2Sm 7.8-16; 23.5; 2Cr 7.18; 21.7; Sl 89.3-4,28-29,34-37; Jr 33.19-26). De acordo com esse pacto, o trono davídico seria estabelecido para sempre. Evidentemente, essa promessa ainda não se cumpriu, mas o dia da sua completa realização chegará quando o Senhor Jesus Cristo estiver reinando em Jerusalém, conforme dito pelo anjo Gabriel a Maria:

> Você ficará grávida e dará à luz um filho, e lhe porá o nome de Jesus. Ele será grande e será chamado Filho do Altíssimo. O Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi, e ele reinará para sempre sobre o povo de Jacó; seu Reino jamais terá fim.
>
> Lucas 1.31-33

Obviamente, essa profecia não se cumpriu com a ascensão e entronização celeste de Jesus, uma vez que "o trono de se pai Davi" não é no céu, mas sim na terra. Apesar disso, os amilenistas geralmente declaram que o trono de Davi de que falou o anjo Gabriel é precisamente o trono celeste que Cristo ocupa agora. Porém, o fato é que o trono celeste de Cristo sempre esteve firmado (Hb 1.8) e se fosse a esse trono que o anjo se referia, não haveria sentido em dizer que seu estabelecimento ocorreria no futuro. Assim, não resta outra opção diante desses textos senão reconhecer a realidade porvir do Reino terreno e político do Messias que se estenderá por mil anos nesta terra (Ap 20.1-7) e, enfim, para todo o sempre, na nova criação (Ap 21.1,5).

Outros textos do Antigo Testamento proclamam o advento de um Reino Messiânico literal, visível, físico e político. Na belíssima passagem de Isaías 9.6-7, por exemplo, o profeta falou do Messias ocupando o trono de Davi, num reino de paz, justiça e retidão que estenderá seu domínio sobre tudo, num governo que não terá fim. O mesmo profeta Isaías descreveu esse tempo como um período em que toda a terra será governada por um Rei que

julgará com justiça, favorecendo os homens íntegros e matando os perversos (Is 11.1-5).

Nesse Reino, diz Isaías, os animais viverão em perfeita paz, sendo removida a inimizade, o perigo e o sofrimento de toda a criação (Is 11.6-9). Tão grande será a transformação da natureza quando o Senhor estabelecer seu Reino aqui que ele próprio se referiu a essa realidade como a "regeneração (*palingenesia*) de todas as coisas", não deixando dúvidas de que isso acontecerá "quando o Filho do homem se assentar em seu trono glorioso" (Mt 19.28). Pedro também falou sobre esse tempo, realçando que será inaugurado quando o Senhor voltar (At 3.19-21). Paulo, por sua vez, tratou do mesmo assunto quando escreveu Romanos 8.19-21:

> A natureza criada aguarda, com grande expectativa, que os filhos de Deus sejam revelados. Pois ela foi submetida à inutilidade, não pela sua própria escolha, mas por causa da vontade daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria natureza criada será libertada da escravidão da decadência em que se encontra, recebendo a gloriosa liberdade dos filhos de Deus.

Isaías destaca que o Reino acerca do qual profetiza, se estenderá sobre todas as nações (Is 11.10), não deixando margem para dúvidas de que seu estabelecimento será neste mundo. Jeremias faz alusão ao Reino nos mesmos termos, dizendo que nos dias de governo do Messias, ele fará justiça na terra (Jr 23.5). Ezequiel, por sua vez, destaca a segurança, a paz e a prosperidade que marcarão o Reino terreno e vindouro de Cristo (Ez 34.23-31).

As profecias de Daniel também fornecem ampla base para o milenarismo. De fato, quando explicou a que se referia a estátua do sonho de Nabucodonosor, Daniel revelou que no fim da história a humanidade verá a chegada de um reino que destruirá todos os demais e será firmado para sempre (Dn 2.34-35,44). Daniel

disse ainda que esse reino será inaugurado quando o Filho do homem vier "com as nuvens do céu" para governar sobre "todos os povos, nações e homens de todas as línguas" (Dn 7.13-14). O profeta Daniel não deixou dúvidas de que esse reino será terreno e político e que os santos viverão nele, desfrutando do poder e da grandeza das nações "que há debaixo de todo o céu" (Dn 7.27).

Os demais profetas também falam do Reino de Cristo mostrando seu aspecto terreno, sendo impossível alistar aqui, dado o escopo e as dimensões deste livro, todas as passagens do Antigo Testamento que tratam desse tema. Por isso, talvez a esta altura seja suficiente destacar somente a evidência presente no livro do profeta Zacarias. Esse arauto dos tempos pós-exílicos afirmou que quando o Senhor voltar, seus pés pisarão o Monte das Oliveiras (Zc 14.4) e que só então seu governo se estenderá sobre toda a terra (Zc 14.9) e seu domínio "de um mar a outro" (Zc 9.10).

A esperança do Reino terreno não ficou confinada às páginas do Antigo Testamento. Na verdade, os apóstolos fizeram dessa esperança um dos fundamentos principais da teologia que ensinaram à igreja nascente e diversos textos neotestamentários já citados neste capítulo são prova disso. Recorde-se, por exemplo, as palavras do anjo a Maria dizendo que Jesus se sentaria no trono de Davi, seu pai, ou seja, num trono terreno (Lc 1.32). Recorde-se ainda a declaração de Jesus dirigida a Pilatos na qual afirma que o seu reino *agora* não é daqui, indicando com isso que chegará ainda o tempo em que seu trono será firmado neste mundo (Jo 18.36).

Note-se, porém, que a evidência presente no Novo Testamento acerca da fixação do Reino de Deus neste mundo transcende em muito as passagens já mencionadas. Os textos alistados a seguir são apenas mais alguns que merecem consideração especial:

- *Mateus 25.31-46*: Nesse discurso, Jesus ensina que quando vier a este mundo, se sentará num trono de glória e, depois de

separar os justos dos injustos, dirá àqueles: "Venham, benditos de meu Pai! Recebam como herança o Reino que lhes foi preparado desde a criação do mundo" (34). Obviamente, tendo firmado seu trono aqui, não resta dúvidas de que aqui também será o lugar do seu Reino dado como herança aos justos (Mt 5.5). Vale destacar que esse texto, quando considerado à luz de Lucas 22.29, indica que os santos não somente ocuparão o Reino, mas também terão algum tipo de participação no governo real de Cristo neste mundo (Ap 5.9-10).

- *Lucas 22.14-18*: Essa tocante passagem registra as palavras de Jesus durante a última Ceia. Na ocasião, o Senhor disse que não participaria mais do banquete pascal até que isso se cumprisse no Reino de Deus (16). Lucas registra ainda que, depois de dar graças, Jesus afirmou: "Tomem isto e partilhem uns com os outros. Pois eu lhes digo que não beberei outra vez do fruto da videira até que venha o Reino de Deus" (17-18). Conforme explicam Godet, Shalders e Cusin, dificilmente essas palavras podem ser interpretadas figuradamente:

> A Páscoa futura no Reino de Deus (16) poderia ser entendida como sendo a Santa Ceia celebrada na igreja. Porém, a expressão "Eu não comerei dela novamente até..." em seu paralelismo com o v.18, não admite essa interpretação espiritualista. Jesus, na verdade, está falando de um novo banquete que será celebrado depois da consumação de todas as coisas... A expressão "fruto da videira" (18) ecoava os termos da oração ritual de Páscoa. Nos lábios de Jesus, essa expressão evocava o senso de contraste entre o presente sistema terreno e a criação glorificada que vai aflorar com a *palingenesia* (Mt 19.28; compare com Rm 8.31s). A frase "não beberei", corresponde a "não comerei dela novamente" (16). Mas há uma gradação aqui. As palavras do v. 16 significam "Esta é minha última Páscoa, o último ano da minha vida"; já os termos do v. 18 sugerem "Esta é minha

última ceia, o meu último dia". Com base nessas palavras Paulo escreveu a cláusula "até que ele venha" (1Co 11.26). Provavelmente, esse texto é também o terreno sobre o qual se formou a famosa tradição de Papias acerca das fabulosas vinhas do Reino milenar. [11]

Os textos paralelos de Mateus (26.29) e Marcos (14.25) mostram a ênfase dada nos sinóticos à esperança da celebração da Ceia futura no Reino de Cristo que há de vir. E Lucas dá a essa expectativa um realce ainda maior ao acrescentar ao seu relato as seguintes palavras de Jesus: "E eu lhes designo um Reino, assim como meu Pai o designou a mim, para que vocês possam comer e beber à minha mesa no meu Reino e sentar-se em tronos, julgando as doze tribos de Israel" (Lc 22.29-30).

- *Atos 1.6-7*: O diálogo entre os Onze e o Cristo ressurreto reproduzido nessa passagem mostra que os apóstolos nutriam no coração a viva esperança do restabelecimento espiritual, físico e político da nação judaica sob o governo do Messias. Eles perguntaram a Jesus: "Senhor, é neste tempo que vais restaurar o reino a Israel?" (6). Ora, se essa expectativa fosse equivocada, certamente Jesus corrigiria os discípulos, dizendo algo mais ou menos assim: "Vocês ainda não entenderam? O meu Reino é espiritual e não virá em visível manifestação. Já é hora de abandonarem essa falsa esperança voltando os olhos para o meu trono celeste". Em vez disso, porém, Cristo ratificou e validou a expectativa dos Onze, dizendo-lhes que o tempo do cumprimento daquilo que tanto esperavam mantinha-se oculto entre os secretos desígnios de Deus.
- *Apocalipse 11.15-18*: Apocalipse fala de sete anjos aos quais foram dadas sete trombetas (Ap 8.2). Nas visões de João, à

[11] A *Commentary on the Gospel of St. Luke*.

medida que esses anjos tocam sucessivamente suas trombetas, os juízos de Deus sobrevêm aos habitantes da terra — algo que, como se sabe, ocorrerá num período vindouro que Jesus chamou de "grande tribulação" (Mt 24.21). O texto em destaque descreve o que ocorre quando a sétima trombeta é tocada: "O sétimo anjo tocou a sua trombeta, e houve fortes vozes nos céus que diziam: 'O reino do mundo se tornou de nosso Senhor e do seu Cristo, e ele reinará para todo o sempre'" (15). Duas expressões se destacam aqui. Primeiramente, o texto fala do "reino deste mundo" sendo colocado sob o governo do Senhor e do seu Cristo. Isso, por si só, comprova a natureza terrena do Reino vindouro. Aliás, essa verdade é destacada também em Ap 5.10, onde é revelado que os santos "reinarão sobre a terra". Em segundo lugar, a expressão "se tornou" (do grego *egéneto*) tira qualquer possibilidade de João estar falando aqui acerca do governo de Cristo sobre o mundo a partir do trono celeste, uma vez que essa forma dele governar vigora desde a sua ressurreição (Mt 28.18) e ascensão (Ef 1.20-21), não havendo cabimento no uso da expressão "se tornou" para referir-se a esse fato já ocorrido. Ademais, note-se que o texto diz que o reino do mundo se tornou "*de nosso Senhor* e do seu Cristo". Obviamente, a palavra "Senhor" usada aqui se aplica a Deus, o Pai, posto que Deus, o Filho, é designado na cláusula seguinte como sendo o Cristo *dele*. Esse detalhe torna impossível que o texto esteja falando do reinado celeste pós-ascensão, uma vez que o Pai nunca foi assunto ao céu. Tampouco o trono celeste jamais "se tornou" de Deus, o Pai, já que ele nunca deixou de ocupar esse trono. Como se isso tudo não bastasse, o cântico descrito nos versículos 17-18 corrobora ainda mais o ensino acerca de um futuro reino terreno do Senhor ao proclamar que ele "assumiu" o seu poder e "começou a reinar", exercendo, finalmente,

severo juízo sobre "os que destroem a terra". Conforme se vê, todos os detalhes do texto em análise apontam para o futuro estabelecimento do Reino de Deus neste mundo de forma visível, concreta e literal.

O que se conclui, pois, a partir das passagens bíblicas ora alistadas é que o Reino glorioso do Senhor ainda há de se manifestar num clímax absoluto, quando as inúmeras profecias bíblicas acerca de uma era de paz e justiça se cumprirem neste mundo e todas as nações estiverem sob o cetro do adorável Rei davídico. E esse Reino, nessa sua manifestação terrena, política e completa, durará mil anos (Ap 20.1-6).

Assim, mesmo sendo certo que os evangelhos ensinem acerca do Reino de Deus como uma realidade já existente, não há dúvidas de que esse Reino tem também uma dimensão ainda não realizada, cuja consumação está reservada para o futuro, para um tempo que o Pai não revelou — um tempo que Deus, em sua insondável sabedoria, decidiu manter envolto em mistério.

E depois disso tudo?

A definição formulada no início deste capítulo apresenta o Reino de Deus sob dois aspectos: o Reino como governo direto de Deus sobre tudo (sentido amplo); e o Reino como a esfera do domínio de Deus mediado por Cristo, exercido sobre as coisas que foram reconciliadas com ele através da cruz (sentido estrito). Vê-se, assim, que uma diferença básica entre os dois aspectos é que, no primeiro, a soberania de Deus é exercida de forma direta e imediata; já no segundo, essa soberania é exercida de forma mediada, através de Cristo (1Co 11.3).

A exposição feita aqui tratou do segundo aspecto da definição do Reino, mostrando tanto o seu formato presente (Cristo reinando na igreja), como o seu formato futuro (Cristo reinando no

milênio), deixando claro que em ambos os casos, a soberania de Deus Pai é exercida pela mediação do Filho.

Resta agora tratar do desfecho disso tudo e expor o destino reservado para o Reino de Deus mediado por Cristo. Paulo aborda esse assunto numa passagem que raramente recebe a atenção merecida:

> Então virá o fim, quando ele entregar o Reino a Deus, o Pai, depois de ter destruído todo domínio, autoridade e poder. Pois é necessário que ele reine até que todos os seus inimigos sejam postos debaixo de seus pés. O último inimigo a ser destruído é a morte. Porque ele "tudo sujeitou debaixo de seus pés". Ora, quando se diz que "tudo" lhe foi sujeito, fica claro que isso não inclui o próprio Deus, que tudo submeteu a Cristo. Quando, porém, tudo lhe estiver sujeito, então o próprio Filho se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, a fim de que Deus seja tudo em todos.
>
> 1Coríntios 15.24-28

Esse texto mostra que o Reino, no aspecto em que seu governo é mediado por Cristo, vai acabar, cedendo espaço à *soberania imediata* de Deus sobre tudo o que há. Trocando em miúdos: Deus governa de forma direta no universo. Porém, há esferas que ele governa pela mediação de Cristo, sendo certo que nem tudo ainda está sujeito a ele. Chegará o tempo, porém, em que a esfera do Reino mediado vai se expandir (Hb 2.8) coincidindo com a esfera do Reino imediato. Cessará, então, o Reino mediado e Deus será, enfim, "tudo em todos".

Segundo o ensino paulino, isso vai acontecer quando Cristo "entregar o Reino a Deus, o Pai". Depois de destruir "todo domínio, autoridade e poder"; depois de reinar até que "todos os seus inimigos sejam postos debaixo de seus pés"; depois de destruir definitivamente "o último inimigo", isto é, a morte, ao fim do

Reino milenar (Ap 20.14), então o próprio Filho se sujeitará ao Pai, entregando o Reino a ele e pondo fim ao governo mediado.

Paulo diz que, a partir daí, Deus será "tudo em todos" (do grego *pánta en pâsin*). Essa expressão denota uma supremacia absoluta e completa (cf. Cl 3.11). F. W. Farrar diz que a cláusula traz implícita a ideia de algo novo, supremo e eterno, com a sujeição de tudo e de todos a Deus, sem que essa sujeição seja interrompida por qualquer grau ou forma de oposição.[12] Trata-se, pois, da feliz consumação. É a plena restauração da harmonia no universo físico e espiritual, através da completa subjugação de tudo ao Pai (Cl 1.19-20), numa demonstração definitiva de que "dele, por ele e para ele são todas as coisas" (Rm 11.36). É, enfim, o Reino de Deus em seu estágio final; o Reino que, conforme disse Jesus a Nicodemos, só poderá ser visto por quem nasceu de novo (Jo 3.3). Daí a necessidade urgente do ser humano conhecer também os mistérios da salvação.

Perguntas para recapitulação

1. Por que a noção do reino de Deus, como realidade atual, é importante para a igreja?
2. Que impacto as concepções cristãs sobre o reino têm sobre o comportamento dos crentes diante das autoridades civis?
3. No trato com as passagens bíblicas que falam do futuro reino de Deus em termos terrenos, os amilenistas geralmente adotam a interpretação alegórica. Quais são os perigos desse método de interpretação?
4. Como harmonizar o ensino acerca da restauração de todo o universo em plena sujeição a Deus com a doutrina do eterno castigo dos ímpios?

[12] In: H. D. M Spence-Jones (ed.). *The Pulpit Commentary*, p. 487-488.

Capítulo 5

Os mistérios da salvação

Não julgueis a herança baseados na indignidade do herdeiro.
GREGÓRIO MAGNO (c. 540-604)

O MISTÉRIO DO EVANGELHO

Os mistérios da salvação são verdades cujo conteúdo se relaciona diretamente com o livramento do pecador do juízo de Deus. Dentre esses mistérios o primeiro a ser considerado é o evangelho em si, cuja mensagem encerra o poder de Deus para salvar todo aquele que crê (Rm 1.16).

É o próprio Paulo quem classifica o evangelho como um "mistério". Com efeito, nas linhas finais de Romanos (16.25-27), o apóstolo usa precisamente essa palavra para se referir à mensagem salvífica pregada por ele:

> Ora, àquele que tem poder para confirmá-los pelo meu evangelho e pela proclamação de Jesus Cristo, de acordo com a revelação do mistério oculto nos tempos passados, mas agora revelado e dado a conhecer pelas Escrituras proféticas por ordem do Deus eterno, para que todas as nações venham a crer nele e a obedecer-lhe; sim, ao único Deus sábio seja dada glória para todo o sempre, por meio de Jesus Cristo. Amém.

Há pelo menos mais três passagens em que Paulo se refere diretamente ao evangelho como um mistério:

Eu mesmo, irmãos, quando estive entre vocês, não fui com discurso eloquente, nem com muita sabedoria para lhes proclamar o mistério de Deus.[1] Pois decidi nada saber entre vocês, a não ser Jesus Cristo, e este, crucificado.

1Coríntios 2.1-2

Orem também por mim, para que, quando eu falar, seja-me dada a mensagem a fim de que, destemidamente, torne conhecido o mistério do evangelho.

Efésios 6.19

Ao mesmo tempo, orem também por nós, para que Deus abra uma porta para a nossa mensagem, a fim de que possamos proclamar o mistério de Cristo, pelo qual estou preso.

Colossenses 4.3

Em que sentido, porém, o evangelho é um mistério e por que pode ser classificado entre os mistérios da salvação? É simples. O evangelho é considerado um mistério e, mais especificamente, um mistério soteriológico porque a sua mensagem esteve oculta por longas eras, sendo o seu conteúdo marcantemente salvífico.

De fato, a verdade de que o Filho de Deus havia de encarnar-se, viver entre os homens, morrer pelos pecadores e ressuscitar para justificá-los jamais havia sido exposta às pessoas de forma clara e límpida antes dos tempos apostólicos. Por alguma razão, na soberana e insondável administração de seu plano, Deus a ocultou "nos tempos passados", não permitindo que fosse conhecida pelos "homens de outras gerações" (Ef 3.5; Cl 1.26; Tt 1.2-3).

[1] Em 1Coríntios 2.1, vários manuscritos trazem a expressão "testemunho de Deus" (refletindo 1.6). A leitura adotada aqui, porém, parece encontrar suporte em manuscritos mais antigos como o P^{46} (c. 200).

Segundo Paulo, a demonstração da justiça de Deus contra o pecado, evidenciada no sacrifício do seu Filho, ocorreu somente "no presente" (Rm 3.25-26). Também o fato de que o ser humano perdido pode ser salvo unicamente pela fé no Deus-homem, independentemente das obras da lei, manifestou-se somente "agora" (Rm 3.21-22; Gl 3.24-25).

É claro que as escrituras proféticas, conforme diz Romanos 16.26, já haviam falado sobre o evangelho, de maneira que pontos centrais da sua mensagem podiam ser de alguma forma encontrados no Antigo Testamento (1Co 15.3-4). Aliás, Paulo destacou isso em outros trechos de Romanos:

> Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus, *o qual foi prometido por ele de antemão por meio dos seus profetas nas Escrituras Sagradas*, acerca de seu Filho, que, como homem, era descendente de Davi, e que mediante o Espírito de santidade foi declarado Filho de Deus com poder, pela sua ressurreição dentre os mortos: Jesus Cristo, nosso Senhor.
>
> Romanos 1.1-4

> Mas agora se manifestou uma justiça que provém de Deus, independente da Lei, *da qual testemunham a Lei e os Profetas*.
>
> Romanos 3.21

Porém, havia algo de obscuro a respeito desses assuntos nas antigas escrituras. Somente com o advento de Cristo a nuvem que envolvia as verdades salvadoras do evangelho foi totalmente dissolvida e o plano oculto de Deus foi exposto sob a mais radiante luz! Na verdade, em Cristo encontrou-se a chave para o real significado de todo o ensino acerca da salvação encontrado no Antigo Testamento (Lc 24.27; Jo 5.39; At 8.35; Hb 3.5-6).

Sendo essencial para a salvação do perdido, é fora de dúvida que o mistério do evangelho ocupa lugar central na ortodoxia

cristã. Na verdade, esse mistério é um dos fundamentos da sã teologia. Por isso, os crentes devem apegar-se ao seu conteúdo, conhecer todos os seus aspectos e contornos, defendê-lo com todas as suas forças e proclamá-lo alegremente à sua geração, mostrando quão ditosa essa geração é quando comparada às antigas, para as quais o mistério de Cristo se manteve oculto.

O mistério da sabedoria de Deus

O mistério do evangelho é parte de um conjunto maior de mistérios que Paulo chamou de "sabedoria de Deus". Essa sabedoria é tida como um dos mistérios da salvação porque somente o homem redimido tem acesso a ela.

Nos escritos de Paulo, a palavra "sabedoria" (*sophía*), aparece vinte e nove vezes, sendo que a maior parte das ocorrências (dezessete) encontra-se nos três primeiros capítulos de 1 Coríntios. Isso acontece porque Paulo queria que os imaturos coríntios se lembrassem de uma forma de sabedoria que não era procedente do raciocínio humano, mas sim da revelação de Deus — uma sabedoria baseada em verdades que a mente dos filósofos não poderia, por si só, descobrir.

Com efeito, a filosofia humana é capaz de construir conceitos bem elaborados acerca da realidade, pode desenvolver teorias científicas complexas, elaborar intrincadas regras de análise social e psicológica, criar técnicas eficazes de debate e persuasão e definir valores morais capazes de influenciar todo o modo de vida das pessoas. Essa "sabedoria", porém, por ser fruto da mente corrompida pelo pecado, geralmente é contrária à verdade de Deus e conduz o homem ao erro.

Ora, ao que tudo indica, a sabedoria dos coríntios estava restrita precisamente aos contornos desse modelo humano, sendo essa, aliás, a causa principal de seus conflitos de opinião, de sua vida centrada em si mesma e de sua conduta moral reprovável (1Co 3.1-3,18).

Por causa disso, Paulo escreveu àquela antiga igreja acerca de um tipo diferente de sabedoria. Tratava-se da sabedoria revelada por Deus aos apóstolos de Cristo — a sabedoria refletida na sustentação de uma mentalidade predominantemente cristã que, por sua vez, conduz a um modo correto de julgamento e de vida. Essa sabedoria, disse Paulo, é bem conhecida pelos crentes maduros e, uma vez que decorre do conhecimento de verdades outrora ocultas, mas agora manifestas, o apóstolo a qualificou como "mistério":

> Entretanto, falamos de sabedoria entre os que já têm maturidade, mas não da sabedoria desta era ou dos poderosos desta era, que estão sendo reduzidos a nada. Ao contrário, falamos da sabedoria de Deus, do mistério que estava oculto, o qual Deus preordenou, antes do princípio das eras, para a nossa glória.
>
> 1Coríntios 2.6-7

Nos versículos posteriores (que, aliás, não se referem ao céu, como muitos pregadores têm dito), Paulo destacou que essa forma de sabedoria não foi compreendida pelos sábios, pelos poderosos ou pelas pessoas influentes deste mundo. De fato, jamais pôde ser acessada pelos olhos, pelos ouvidos ou pelo coração humano. Antes, só se tornou possível conhecê-la porque Deus a revelou através do ministério do Espírito Santo:

> Nenhum dos poderosos desta era o entendeu, pois, se o tivessem entendido, não teriam crucificado o Senhor da glória. Todavia, como está escrito: "Olho nenhum viu, ouvido nenhum ouviu, mente nenhuma imaginou o que Deus preparou para aqueles que o amam"; mas Deus o revelou a nós por meio do Espírito. O Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as coisas mais profundas de Deus.
>
> 1Coríntios 2.8-10

Qual é o conteúdo exato dessa sabedoria? Em 1Coríntios, Paulo deixa claro que a sabedoria de Deus outrora oculta tem como conteúdo a mensagem cristã (1Co 1.21-25), ou seja, as verdades do evangelho que ele pregou aos coríntios quando inicialmente os convidou à fé (1Co 2.1-5) e todas as palavras que Deus, por meio do Espírito, deu a conhecer gratuitamente aos seus servos, os apóstolos (1Co 2.12-13). Mais tarde, escrevendo a Timóteo, Paulo chamou esse conjunto de verdades reveladas de "mistério da fé" (1Tm 3.9) e de "mistério da piedade" (1Tm 3.16).[2]

Todo esse corpo doutrinário, verdadeiro fundamento da teologia cristã, fonte e conteúdo da genuína sabedoria, esteve oculto em mistério por longas gerações, mas agora é plenamente exposto ao homem, sendo certo que o crente só pode tornar-se sábio e maduro se acolhê-lo na íntegra, rejeitando as formas enganosas de sabedoria procedentes da razão humana decaída (1Co 3.18-20).

Na verdade, é bom lembrar que só o crente tem o privilégio de acolher essa forma de sabedoria. Assim como a justiça, a santificação e a redenção só podem ser impostas a quem pertence a Cristo, o mesmo ocorre com a sabedoria de Deus: só os crentes têm acesso a ela (1Co 1.30). Já quem não pertence a Cristo, isto é, o descrente, ainda que possa conhecer intelectualmente as verdades que emanam da mente divina, de modo nenhum é capaz de compreendê-las e, afinal, acaba por rejeitá-las, considerando-as completa loucura:

> Pois a mensagem da cruz é loucura para os que estão perecendo, mas para nós, que estamos sendo salvos, é o poder de Deus.
>
> 1Coríntios 1.18

[2] Em 1Timóteo 3.16 a palavra "piedade" (*eusébeia*) refere-se à religião. Assim Paulo diz nesse texto que os ensinos da religião cristã são mistérios importantes e sublimes. Cf. G. W. Knight, *The Pastoral Epistle*, p. 182.

> Quem não tem o Espírito não aceita as coisas que vêm do Espírito de Deus, pois lhe são loucura; e não é capaz de entendê-las, porque elas são discernidas espiritualmente.
>
> 1Coríntios 2.14

Diante disso tudo, qual deve ser a reação da igreja como detentora e guardiã exclusiva do tão glorioso mistério da sabedoria de Deus? Primeiramente, os pastores e mestres eclesiásticos devem se recusar a ensinar qualquer coisa em seus púlpitos e salas de aula que não faça parte da sabedoria de Deus que estava oculta (1Co 1.17). A "sabedoria" presente nas diversas religiões do mundo, as conclusões dos sociólogos e psicanalistas seculares, o racionalismo dos teólogos liberais e o relativismo dos filósofos pós-modernos — temas tão comuns nos púlpitos das igrejas e nas salas de aula das escolas de teologia modernas — devem ceder espaço ao que realmente tem poder para gerar homens sábios.

Paulo, aliás, destacou que essa deve ser a ênfase do ministério cristão quando escreveu:

> Minha mensagem e minha pregação não consistiram em palavras persuasivas de sabedoria, mas consistiram em demonstração do poder do Espírito, para que a fé que vocês têm não se baseasse na sabedoria humana, mas no poder de Deus.
>
> 1Coríntios 2.4-5

E mais adiante, na mesma epístola, o apóstolo indicou que é dos mistérios de Deus que os servos de Cristo devem se ocupar fielmente:

> Portanto, que todos nos considerem como servos de Cristo e encarregados dos mistérios de Deus. O que se requer destes encarregados é que sejam fiéis.
>
> 1Coríntios 4.1-2

Anos mais tarde, quando estava em prisão domiciliar em Roma, Paulo escreveu aos cristãos de Colossos, falando-lhes da sua preocupação com eles, com os irmãos de Laodiceia e com os crentes em geral por quem orava intensamente. Qual era, então, a razão da ardente súplica daquele servo de Cristo? O que ocupava o centro de suas preocupações ministeriais? Como exemplo para os obreiros de todas as épocas, Paulo orava pedindo, entre outras coisas, que Deus concedesse entendimento às igrejas, a fim de que conhecessem plenamente o mistério de Deus revelado na manifestação de Cristo e, assim, tivessem acesso aos tesouros da real sabedoria, evitando ser enganados por teorias humanas que só têm aparência de verdade.

> Quero que vocês saibam quanto estou lutando por vocês, pelos que estão em Laodiceia e por todos os que ainda não me conhecem pessoalmente. Esforço-me para que eles sejam fortalecidos em seu coração, estejam unidos em amor e alcancem toda a riqueza do pleno entendimento, a fim de conhecerem plenamente o mistério de Deus, a saber, Cristo. Nele estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento. Eu lhes digo isso para que ninguém os engane com argumentos que só parecem convincentes.
>
> Colossenses 2.1-4

Dada, pois, a centralidade dessa ênfase nos escritos neotestamentários, todos os líderes eclesiásticos deveriam se ocupar de resgatar o conteúdo do mistério, proclamando-o corajosamente ao povo de Deus e orando para que a sabedoria revelada permeie totalmente o coração do povo escolhido. Tudo isso no afã de que hoje surjam mais ovelhas e pastores sábios, detentores de uma mentalidade marcantemente cristã, refletida em todos os seus julgamentos e ações.

Em segundo lugar, é preciso observar que o contexto em que o mistério da sabedoria de Deus se mantém vivo, sendo exposto

de modo claro, eficaz e transformador; o contexto em que as verdades que compõem esse mistério se fixam de forma indelével no coração dos homens é precisamente a comunidade da fé.

Talvez não seja por acaso que Paulo, que inicia 1Coríntios 2 escrevendo na primeira pessoa do singular, repentinamente passa a usar a primeira pessoa do plural, precisamente quando começa a falar da exposição da sabedoria de Deus na igreja (1Co 2.6-7). É como se essa fosse uma atividade realizada não só pelos pregadores, mas pela comunidade cristã como um todo, sendo um traço distintivo e marcante do seu convívio.

Vê-se, assim, que o ajuntamento dos crentes, mesmo em suas expressões de maior informalidade, deve primar pela proclamação da sabedoria de Deus outrora oculta. Na verdade, não seria absurdo concluir que, falando de sabedoria "entre os que já têm maturidade" (1Co 2.6), os crentes criarão o contexto e que o Espírito Santo poderá atuar mais livremente, produzindo efeitos salutares na vida dos indivíduos que carecem de amadurecimento.

Finalmente, deve-se destacar que o mistério da sabedoria de Deus foi preordenado desde a eternidade "para a nossa glória" (1Co 2.7), ou seja, tendo em vista a *dignidade presente* e a *glorificação futura* do crente. Toda igreja local deve resgatar a consciência disso e, então, fixar seus objetivos no conhecimento cada vez mais amplo da sabedoria de Deus, desistindo, afinal, da busca amalucada pela grandeza segundo os padrões do mundo.

Muitos pastores de hoje, para encher seus salões, esvaziam suas mensagens. Também igrejas inteiras, na busca de uma glória carnal, desprezam e até censuram o ensino profundo da Palavra, se ocupando apenas de construir um aspecto de grandeza exterior, com enormes edificações, programas espetaculares e complexas estruturas organizacionais. Esse anelo vazio, porém, mesmo quando realizado com êxito completo, não engendra a

mentalidade cristã que deve marcar os membros da igreja de Deus e, infelizmente, acaba por produzir apenas numerosas levas de crentes fracos, imaturos e de péssimo testemunho.

Prejuízos vergonhosos assim poderiam ser evitados com mais sucesso se as igrejas locais se lembrassem que a única glória que lhes é devida é aquela que procede do conhecimento da sabedoria de Deus. Sim, pois é no jardim desse conhecimento que brota a flor da santidade, verdadeira glória presente. E, basicamente, é por causa desse mesmo conhecimento que o crente brilhará com glória indizível no futuro, quando os espetáculos artificiais deixarem de existir, quando todas as estruturas ruírem e quando nenhum edifício estiver mais de pé.

O mistério da habitação

Uma leitura bíblica atenciosa mostrará que existe algum grau de distinção entre o modo como o Espírito Santo atuava no povo de Deus ao tempo do Antigo Testamento e o modo como ele atua hoje nos crentes. De acordo com alguns teólogos, uma diferença que chama a atenção quando se compara as duas épocas é no campo da habitação do Espírito nas pessoas. Parece que nos dias do Antigo Testamento, a habitação do Espírito Santo nos servos de Deus era ocasional e temporária (Jz 15.14; 1Sm 10.10; 11.6; 16.14; Sl 51.11), enquanto na presente era da igreja, essa habitação nos crentes é permanente e deve vigorar até o dia do resgate final dos santos, como uma espécie de garantia de sua herança (Ef 1.13-14; 4.30).

Há quem discorde desse entendimento, afirmando, entre outros argumentos, que os profetas do Antigo Testamento eram homens em quem o Espírito Santo habitava de forma definitiva (1Pe 1.11). Porém, parece mesmo certa a visão de que na presente dispensação a forma como o Espírito de Deus habita nos santos difere da maneira como ele se apossava dos homens no período

veterotestamentário. Um texto bíblico em particular favorece especialmente essa concepção:

> No último e mais importante dia da festa, Jesus levantou-se e disse em alta voz: "Se alguém tem sede, venha a mim e beba. Quem crer em mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva". Ele estava se referindo ao Espírito, que mais tarde receberiam os que nele cressem. Até então o Espírito ainda não tinha sido dado, pois Jesus ainda não fora glorificado.
>
> João 7.37-39

De acordo com essa passagem, depois da glorificação de Jesus o Espírito Santo seria dado (Jo 14.15-17; 16.7), o que se cumpriu em Atos 2.1-4 (cf. ainda At 2.32-33). A partir daí, uma mudança extraordinária ocorreria no modo como esse Espírito agia nos homens. Aqueles que cressem em Cristo receberiam o Espírito divino de uma maneira até então desconhecida, e essa habitação lhes proporcionaria indizível e transbordante satisfação, além de força interior (Ef 3.16) e vida (Jo 4.13-14).

Essa magnífica verdade, uma vez que foi oculta de outras gerações, sendo manifesta somente à igreja que Cristo edificou, foi chamada por Paulo de mistério em Colossenses 1.27: "A ele quis Deus dar a conhecer entre os gentios a gloriosa riqueza deste mistério, que é Cristo em vocês, a esperança da glória".

A expressão "Cristo em vocês" não deve deixar dúvidas de que Paulo está falando acerca da habitação do Espírito Santo no crente, pois é comum o apóstolo aludir a essa realidade associando-a à habitação do próprio Cristo (Rm 8.9-11; Ef 3.16-17). Aliás, Jesus faz a mesma associação (Jo 14.17,23). Outrossim, ainda que a cláusula "Cristo em vocês" (do grego *Christós en humîn*) possa também ser traduzida como "Cristo entre vocês", a tradução aqui adotada é preferível, considerando, especialmente, o

lugar de importância que o ensino acerca da habitação ocupa no arcabouço doutrinário de Paulo.

Isto posto, vê-se que a morada do Senhor em seus servos é apresentada no Novo Testamento como um mistério que se manifestou somente depois da glorificação de Jesus. Essa realidade é tida como um dos mistérios da salvação porque somente os que foram libertos do jugo e da pena do pecado podem experimentá-lo (Jo 14.23; Rm 8.9), sendo certo que graças a essa honrosa habitação, os santos não somente desfrutam de satisfação e vigor, mas também acalentam a mais doce esperança de glória no porvir.

Outros fatos acerca da salvação

A ignorância reinante no Brasil no campo da soteriologia bíblica é chocante. Mesmo entre os evangélicos o que se percebe é a presença de noções esparsas sobre a salvação — um emaranhado confuso de doutrinas que se originam mais em intuições rasas do que no sério estudo da Palavra de Deus. De fato, o meio evangélico brasileiro é marcado por certa tendência arminiana que tem como produto uma soteriologia superficial e ingênua — superficial porque lê o texto bíblico sem enfrentar as conclusões de uma exegese séria; ingênua porque, baseando-se numa lógica infantil, acredita, mesmo assim, ser imbatível.

Num cenário assim, as verdades mais ricas e majestosas reveladas por Deus acerca da salvação não são sequer notadas. Para piorar, quando são expostas, essas doutrinas surpreendem tanto os ouvintes, desafiam a tal ponto a lógica do seu raciocínio natural e expõem de forma tão inequívoca a fraqueza de suas convicções que, de pronto, são contestadas e rejeitadas, às vezes até com certa agressividade.

Seja qual for, porém, a reação que a soteriologia puramente bíblica cause nas pessoas, deve ela ser apresentada na íntegra, já que uma das maiores responsabilidades do ministro cristão é

anunciar à igreja "toda a vontade de Deus" (At 20.27), mesmo quando essa vontade, expressa especialmente nos planos e decretos do Senhor, entra em choque com a lógica da mente humana carnal (1Co 1.19-20,25; 2.4-7,13).

Por isso, na seção final deste capítulo, algumas verdades soteriológicas negligenciadas, esquecidas, combatidas ou ignoradas por muitos nos dias presentes serão brevemente expostas. Entre todas as que poderiam ser ensinadas aqui, somente três foram selecionadas, dado o intenso ataque que têm sofrido dentro do evangelicalismo moderno. Essas três verdades, é bom que se diga de antemão, suscitam inúmeras e difíceis questões, sendo que as respostas a várias delas jazem inacessíveis em algum recanto impenetrável da infinita mente de Deus. Porém, o fato do anêmico intelecto humano ser incapaz de entender na íntegra até mesmo as lições mais elementares da Palavra do Senhor, não deve fazer com que o crente desanime e acabe por rejeitar esses mistérios.

Aliás, se o crente decidir crer somente nas doutrinas que compreende de forma completa, sua declaração de fé certamente não passará de uma folha em branco. Sim, pois se os olhos humanos não podem se fixar no sol e divisar o contorno exato de sua circunferência, tampouco a mente humana pode observar, distinguir e discernir o perfil exato dos fulgurantes mistérios de Deus, o criador do sol. Portanto, disponha-se o cristão a tornar sua mente cativa da Palavra do Senhor, acolhendo-a sem reservas tanto naquilo que entende como naquilo que não entende.

A primeira verdade que deve ser resgatada no meio cristão é que, segundo o ensino apostólico, *não pode haver salvação sem a pregação do evangelho*. Com efeito, Paulo diz expressamente que "agradou a Deus salvar aqueles que creem por meio da loucura da pregação" (1Co 1.21). Tiago ensina que Deus gerou espiritualmente os salvos "pela palavra da verdade" (Tg 1.18) e Pedro repete o mesmo ensino dizendo que os cristãos "foram regenerados,

não de uma semente perecível, mas imperecível, por meio da palavra de Deus, viva e permanente" (1Pe 1.23). Todas essas passagens mostram que o veículo que Deus usa para salvar é a pregação, de modo que, sem ela, ninguém jamais poderá livrar-se do triste destino sem Deus. Aliás, em sua oração sacerdotal, o próprio Senhor Jesus destacou que a fé dos salvos nasceria através da pregação dos apóstolos (Jo 17.20). Foi por esse grupo que seria salvo por meio da viva proclamação que o Mestre orou, sem dar margem para a existência de nenhum outro grupo de redimidos, salvos pela ignorância.

Reafirmar esse princípio é importante porque tem se expandido entre os evangélicos a ideia equivocada de que Deus não condena à danação eterna aqueles que nunca ouviram falar nada sobre Cristo. A tese de diversos pregadores da atualidade é a de que Deus, neste exato momento, está salvando pessoas nos mais longínquos rincões da terra sem que essas pessoas jamais tenham escutado uma só palavra sobre Jesus e a obra de sua cruz. A "lógica" desse raciocínio está consubstanciada no argumento que diz que Deus seria injusto ao condenar alguém que não teve a oportunidade de aceitar a salvação oferecida por ele em seu Filho.

Certamente, a grande aceitação da proposta em questão no meio evangélico é devida ao fato dela gerar certa tranquilidade no coração dos crentes menos preparados, trazendo até consolo àqueles cujos entes queridos partiram desta vida sem nunca ouvir nada acerca da verdade. Entretanto, o que deve ser levado em conta é que essa doutrina não encontra uma só linha de apoio nos escritos do Novo Testamento. Por isso, é preciso rejeitá-la com todo vigor, mesmo em face dos desconfortos que isso traz, pois ao povo de Deus não é lícito descansar na poltrona da mentira fabricada pelos falsos mestres.

O ensino de que é possível alguém ser salvo sem nunca ter ouvido o evangelho é errado por diversas razões. Primeiro, parte da

noção de que as pessoas *se tornam* perdidas quando rejeitam o evangelho. Ora, o homem já nasce perdido. Ele não precisa fazer nada para ser condenado. Sendo da semente de Adão, todos os seres humanos são pecadores e estão destituídos da glória de Deus (Rm 3.23). Rejeitar o evangelho, portanto, não transforma o homem em alguém perdido. Em vez disso, somente agrava a culpa de quem já está condenado por ser pecador desde a madre (Sl 51.5; Jo 3.18).

Em segundo lugar, essa posição esbarra na verdade teológica de que a revelação de Deus através das coisas que foram criadas torna todos os homens indesculpáveis. Sim, Paulo ensina precisamente isso, afirmando que os homens que nunca ouviram o evangelho não estão livres de culpa porque Deus revelou-se a todos na obra da criação. O apóstolo prossegue dizendo que, mesmo diante de um testemunho tão claro acerca da glória e do poder de Deus, as pessoas se inclinam para a adoração da criatura e não do Criador (Rm 1.18-25), o que se vê exatamente entre os povos que não conhecem o evangelho. Isso, por si só, demonstra a perversidade de cada ser humano e, segundo o ensino apostólico, é suficiente para colocar todas as pessoas sob a ira do Senhor, inclusive e especialmente aquelas que vivem nas florestas e montanhas mais inacessíveis e que nunca ouviram nada sobre Cristo.

Em terceiro lugar, a noção de que Deus salva os que não conhecem o evangelho peca por fazer da ignorância mais um meio de salvação além da fé. De acordo com esse modo de pensar, dois tipos de homem estão salvos: os que creem em Cristo e os que não sabem nada sobre ele. Ora, o Novo Testamento afirma que a salvação é somente por meio da fé (Jo 3.16; Rm 1.16-17; 5.1; Gl 3.22; Ef 2.8), destacando que sem fé é impossível agradar a Deus (Hb 11.6). No tocante especialmente aos povos distantes que vivem na ignorância, não existe nenhuma exceção. Antes, o antigo decreto de Deus é que esses povos sejam justificados e participem das promessas feitas a Abraão, unicamente através da fé em Cristo. De fato, ao escrever aos Gálatas, Paulo ensina que os homens

de todas as nações poderão se tornar filhos e herdeiros do grande patriarca (Gl 3.7-9), sendo abençoados com ele e alcançando a promessa (Gl 3.29). Mas isso ocorrerá somente mediante a fé em Cristo (Gl 3.9, 26). O apóstolo destaca que esse é o único meio através do qual a "bênção de Abraão" pode chegar aos gentios e eles recebam, enfim, o Espírito Santo prometido (Gl 3.14).

Finalmente, o ensino que faz do desconhecimento de Cristo a base para o perdão de Deus é pernicioso porque transforma a evangelização do mundo numa obra desnecessária e até ruim. Com efeito, se a ignorância do evangelho tornasse o homem desculpável diante de Deus, seria muito mais seguro deixar os povos não alcançados na ignorância, impedindo por todos os meios o trabalho missionário e silenciando todos os evangelistas, já que isso garantiria a salvação de milhões de pessoas. É difícil imaginar essa hipótese, mas, na verdade, se a ignorância do evangelho fosse um meio de salvação não haveria na terra trabalho mais pernicioso e maligno do que cumprir o "Ide" de Jesus, posto que através dessa obra os homens deixariam de ignorar a cruz de Cristo, passariam a ter plena ciência da mensagem do evangelho, ficariam expostos aos riscos da incredulidade e, caso rejeitassem a fé como fazem a maioria das pessoas, seriam então destinados à condenação da qual antes estavam absolutamente livres.

O fato, porém, é que as pessoas de todos os lugares e condições já estão perdidas, sendo certo que somente a mensagem cristã lhes oferece a real oportunidade de sair dessa triste condição, invocando, pela fé, o nome do Senhor. Paulo deixou isso claro em Romanos:

> Porque "todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo". Como, pois, invocarão aquele em quem não creram? E como crerão naquele de quem não ouviram falar? E como ouvirão, se não houver quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados?
>
> Romanos 10.13-15

É impossível haver mais clareza sobre o assunto em pauta do que a que se verifica no texto citado. Nessas linhas, o apóstolo destaca que o salvo é quem invoca o nome do Senhor, crendo nele. A partir daí, deduz a necessidade do trabalho missionário, sem o qual os perdidos não poderão ouvir o evangelho, nem tampouco crer em Cristo e invocá-lo, sendo, enfim, salvos. Para fortalecer a necessidade da pregação para que a salvação ocorra, Paulo dá sequência ao seu pensamento afirmando que a fé salvadora "vem por se ouvir a mensagem, e a mensagem é ouvida mediante a palavra de Cristo" (Rm 10.17).

Deve-se, portanto, fixar na mente do crente o processo simples, singular e exclusivo mediante o qual o pecador pode livrar-se da perdição. Esse processo pode ser percebido em Efésios 1.13-14: "Quando vocês ouviram e creram na palavra da verdade, o evangelho que os salvou, vocês foram selados em Cristo com o Espírito Santo da promessa que é a garantia da nossa herança...". Note-se que primeiramente é preciso, ouvir a palavra da verdade. Depois deve-se crer. Só então o indivíduo será selado com o Espírito Santo, tendo, assim, garantia de eterna redenção. A ausência de qualquer desses itens impedirá que o pecador desfrute da herança de Deus.

A segunda verdade soteriológica que deve ser resgatada no meio cristão atual é que, *não pode haver salvação sem que a fé em Cristo seja do tipo que resulte num total rompimento com o estilo de vida e com as fábulas e superstições religiosas que marcaram os tempos de incredulidade.* Reafirmar esse ensino é algo urgente porque a cada dia se multiplica o número de pessoas que se dizem evangélicas e mantêm um forte vínculo com o comportamento imoral, desonroso, blasfemo e carnal próprio do homem sem Deus.

À luz da Bíblia, porém, isso é inaceitável! Isso porque a fé que salva é uma fé transformadora e santificadora. Quando alguém crê, de fato, no Salvador e recebe a nova vida que ele dá, o Espírito Santo passa a habitar nessa pessoa conduzindo-a pelos caminhos

da justiça (Sl 23.3), capacitando-a a mortificar sua natureza pecaminosa (Rm 8.5,13-14; Gl 5.16), incitando-a a cumprir a Lei de Deus (Rm 7.5-6; 8.4; Hb 8.10; 10.16), produzindo nela aperfeiçoamento espiritual (Fl 1.6), alterando sua visão acerca das coisas espirituais (2Co 5.16-17) e afastando-a da vida mergulhada no pecado contumaz (1Jo 3.9).

Pelo fato de a vida do homem salvo ser marcada por tantas bênçãos e transformações, é comum os autores bíblicos se referirem aos dias de incredulidade como uma época ruim na história do indivíduo, um tempo cujo estilo de vida deve ser totalmente esquecido e definitivamente abandonado (1Co 6.9-11; 12.2; Gl 4.8-11; Ef 5.7-8; Cl 3.5-10; 1Pe 1.14,18). Na concepção bíblica, portanto, não há espaço para um conceito de conversão que não implique rompimento completo com o modo de vida dos perdidos. Se a fé, pois, não for do tipo que liberta do domínio do pecado, não é também do tipo que liberta da condenação do pecado.

Entre os evangélicos de hoje, o problema da falta de rompimento com a vida passada não tem, contudo, se limitado ao campo do comportamento. Essa ausência de rompimento tem se estendido também para o campo da crença. Isso significa que dentro das igrejas modernas há muita gente acreditando que é possível ser cristão e continuar crendo nas mesmas fábulas e superstições que abraçou em sua vida pregressa.

Para piorar a situação, essa mentalidade sincretista que invadiu as igrejas evangélicas nas últimas décadas tem sido ensinada e até encorajada por líderes cristãos de destaque que, adotando filosofias pós-modernas, entendem que a verdade é múltipla, sendo válida, portanto, qualquer crença. É o caso do já citado Brian McLaren. Insurgindo-se contra o exclusivismo cristão, ele escreve:

> Devo acrescentar, no entanto, que não creio que fazer discípulos seja o mesmo que fazer adeptos à religião cristã. Talvez seja aconselhável

em muitas (nem todas!) circunstâncias ajudar as pessoas a se tornarem seguidores de Jesus e permanecer dentro do seu contexto budista, hindu ou judaico.

À luz disso, embora eu não espere que todos os budistas se tornem cristãos (culturais), espero que todos os que se sentirem chamados se tornem budistas seguidores de Jesus; creio que eles deveriam ter essa oportunidade e receber esse convite. Não espero que todos os judeus ou hindus se tornem membros da religião cristã. Mas espero que todos os que se sentirem chamados se tornem judeus ou hindus seguidores de Jesus.[3]

É muito difícil imaginar como o ideal de McLaren pode ser concretizado. De que maneira um hindu, por exemplo, poderia se tornar um seguidor de Jesus e continuar sendo hindu? McLaren, infelizmente, não esclarece essa questão. Seja como for, na Bíblia essa hipótese é absurda, pois a fé verdadeira implica em rompimento total e definitivo com as mentiras outrora abraçadas, ou seja, o hindu tem que deixar de ser hindu se quiser seguir a Cristo. Esse foi o modo como os efésios expressaram a genuína fé em Jesus, conforme narra o livro de Atos:

> Muitos dos que creram vinham, e confessavam e declaravam abertamente suas más obras. *Grande número dos que tinham praticado ocultismo reuniram seus livros e os queimaram publicamente.* Calculado o valor total, este chegou a cinquenta mil dracmas.
>
> Atos 19.18-19

Os novos convertidos de Éfeso, mostrando a genuína fé, apagaram de suas vidas todo vestígio das superstições que até então haviam acolhido. Paulo elogia os tessalonicenses por terem feito o

[3] *Uma ortodoxia generosa: A igreja em tempos de pós-modernidade*, p. 287, 291.

mesmo, "deixando os ídolos" (1Ts 1.9-10) e Pedro se alegra no fato dos seus leitores terem sido redimidos das futilidades que seus pais, com suas crenças tolas, haviam lhes transmitido (1Pe 1.18-19).

Ademais, no Novo Testamento existem severas admoestações contra a participação dos crentes nos velhos modelos religiosos judaicos ou pagãos. Paulo, quando viu os crentes da Galácia se envolvendo com práticas e ritos judaicos (Gl 4.10; 5.2), perguntou-lhes angustiado: "Como é que estão voltando àqueles mesmos princípios elementares, fracos e sem poder? Querem ser escravizados por eles outra vez?" (Gl 4.9). Também quando escreveu aos coríntios, ele mostrou a necessidade daqueles crentes fugirem de qualquer festa ou rito próprio do paganismo que haviam abandonado, a fim de que não participassem da "mesa de demônios" (1Co 10.20-21). Outro exemplo se vê em Colossenses, onde Paulo previne os cristãos contra o perigo de dar espaço a regras e cerimônias próprias das falsas religiões, explicando que quem as expõe não está unido a Cristo e que essas coisas não têm valor nenhum para a santificação (Cl 2.16-23).

Com tudo isso, o apóstolo mostrou a impossibilidade de alguém tornar-se cristão e permanecer, de algum modo, hindu, budista ou praticante do judaísmo. Aliás, Paulo citou seu próprio exemplo, segundo o qual, ao se converter, considerou como "esterco" toda a sua vida religiosa pregressa (Fl 3.4-8). Ele também explicou que os mestres de seu tempo que propunham uma forma mista de cristianismo estavam apenas tentando "causar boa impressão" e evitar conflitos com o mundo, "para não serem perseguidos por causa da cruz de Cristo" (Gl 6.12).

O autor de Hebreus, que também viu seus leitores sendo atraídos por doutrinas estranhas (Hb 2.1-3; 12.25; 13.9), percebeu como Paulo que o cristianismo sincretista procura apenas isso: um lugar seguro, livre de confrontos. Ele sabia que os seus leitores estavam retornando especialmente às velhas práticas

judaicas (Hb 10.25) porque tinham pouca disposição para enfrentar a humilhação e os ataques sempre dirigidos aos verdadeiros seguidores de Jesus (Hb 10.32-39; 12.1-13).

Então, depois de corrigir os desvios doutrinários dos seus destinatários, expor a superioridade do cristianismo sobre o judaísmo e admoestar os cristãos à firmeza, o autor sagrado usou uma bela figura para destacar a necessidade de separação entre o crente e as religiões falsas. Ele disse que Cristo "sofreu fora das portas da cidade" (Hb 13.12). Agora, os crentes também devem ir até ele, dirigindo-se para "fora do acampamento", ou seja, deixando para trás o judaísmo corrompido de Jerusalém, e levando sobre si "a desonra que ele suportou" (Hb 13.13). Foi assim que o autor de Hebreus reprovou o cristianismo aberto e conciliador, que evita o desconforto, a solidão e os perigos que há fora dos muros da cidade dos homens.

Vê-se, portanto, que no cristianismo o compromisso requerido é integral. É, como dizem, tudo ou nada. No ensino dos apóstolos não se tolera uma lealdade dividida e, com isso, eles evocam as palavras de Elias ao povo de Israel que queria adorar tanto o Senhor como Baal: "Até quando vocês vão oscilar para um lado e para o outro? Se o Senhor é Deus, sigam-no; mas, se Baal é Deus, sigam-no" (1Rs 18.21). Elias mostrava assim que não há como honrar em parte o Deus verdadeiro e em parte os deuses falsos.

De fato, a adoração e serviço ao Deus verdadeiro devem ser prestados exclusivamente a ele, sob pena de não terem valor algum e serem tidos como obras iníquas. Por isso, as atuais propostas de conciliação entre a igreja de Cristo e as diversas religiões não podem ser acolhidas pelo homem que abraçou verdadeiramente a fé pura e santificadora, pois essa fé o convence que não se pode servir a Deus e a Baal.

De fato, não se pode honrar Cristo e também os ídolos; não se pode ser cristão e continuar praticando rituais hindus, budistas

ou judaicos; não se pode abraçar a Palavra do Senhor e adotar sequer resquícios dos conceitos ensinados no candomblé ou no espiritismo; não se pode invocar o nome de Cristo e continuar enaltecendo Maomé; não se pode esperar a Nova Jerusalém e orar com o rosto voltado para a antiga Meca. E se a fé que alguém tem em Cristo não é capaz de mudar seu coração para que entenda uma verdade bíblica tão elementar, é preciso que essa fé seja cuidadosamente examinada para se descobrir se é realmente do tipo que poderá salvá-lo.

A terceira verdade soteriológica que deve ser resgatada no meio cristão é a de que a *salvação depende da eleição incondicional e do chamado seletivo de Deus*. Essa doutrina é afirmada de maneira tão ampla na Bíblia que se torna difícil entender como os expositores modernos das Escrituras são capazes de negligenciá-la tanto e até de rejeitá-la com rancor.

O fato, porém, é que a fonte primária da salvação é Deus, estando sua vontade soberana no início da cadeia de fatos que culminam na conversão de alguém. Jesus ensinou isso quando disse: "Ninguém pode vir a mim, se o Pai, que me enviou, não o atrair" (Jo 6.44) e, outra vez: "Ninguém pode vir a mim, a não ser que isto lhe seja dado pelo Pai" (Jo 6.65). Assim, quando alguém vai a Cristo, só o faz porque Deus lhe concedeu essa capacidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Lídia, em Filipos. O texto de Atos diz que durante uma pregação, "o Senhor abriu seu coração para atender à mensagem de Paulo" (At 16.14).

A pergunta que naturalmente surge aqui é a seguinte: Por que alguns recebem essa graça de Deus e outros não? Por que Lídia teve o coração aberto pelo Senhor enquanto os outros corações ali presentes ele deixou fechados como estavam? Não seria isso injusto da parte de Deus? Percebendo a realidade desse problema, alguns teólogos de tendência arminiana tentam reduzir sua gravidade recorrendo a dois conceitos: a graça preveniente e a presciência de Deus.

Os arminianos recebem essa designação de Jacobus Arminius (1560-1609), um teólogo holandês que opôs resistência às doutrinas distintamente calvinistas que marcaram a igreja reformada do seu tempo. Segundo seu entender, Deus concede a todas as pessoas, eleitas ou não, uma espécie de graça que as capacita a aceitar o evangelho caso queiram. É a chamada "graça preveniente" sem a qual, conforme ensinava, ninguém jamais seria capaz de crer. É por isso que Deus, sendo justo, a concede a todos, ficando nas mãos de cada indivíduo a responsabilidade de fazer bom uso dessa dádiva e aceitar o Salvador.

Por que, então, a Bíblia fala de pessoas eleitas e predestinadas? Nesse ponto, os arminianos apresentam diferentes explicações sobre o modo como esses termos devem ser entendidos. Um dos mais comuns consiste de afirmar que o Senhor elegeu ou predestinou as pessoas com base em sua presciência, ou seja, ele sabia de antemão quais pessoas fariam bom uso da graça preveniente e aceitariam a Cristo e, por isso as elegeu e predestinou para a vida.

Em outras palavras: Deus, na "eternidade passada", teria olhado para o futuro e visto quais pessoas creriam e quais não creriam em seu Filho. Então, com base nesse conhecimento prévio, ele as escolheu. Foi também com base nesse conhecimento prévio que Deus passou a agir de modo especial em alguns e não em outros. Por isso, ao trabalhar no coração de Lídia e não das outras pessoas que ouviam o discurso de Paulo, Deus não foi injusto, pois atuou na vida de uma mulher que, em sua presciência, ele sabia de antemão que creria. Geralmente, os arminianos usam como base para essas afirmações os textos de Romanos 8.29 e 1 Pedro 1.2.

Tudo isso parece se encaixar perfeitamente. Porém, o arminianismo esbarra em algumas sérias objeções. Primeiramente, a Bíblia silencia acerca de qualquer "graça preveniente". Em nenhum momento os escritores sagrados falam acerca de uma bênção capacitadora derramada sobre toda a humanidade. Na verdade, é o

contrário o que se vê na Bíblia, ou seja, ela fala de uma verdadeira *desgraça debilitadora* pairando sobre todos os descendentes de Adão desde a queda.

Para se referir a essa debilidade, os escritores bíblicos usam figuras terríveis. Dizem que o homem perdido é espiritualmente fraco (Rm 5.6) e até morto (Ef 2.1-2). Afirmam claramente que ele é, na verdade, incapaz de aceitar as coisas de Deus estando impedido até de entendê-las (Rm 3.11; 1Co 2.14). Nesse aspecto é ainda dito que os judeus incrédulos têm a mente fechada e que um véu cobre seus corações de modo que, quando leem as Escrituras, são incapazes de ver ali a mensagem de Cristo. Nenhum deles é capacitado a enxergar enquanto Cristo, por seu Espírito, não agir e livrar dessa cegueira (2Co 3.14-17). A seguir, Paulo proclama que não somente os judeus, mas todos os homens perdidos estão cegos de modo que não podem ver a luz do evangelho (2Co 4.4), não havendo indício algum de que a humanidade inteira recebeu qualquer graça preveniente que a tenha libertado dessa horrível condição.

Para agravar os problemas teológicos dos arminianos e deixar todo leitor das Escrituras perplexo, a Bíblia mostra ainda diversas ocasiões em que Deus torna o coração do homem ainda mais fechado para a fé. Com isso, as Escrituras falam não de uma graça preveniente, mas sim do oposto, ou seja, de uma espécie de "castigo preveniente" aplicado pelo Senhor ao incrédulo, garantindo definitivamente que ele não creia na mensagem celeste.

Deus fez isso com o faraó (Ex 4.21; 9.12), com os egípcios da época do Êxodo (Ex 14.17), com Seom, rei de Hesbom (Dt 2.30), e com os habitantes das cidades de Canaã ao tempo da conquista (Js 11.20). Em 1Samuel é dito que Hofni e Fineias, os perversos filhos de Eli, não ouviram as admoestações de seu pai somente porque eram maus, mas também porque "o Senhor queria matá-los" (1Sm 2.25), dando a entender com isso que era o próprio Deus

quem os mantinha obstinados a fim de puni-los. No livro de Isaías lê-se que quando o profeta foi chamado, ouviu aturdido que o seu ministério consistiria precisamente de tornar insensível o coração do povo para que ninguém cresse (Is 6.10). No fim dos seus registros encontra-se a súplica inconformada que pergunta ao Senhor por que ele fazia Israel andar longe dos seus caminhos e endurecia o coração de todos para que não tivessem temor dele (Is 63.17).

No Novo Testamento essa ação de Deus é confirmada com evidências ainda maiores. João explica que os líderes de Israel "não podiam crer" em Jesus porque Deus havia lhes cegado os olhos e endurecido o coração, como Isaías havia predito que ele faria (Jo 12.37-40). Paulo, por sua vez, lembrando a história do Êxodo, alude à ação de Deus em Faraó e acrescenta que ele faz isso com quem lhe apraz (Rm 9.18). O apóstolo também disse, ao tratar acerca da salvação do Israel atual, que os eleitos a obtiveram, mas "os demais foram endurecidos" (Rm 11.7), pois "Deus lhes deu um espírito de atordoamento, olhos para não ver e ouvidos para não ouvir" (Rm 11.8). Paulo também diz que, nos dias do anticristo, Deus enviará sobre a humanidade "um poder sedutor, a fim de que creiam na mentira", impedindo, assim, que os incrédulos e maus se arrependam (2Ts 2.11-12).

Obviamente, o espaço aqui não permite a exposição completa da evidência bíblica acerca da incapacidade humana de crer no evangelho. Tampouco podem ser apresentadas aqui todas as provas de que a "graça preveniente" é um mito arminiano, uma vez que as Escrituras mostram que sobre a raça humana em geral pesa uma desgraça debilitadora muito mais do que qualquer graça capacitadora. Esta, na verdade, é dada unicamente aos eleitos e nunca à humanidade como um todo (At 13.48).

Outra dificuldade da teologia arminiana é com a afirmação de que Deus escolheu os que seriam salvos com base em sua presciência. A proposta de que Deus olhou para o futuro e viu quem creria,

elegendo-os então, levanta a seguinte pergunta: Quem fixou o futuro para o qual Deus olhou? Se foi ele mesmo (e ao crente não resta outra opção), por que teve que consultá-lo? E mais: Se foi o próprio Deus quem estabeleceu o futuro no qual poderia ver de antemão quem creria, isso não equivale a dizer que ele próprio estabeleceu quem creria? Ora, é exatamente isso o que os calvinistas afirmam. Então, por que não concordar com eles de uma vez? Dentro ainda dessa discussão, deve-se considerar que a Bíblia diz que a fé é dom de Deus (Ef 2.8; Fl 1.29; Hb 12.2). Se é, pois, o Senhor quem concede a fé, por que ele teria que "descobrir" quem creria e, então, escolhê-los?

A posição arminiana, contudo, nesse aspecto, não enfrenta dificuldades apenas por causa da falta de lógica em seus argumentos. A ideia de que Deus elege com base no que antevê também encontra problemas teológicos insolúveis. Por exemplo: se Deus escolhe o homem baseando-se em algum bem visto nele previamente, então a graça de Deus desaparece para dar lugar a uma forma disfarçada de retribuição. Com efeito, se a visão arminiana estivesse correta, a eleição divina deixaria de ser gratuita e incondicional, tornando-se a recompensa dada por Deus àqueles em quem anteviu algo que o agradou, a saber, a fé resultante do uso adequado da graça preveniente. No arminianismo, portanto, a gratuidade da eleição é demolida e, em seu lugar, é edificada uma escolha divina meritória. No fim das contas, o homem é salvo porque Deus o considera digno disso, ao descobrir previamente que ele, de si mesmo e por si mesmo, fará bom uso da graça capacitadora dada a todos.

Ora, o Novo Testamento não dá margem alguma para essa hipótese. De fato, Paulo ensina que a graça de Deus não procura homens dignos, mas sim *cria* homens dignos (Cl 1.12). A triste realidade é que se Deus procurasse homens dignos para então escolhê-los, ninguém seria salvo. Aliás, a beleza, infinitude e magnificência da graça de Deus é percebida precisamente no fato

de ele ter escolhido homens que mereciam somente a sua ira (Ef 2.3), pessoas em quem o Senhor não viu virtude alguma, mas sim pecado, maldade, rebelião e ódio contra ele (Rm 5.6-10).

Contrariando o ensino arminiano, o Novo Testamento também realça que a eleição não é a recompensa da fé, mas sim a sua causa (2Ts 2.13), de modo que o indivíduo não é eleito porque vai crer, mas sim vai crer porque é eleito. Realmente, o texto sagrado sempre coloca a eleição como a razão da fé e não o contrário. A escolha de Deus não depende, assim, da fé prevista. É a fé que depende da escolha prévia. É por isso que em Atos 13.48, Lucas afirma que entre os gentios que ouviam a pregação de Paulo em Antioquia da Pisídia, "creram todos os que haviam sido designados para a vida eterna". Na dinâmica da frase de Lucas, a eleição é a causa, não o efeito da fé.

Finalmente, para demolir de vez a doutrina de que Deus elege quando antevê a fé, o Novo Testamento apresenta pelo menos uma passagem em que Jesus dá indícios de que Deus age até mesmo de modo oposto, ou seja, ele prevê a fé e ainda assim não salva. O texto que aponta para isso é Mateus 11.21-24:

> Ai de você, Corazim! Ai de você, Betsaida! Porque se os milagres que foram realizados entre vocês tivessem sido realizados em Tiro e Sidom, há muito tempo elas se teriam arrependido, vestindo roupas de saco e cobrindo-se de cinzas. Mas eu lhes afirmo que no dia do juízo haverá menor rigor para Tiro e Sidom do que para vocês. E você, Cafarnaum, será elevada até ao céu? Não, você descerá até o Hades! Se os milagres que em você foram realizados tivessem sido realizados em Sodoma, ela teria permanecido até hoje. Mas eu lhe afirmo que no dia do juízo haverá menor rigor para Sodoma do que para você.

É claro que esse texto não tem como propósito principal tratar da doutrina da fé prevista e sim destacar a chocante obstinação

dos habitantes de Corazim, Betsaida e Cafarnaum. Porém, ao discursar sobre isso, Jesus, de forma incidental, deixou transparecer verdades muito úteis para a presente discussão. Com efeito, ele afirmou que os habitantes de Tiro, Sidom e Sodoma se arrependeriam caso vissem e ouvissem o que aquelas cidades rebeldes da Galileia testemunharam diante do ministério messiânico. Porém, mesmo antevendo-lhes a fé e o imediato quebrantamento, Jesus jamais manifestou àquelas cidades a mesma carga de poder e glória que manifestou a Corazim, Betsaida e Cafarnaum e sequer lhes dirigiu um convite à salvação.

Isso mostra de forma cabal que a eleição não depende da fé prevista. Se dependesse, o Senhor, prevendo a contrição da própria Sodoma, reduto execrável das piores perversões, a buscaria com a mesma vivacidade com que buscou Cafarnaum. Então, conforme Jesus revelou, Sodoma se arrependeria, seria salva da condenação e seus muros ainda estariam de pé. Não foi isso, porém, o que ocorreu. Na verdade, é sabido que Sodoma e, mais tarde, Tiro e Sidom, foram condenadas sem jamais testemunhar os feitos poderosos de Deus, mesmo o Senhor sabendo que se converteriam caso os testemunhassem.

Conforme se vê, as palavras de Jesus registradas nesse trecho do evangelho de Mateus aniquilam qualquer possibilidade da doutrina da eleição pela fé prevista ser acolhida por aqueles que, com sinceridade, se empenham na busca da pura verdade bíblica.

Como então lidar com Romanos 8.29 e 1 Pedro 1.2? Uma análise simples mostrará que esses textos não amparam em nada a concepção arminiana. Considere-se, a princípio, a frase, "aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou" encontrada em Romanos 8.29. Será que essa frase corrobora mesmo a tese de que Deus primeiro anteviu quais pessoas creriam e então as predestinou para a salvação? De modo nenhum! Para descobrir o verdadeiro significado da expressão "conheceu

de antemão" basta observar a sua única outra ocorrência nos escritos de Paulo.

Essa expressão é, na verdade, a tradução do verbo grego *proginósko* e é usada outra vez pelo apóstolo somente em Romanos 11.2, onde escreve sobre Israel: "Deus não rejeitou o seu povo, o qual de antemão conheceu". Ora, é evidente que aqui, conhecer de antemão não significa prever a fé, uma vez que Israel nunca creu na mensagem de Deus (At 7.51-53). Resta, pois, somente um sentido possível para a fórmula sob análise, a saber: Deus conheceu de antemão *a quem mostraria seu favor*.[4] Esse é, portanto o modo como Romanos 8.29 deve ser entendido. Não se trata de Deus saber previamente quem creria, mas sim de Deus saber previamente *a quem favoreceria*. Esse entendimento, aliás, se harmoniza plenamente com outras passagens do Novo Testamento onde ser conhecido por Deus significa ser alvo do seu favor (1Co 8.3; Gl 4.9; 2Tm 2.19).

É assim também que o texto de Pedro deve ser interpretado na parte que diz: "escolhidos de acordo com o pré-conhecimento de Deus Pai". Note-se que nesse versículo, Pedro usa a preposição grega *katá*, traduzida como "de acordo com", indicando que a escolha de Deus foi feita *conforme* ele sabia previamente que iria fazer. É, portanto, como se Pedro dissesse: "Vocês foram escolhidos *conforme* Deus Pai havia previsto que vocês seriam". Ora, isso indica que Deus não escolheu os crentes porque anteviu a fé neles, mas sim porque sabia previamente a quem mostraria favor.

Na verdade, se Pedro quisesse indicar que Deus escolheu porque anteviu a fé, como ensinam os arminianos, ele certamente

[4] Em 1Pedro 1.20, existe a evidência de que o verbo *proginósko* também pode significar "fazer algo a fim de assegurar que um evento realmente ocorra". Esse sentido também corrobora a tese defendida aqui. Cf. D. C. Arichea; E. A. Nida, *A handbook on the first letter from Peter*.

usaria a preposição *diá*, extremamente comum na língua grega e cujo significado, quando usada com o modo acusativo (como é o caso em 1Pe 1.2) é "por causa de". A tradução, então, ficaria assim: "Vocês foram escolhidos *por causa* do pré-conhecimento de Deus Pai". Isso sim indicaria que Deus previu a fé e, *por causa disso*, teria escolhido alguns. Porém, não é esse o caso aqui, de modo que a Bíblia permanece silente no tocante a qualquer suposta eleição divina alicerçada numa fé prevista.

O que o crente deve, pois, aceitar com branda docilidade é que a salvação depende da eleição incondicional e do chamado seletivo de Deus. O Senhor tem seus escolhidos (1Co 1.27-28; 1Ts 1.4), pessoas que, sem mérito algum, ele designou para a salvação "antes da criação do mundo" (Ef 1.4-5); homens e mulheres "predestinados conforme o plano daquele que faz todas as coisas segundo o propósito da sua vontade" (Ef 1.11). A esses eleitos ele trata com favor especial (Mt 24.22; Rm 8.33), impedindo, inclusive, que sejam enganados (Mt 24.24) e garantindo que perseverem até o dia da glorificação final (Rm 8.29-30).

Isso de modo algum desencoraja o evangelismo, antes o estimula ainda mais (At 18.9-10; Tt 1.1), pois o crente versado nas Escrituras sabe que os eleitos são as ovelhas de Cristo que estão dispersas pelo mundo e que essas ovelhas, quando ouvirem a voz do bom Pastor, fatalmente atenderão (Jo 10.16), já que Cristo morreu para reuni-las num povo e esse seu plano jamais poderá ser frustrado (Jo 11.51-52).

Parte do rebanho de Cristo, é preciso dizer, já foi chamado, redimido e reunido, havendo mistérios sobre sua comunidade que não podem ser desprezados.

Perguntas para recapitulação

1. Quais são as formas de sabedoria humana que a igreja de hoje tem abraçado sem grandes restrições?

2. Se a salvação só pode ocorrer quando alguém crê na pregação do evangelho, qual é o destino daqueles que morrem quando bebês ou daqueles que são mentalmente incapazes?
3. A conversão de uma pessoa gera rompimentos em diversas áreas da sua vida. Cite algumas dessas áreas.
4. Avalie a seguinte frase: *A doutrina da eleição destrói qualquer possibilidade de o crente perder a salvação.*
5. Se Deus já escolheu as pessoas que serão salvas, por que a igreja deve evangelizar ou orar pela salvação dos perdidos?

Capítulo 6

Os mistérios da comunidade da fé

Há quem passe pelo bosque e só veja lenha para a fogueira.
LEON TOLSTOI (1828-1910)

O CÃO DE FOGO

O pequeno rebanho de Cristo, a comunidade singela dos eleitos de Deus, sempre foi atacada com pauladas e com palavras. Nessa segunda forma de ataque, os inimigos da igreja normalmente apontam seus defeitos e falhas. Contudo, é também comum um tipo de ofensiva mais sutil que consiste em dizer que as reuniões, cultos e cerimônias eclesiásticas não passam de um incômodo absolutamente dispensável, do qual as pessoas farão bem em se livrar. Abandonar a frequência à igreja, dizem, não representará nenhum prejuízo para o cristão. Pelo contrário, fazendo isso ele poderá servir a Deus a seu modo, livremente, sem os aborrecimentos que muitas vezes advêm do convívio eclesiástico.

"Não se deve ir à igreja quando se quer respirar ar puro", escreveu Friedrich Nietzsche (1844-1900), talvez o ateu mais intransigente que já existiu.[1] Ao dizer nisso, o sedicioso filósofo estava se referindo ao cheiro da plebe que, à época, impregnava os locais onde o povo comia, bebia ou venerava. Porém, o duplo sentido da frase é óbvio: ir à igreja é uma experiência ruim e

[1] *Além do bem e do mal*, II:30.

desagradável. Evitá-la poupará a pessoa de muitas horas sufocantes e desagradáveis.

Outra forma comum de ataque verbal contra a igreja consiste de apontá-la como um instrumento de opressão mantido nas mãos de uma minoria que a usa para fins egoístas e interesseiros. A princípio, essa crítica era dirigida a grandes instituições eclesiásticas dotadas de poder político e econômico, capazes de interferir no destino das nações e dos indivíduos, mantendo-os todos sob escravidão e ameaça. Atualmente, contudo, essa censura é dirigida a qualquer grupo eclesiástico, pequeno ou grande, rico ou pobre, influente ou inexpressivo na sociedade. Para os atuais inimigos da igreja, qualquer comunidade cristã com a mínima estrutura organizacional é uma máquina opressora, trabalhando em prol de homens maus que têm prazer em dominar sobre os outros.

Mais uma vez, são os escritos do intrigante Nietzsche que fornecem um claro exemplo dessa forma de ataque. Em *Assim falou Zaratustra*, o personagem principal da obra dialoga com um demônio que habita as profundezas de um vulcão e que é chamado de "cão de fogo". A certa altura, a conversa toma a seguinte direção:

> É este, porém, o conselho que dou aos reis e às igrejas e a todo aquele que é fraco em idade e em virtude: "Deixai-vos derrubar para volverdes à vida e para que a vós retorne a virtude!"
>
> Assim falava diante do cão de fogo, mas ele me interrompeu rosnando e me perguntou: "igreja? Que é isso?"
>
> Igreja — respondi — é uma espécie de Estado, e a espécie mais enganosa. Cala-te, porém, cão hipócrita! Tu conheces tua espécie melhor que ninguém![2]

A seguir, Zaratustra explica o que é o Estado de que a igreja é "a espécie mais enganosa":

[2] P. 122.

> O Estado é um cão hipócrita como tu. Como tu, gosta de falar com rugidos e fumaça para fazer crer que sua voz, como a tua, sai das entranhas das coisas. Porque o Estado quer ser a todo custo o animal mais importante da terra. E consegue fazer o povo acreditar que o seja.[3]

Como Nietzsche, os críticos modernos da igreja consideram-na uma espécie de estado opressor, orgulhoso e hipócrita, com a diferença de que o filósofo certamente dirigia suas setas contra o império gigantesco dos papas, dos arcebispos e dos clérigos que exploravam o povo em vez de pastoreá-lo, enquanto os opositores atuais se insurgem contra qualquer comunidade cristã formalmente organizada, mesmo a mais bíblica a singela.

Também é curioso notar que no passado os críticos da igreja eram os ateus, os membros das seitas e os incrédulos em geral. Hoje, surpreendentemente, quem adota o discurso crítico outrora exclusivo dos descrentes são pastores, pregadores, escritores e cristãos professos! Promovendo ideias antieclesiásticas como as que foram expostas, seu discurso desemboca num apelo constante em favor de um cristianismo vivido em casa, longe da comunhão dos irmãos e da sujeição à liderança bíblica, em total desacordo com textos como Hebreus 10.25; 13.17 e 1João 1.7. Outras vezes, esse discurso estimula o abandono da adoração realizada nas igrejas seguido de sua substituição por reuniões informais de crentes, sem nenhum fator institucionalizante como declarações doutrinárias, formas de culto, liderança ou disciplina — nada além de pequenos ajuntamentos em que cada participante dá o tom que quiser à reunião.

O que muitos crentes da atualidade têm dificuldade em entender ou aceitar é que o cristianismo, na forma como é apresentado no Novo Testamento, é impossível de ser vivido à parte do

[3] Idem.

envolvimento com uma igreja estabelecida dentro de certa estrutura organizacional. Para provar isso, basta enumerar algumas determinações bíblicas que jamais poderão ser observadas pelo cristão que permanece em casa ou se envolve apenas com pequenas reuniões de oração e compartilhar. Na lista abaixo consta uma seleção de oito desses deveres. Seu objetivo é meramente exemplificativo. De fato, essa classificação está muito longe de ser exaustiva:

- Celebrar a ceia do Senhor em comunhão com a igreja como um todo (1Co 11.20-29).
- Participar da aplicação da disciplina eclesiástica visando à pureza da comunidade da fé (Mt 18.17; 1Co 5.4-5).
- Participar da escolha de líderes eclesiásticos (At 6.1-6; 14.23).
- Obedecer aos bispos estabelecidos por Deus sobre a igreja (Hb 13.17).
- Ser equipado para o serviço espiritual em prol da igreja, através do ministério de homens instituídos por Deus em funções de direção e ensino (Ef 4.11-16).
- Exercitar os dons espirituais em benefício do corpo de Cristo dentro de um contexto de sujeição e ordem (Rm 12.4-8; 1Co 12.12-27; 14.1).
- Tomar parte nas decisões gerais relacionadas à vida da igreja (At 15.22).
- Cooperar com projetos de socorro material a outras igrejas em tempos de calamidade (2Co 8.1-24; 9.1-15).

Conforme dito, há muitos outros deveres do crente que, para serem observados, dependem de sua participação numa igreja formalmente constituída. Aliás, a simples leitura das cartas neotestamentárias revela uma gama imensa de responsabilidades do crente em face da igreja. Na verdade, por terem sido dirigidas em

sua maioria a igrejas, essas cartas têm como um de seus objetivos centrais reger o procedimento dos cristãos enquanto membros de uma determinada instituição eclesiástica. Por isso, poucas admoestações encontradas nas epístolas do Novo Testamento podem ser observadas fora do contexto da comunidade da fé. Esse fato deixa fora de dúvida que o cristianismo autêntico é impossível de ser vivido sem a dimensão coletiva concretizada na igreja local.

Ocupando uma posição tão importante no ensino apostólico, seria de se esperar que a igreja figurasse como um dos temas dos mistérios de Deus revelados na atual dispensação. Com efeito, a teologia paulina aponta dois mistérios ligados ao povo redimido: o mistério da unidade plena e o mistério gravado no matrimônio.

O mistério da unidade plena

No capítulo 2, foi exposto o conceito de "recapitulação", sendo destacado como o Senhor começou sua obra de unificação de todas as coisas a partir da criação da igreja, um povo formado por judeus e gentios, todos unidos sob uma Cabeça, Cristo.

Talvez seja difícil para o homem contemporâneo imaginar como essa realidade era inovadora para as pessoas daqueles dias. A verdade, porém, é que em face do seu surpreendente impacto os crentes primitivos tiveram que lidar com questões delicadas. Entre estas, uma pergunta intrigante agitou intensamente o coração dos santos naqueles tempos em que a igreja ainda era composta predominantemente por judeus.

A questão era a seguinte: Como os judeus crentes, que ao longo de toda a vida tinham evitado qualquer grau de comunhão com outros povos a fim de não se contaminar, deveriam recepcionar os gentios que estavam se convertendo a Cristo? Seria lícito, de agora em diante, ter comunhão com eles? Afinal de contas, ainda que houvessem se tornado cristãos, aqueles gentios permaneciam incircuncisos, não tinham vínculo algum com a totalidade da lei

mosaica, não pertenciam à linhagem de Abraão e não faziam parte de Israel, a nação escolhida.

Para resolver essa questão, um grupo dentro da igreja formado por membros do partido dos fariseus, propôs uma solução simples: "É necessário circuncidá-los e exigir deles que obedeçam à Lei de Moisés" (At 15.5). Eram os judaizantes que, mesmo depois de tudo resolvido (At 15.22-32), continuaram insistindo nessas exigências, ansiando que, por meio de seu cumprimento, os gentios se "judaizassem".

Para piorar, eles também diziam que se os gentios não cumprissem aqueles requisitos, eles sequer poderiam ser salvos (At 15.1). Note-se que para a mente exclusivista deles, não poderia haver outra solução. Se os gentios queriam a comunhão dos israelitas e a salvação dos israelitas, teriam que se tornar eles mesmos israelitas, observando os costumes e ritos judaicos.

De fato, era difícil arrancar da cabeça dos crentes judeus, toda a carga da cultura exclusivista que havia sido imposta a eles durante séculos. Pedro, por exemplo, só entrou na casa de um gentio por ordem expressa de Deus (At 10.27-28) e a igreja de Jerusalém só começou a abrir as portas da comunhão com todos os povos depois que foi convencida de que o Senhor estava concedendo aos gentios que criam a mesma graça concedida aos judeus salvos, sem fazer qualquer distinção entre os dois grupos (At 10.45; 11.1-18).

Com efeito, conforme foi exposto no capítulo 2, a criação de um só povo composto por judeus e gentios unidos entre si por laços espirituais, todos sob uma nova Cabeça, era algo incrível e extraordinário! Quem poderia imaginar que barreiras tão antigas seriam superadas pela nova fé? Quem seria capaz de prever que, unidos pela obra de Cristo, homens de raças distintas, que sempre se entreolharam com amarga antipatia, se sentariam um dia lado a lado, partiriam juntos o pão, orariam uns pelos outros e se chamariam mutuamente de irmãos?

Foi em meio a esse cenário que Paulo, para romper a grande muralha de separação, construída durante séculos, ensinou que a união entre judeus e gentios na igreja era, na verdade, parte do glorioso plano salvífico de Deus — um plano outrora oculto em mistério, mas revelado agora pelo Espírito:

> Certamente vocês ouviram falar da responsabilidade imposta a mim em favor de vocês pela graça de Deus, isto é, o mistério que me foi dado a conhecer por revelação, como já lhes escrevi em poucas palavras. Ao lerem isso vocês poderão entender a minha compreensão do mistério de Cristo. Esse mistério não foi dado a conhecer aos homens doutras gerações, mas agora foi revelado pelo Espírito aos santos apóstolos e profetas de Deus, significando que, mediante o evangelho, os gentios são co-herdeiros com Israel, membros do mesmo corpo, e coparticipantes da promessa em Cristo Jesus.
>
> Efésios 3.2-6

No texto *supra*, Paulo alude ao que já havia escrito antes "em poucas palavras" (v. 3). Certamente, ele se refere a 1.9-10, onde fala sobre o propósito de Deus de, em Cristo, unir todas as coisas, celestiais ou terrenas. Porém, não há dúvida de que em Efésios 3 ele focaliza um aspecto específico dessa união, ou seja, a participação conjunta de judeus e gentios num mesmo corpo. O apóstolo tratou desse aspecto doutrinário específico em 2.11-22, onde abordou a aproximação entre judeus e gentios promovida não pela lei ou pela observância de ritos (2.15), mas pelo sangue de Cristo, por meio de quem ambos entraram numa relação de perfeita paz e se tornaram, juntos, "concidadãos dos santos e membros da família de Deus" (v. 19).

Essa nova realidade é chamada pelo apóstolo de "mistério de Cristo", algo que "durante as épocas passadas, foi mantido oculto em Deus" (Ef 3.9), mas que veio à luz por obra do Espírito Santo

que a revelou aos apóstolos e profetas designados pelo Senhor no século 1. Segundo esse mistério agora manifesto, os gentios convertidos, independentemente da circuncisão e mediante o evangelho, formavam um só corpo com os judeus salvos e ambos receberiam de Deus a mesma herança de salvação e graça.

Eis o mistério da unidade plena! Na pregação apostólica, Deus anunciou ao mundo que, em Cristo, "não há diferença entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro e cita, escravo e livre" (Cl 3.11) e que, formando todos, pela fé no Filho de Deus, uma nova raça — a raça dos homens salvos (1Pe 2.9) — juntos desfrutariam da herança dos santos no reino da luz (Cl 1.12). Isso deveria bastar para por fim aos preconceitos judaicos contra os gentios dentro da igreja e vice-versa, já que, a bem da verdade, nas comunidades cristãs da época também havia gentios que tendiam a desprezar os judeus (Rm 14.1-10).

Conforme se vê, o mistério da unidade plena nivela e iguala todos os crentes, não deixando espaço para preconceitos, barreiras e expressões de orgulho ou desprezo no seio da igreja de Cristo. E esse é apenas um dos seus desdobramentos práticos. Sobre o fundamento desse mistério, nunca poderá ser construída, por exemplo, uma "igreja de negros", ou uma "igreja de letos", ou mesmo uma "igreja de ricos". O próprio conceito de igreja decorrente do mistério ora exposto — um conceito altamente inclusivo — impede todas essas formas de qualificação. Por isso, quando alguém fala sobre "igreja", deve ter em mente homens de toda tribo, língua, povo e nação unidos pela obra do Cordeiro que foi morto e que, assim, os comprou para Deus com o seu precioso sangue (Ap 5.9).

Também é preciso destacar que, por esse mistério, a paz entre os crentes deve ser vista como obra da cruz e não apenas como uma expressão de ajuste sócio-cultural como os antigos judaizantes queriam que fosse. Sendo assim, trabalhar contra essa paz,

criando, nutrindo ou estimulando inimizades e divisões entre o povo de Deus, não é apenas estar na contramão da busca dos interesses de um grupo religioso. É, isto sim, um ataque maligno contra um dos alvos mais sublimes da morte de Cristo: a paz entre os seus servos!

Por isso, disputas entre igrejas, brigas denominacionais, discussões teológicas amargas, repulsas nutridas contra irmãos que pensam diferente em matérias de somenos importância e inimizades entre os membros de uma mesma igreja local são problemas que precisam ser considerados sob a luz do mistério da unidade, a fim de que sua imensa gravidade seja devidamente percebida e, em face dessa percepção, os crentes fujam aterrorizados de todas essas coisas. Um preço muito alto... Na verdade, um preço de sangue foi pago pelos anéis dourados da paz que devem selar a aliança entre os crentes. Não se deve, pois, agora deixar esses preciosos anéis esquecidos num canto qualquer. Muito menos trocá-los por um tosco e medonho soco-inglês!

O mistério gravado no matrimônio

Numa seção bastante prática de Efésios, Paulo ensina como deve ser o relacionamento entre marido e esposa crentes. Ele fala da submissão humilde que a mulher deve ao marido e também do amor provedor e sacrificial que o marido deve ter por sua esposa. Aproximando-se do fim dessa seção, Paulo escreve:

> "Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne." Este é um mistério profundo; refiro-me, porém, a Cristo e à igreja.
>
> Efésios 5.31-32

Nesse trecho, como se vê, Paulo cita Gênesis 2.24, o texto que fala que marido e mulher formam juntos uma só carne. Trata-se

do versículo bíblico que provê uma das bases mais sólidas para o ensino acerca do ideal de Deus no tocante ao casamento.

O contexto em que se encontra Gênesis 2.24 é a narrativa da criação da mulher a partir da costela de Adão, tendo como desfecho o surgimento do primeiro casal. Evidentemente, o apóstolo reconhece a literalidade dessa narrativa. Porém, em Efésios 5.32, ele ensina que as palavras de Gênesis 2.24 encerram também um grande mistério — um mistério que transcendia o ensino acerca da união singular que se perfaz no casamento. Com efeito, Paulo diz expressamente no v. 32 que Gênesis 2.24 se referia ao mistério da união entre Cristo e sua igreja!

Isso se torna ainda mais evidente quando se considera a cláusula que Paulo enuncia antes de citar Gênesis. Ele diz: "... pois somos membros do seu corpo" (Ef 5.30). Então, para destacar e fortalecer a realidade de que a igreja forma com Cristo um só corpo e que isso é refletido no matrimônio, o apóstolo reproduz a antiga frase "e os dois se tornarão uma só carne".

Vê-se aqui, dessa forma, um exemplo notável do uso do termo "mistério" em Paulo. Conforme já dito, mistério é uma doutrina que se manteve latente nas páginas do Antigo Testamento aguardando sua explanação. Ora, o texto de Efésios 5.31-32 mostra que na passagem do Pentateuco em que Deus instituiu o casamento, havia uma grande verdade escondida — a verdade de que os crentes se tornariam, de certo modo, um só com Cristo, sendo membros do seu corpo. Essa verdade outrora oculta foi manifesta no tempo devido pelo Espírito que atuou em Paulo quando ele escreveu aos efésios.

O mistério oculto na frase "uma só carne", sendo um mistério incutido no matrimônio, acaba por se constituir num dos fundamentos principais da teologia do Novo Testamento relativa ao casamento. Na verdade, o texto de Efésios mostra que Paulo fala desse mistério não apenas para mostrar que seu enunciado estava

oculto em Gênesis. Antes, ele o faz para ensinar que a união entre Cristo e a igreja tem que ser o modelo que os cristãos devem reproduzir em sua vida conjugal (Ef 5.22-29).

Ora, a partir desse modelo, conclui-se que o casamento cristão deve ser, antes de tudo, monogâmico, pois Cristo está unido somente à igreja e não a grupos estranhos à fé. A igreja, por sua vez, está unida exclusivamente a Cristo, recebendo só dele vida e direção. Talvez seja por isso que o crente que flerta com o mundo seja chamado por Tiago de "adúltero" (Tg 4.4).

Deve-se observar ainda que o texto de Efésios, ao ensinar que o matrimônio reflete o relacionamento entre Cristo e a igreja, realça especialmente que o casamento deve ser hierárquico, ou seja, deve ser marcado por uma relação de subordinação em que o marido é o chefe amoroso e provedor. Como Cristo, ele lidera e se dispõe a se sacrificar por sua esposa. Ela, por sua vez, respeita o marido e se submete a ele, assim como a igreja verdadeira se sujeita ao seu Senhor.

Também a partir do paradigma proposto pelo mistério é possível concluir que, assim como é inextinguível a união entre Cristo e sua igreja (Rm 8.25-29), da mesma forma o vínculo entre um homem e uma mulher casados entre si também é inextinguível enquanto ambos estiverem vivos (Rm 7.2-3).

Aliás, foi essa a lição que o próprio Senhor Jesus ensinou quando comentou o mesmo texto de Gênesis 2.24 (Mt 19.5-6). Ele citou o versículo e, a partir do seu enunciado, concluiu que a união entre pessoas casadas é obra de Deus, não podendo ser desfeita pelo homem.

Portanto, a partir da teologia cristã fundamentada no mistério doutrinário incutido no matrimônio, o divórcio pode até ocorrer em alguns casos (Mt 5.31-32; 1Co 7.15), mas sua força só chegará ao ponto de interromper a *convivência* entre os cônjuges. Em hipótese alguma será capaz de destruir a realidade expressa na fórmula "uma só carne".

Assim, uma vez que o casamento reflete o mistério da união indissolúvel entre Cristo e sua igreja, cônjuges divorciados permanecem unidos numa só carne até que a morte de um deles ponha fim ao vínculo conjugal. É precisamente por causa disso que Jesus condenou como adultério o casamento entre pessoas divorciadas (Mc 10.11-12) e Paulo propagou o mesmo ensino em suas epístolas (Rm 7.2-3), proibindo que crentes divorciados de casassem novamente enquanto o cônjuge de quem haviam se separado ainda estivesse vivo (1Co 7.10-11,39).

Como se vê, o mistério que o matrimônio encerra gera diversas implicações ético-maritais e, certamente, pelo menos uma delas (o dever de amor e respeito entre os cônjuges) estava na mente do apóstolo quando ele o enunciou. Contudo, a teologia que precede a ética e lhe serve como fundamento não pode ser perdida de vista aqui. De fato, o mistério implícito na fórmula "uma só carne" também deve ser visto isoladamente, como mistério eclesiológico que é, à parte de seu impacto sobre a vida de um casal.

Ora, considerado sob essa perspectiva, o mistério gravado no matrimônio destaca não somente a exclusividade, a dependência, a segurança ou o dever de sujeição dos cristãos (fatores esses já aludidos nesta seção), mas também a posição honrosa que ocupam. De fato, estando unida a Cristo como uma esposa ao seu marido, a igreja é alçada a um grau de dignidade, honra e grandeza de que nenhum rei deste mundo jamais pôde ou poderá desfrutar (Ef 2.6).

Quão necessário e urgente é que a igreja de hoje reconheça isso, a fim de que abandone de uma vez por todas as futilidades que tem abraçado no afã de obter o respeito dos incrédulos! Sim, se reconhecesse a excelência da sua vocação e a nobreza da posição a que Deus a elevou, a comunidade dos salvos não se preocuparia mais em ajustar seu comportamento, seu culto, seus programas e até sua mensagem às expectativas do mundo com o

fim de conquistar sua aprovação, como se isso tivesse algum valor. Antes, saberia que sua grandeza e dignidade procedem simplesmente de sua união com Cristo. E essa grandeza e dignidade são altíssimas. Não há nada que o aplauso dos perdidos lhes possa acrescentar. Com efeito, qualquer acréscimo a essas honras procederão somente do Senhor, quando ele concretizar na história os mistérios do porvir.

Perguntas para recapitulação

1. Quais os interesses envolvidos na campanha contra a participação ativa do crente nos trabalhos de uma igreja local formalmente estabelecida?
2. Quais efeitos espirituais serão verificados na vida do cristão que nutre pouco ou nenhum envolvimento com a igreja local?
3. Que impacto o mistério da unidade plena exerce sobre a prática do evangelismo?
4. Como o mistério gravado no matrimônio fortalece a doutrina da segurança eterna dos crentes?
5. Que medidas práticas um casal deve tomar a fim de refletir melhor o mistério gravado no matrimônio?

Capítulo 7

Os mistérios escatológicos

> Maior é a utilidade que podemos e devemos tirar do conhecimento das coisas futuras, que da notícia das passadas.
>
> PADRE ANTÔNIO VIEIRA (1608-1697)

CINCO TEMAS IMPORTANTES

A escatologia cristã lida, basicamente, com cinco temas centrais: a recapitulação; a regeneração, a restauração, a recuperação (de Israel) e a ressurreição. Os três primeiros temas estão fortemente entrelaçados e em certos pontos até se confundem. Sua exposição sucinta foi feita nos capítulos anteriores, pelo que não há necessidade de apresentá-los novamente aqui.

Nesta seção basta recordar que a recapitulação (*anakefalaiosis*) é mencionada por Paulo em Efésios 1.10 e diz respeito ao ato de reunir todas as coisas colocando-as sob o controle de uma única cabeça, isto é, Cristo. O mistério da recapitulação, tanto em sua realidade presente como em seu sentido escatológico, foi exposto brevemente no capítulo 2 deste livro.

Quanto à regeneração (*palingenesia*), recorde-se que seu sentido escatológico encontra-se apenas em Mateus 19.28. Nessa passagem, o termo é usado por Jesus para referir-se à criação redimida e glorificada que formará o cenário do reino milenar vindouro. A exposição desse assunto foi feita no capítulo 4 desta obra.

Finalmente, a palavra "restauração" (*apokatástasis*) é usada em Atos 3.21 para referir-se basicamente à mesma esperança de

paz (cf. At 3.20) expressa no termo "regeneração" presente em Mateus 19.28. Em sua forma verbal (*apokatallasso*), esse vocábulo é usado em Efésios 2.16 e Colossenses 1.22 para descrever realidades teológicas atuais, sendo geralmente traduzido como "reconciliar". É em Colossenses 1.20, porém, que *apokatallasso* evoca um sentido escatológico distinto, apontando para a futura restauração da harmonia universal através da subjugação de tudo ao Pai que, então, exercerá sua soberania de forma plena e direta, sem qualquer mediação (1Co 15.28). Esse tema foi abordado na última seção do capítulo 4.

Resta agora, neste capítulo, explicar os dois temas escatológicos remanescentes, ou seja, a recuperação ou salvação de Israel e a ressurreição futura, destacando-se o mistério específico da transformação corporal instantânea.

O mistério da salvação de todo o Israel

Considerando a ordem temática em que foram dispostos os livros do Novo Testamento, o termo "mistério" aparece pela primeira vez nas cartas de Paulo em Romanos 11.25:

> Irmãos, não quero que ignorem este mistério, para que não se tornem presunçosos: Israel experimentou um endurecimento em parte, até que chegue a plenitude dos gentios.

É fácil perceber que, no texto supracitado, mistério é algo ligado ao plano de Deus relativo especificamente à salvação da nação de Israel. Paulo mostra que, apesar do povo judeu ter sido endurecido (Rm 11.8) e cortado das bênçãos da aliança abraâmica (Rm 11.20), esse endurecimento é parcial ("em parte") e temporário ("até que"). É parcial porque o Senhor preservou entre os israelitas um remanescente segundo a eleição da graça (Rm 11.5). É temporário porque quando o número de gentios eleitos

se completar ("a plenitude dos gentios"), "todo o Israel será salvo, como está escrito: 'Virá de Sião o redentor que desviará de Jacó a impiedade'" (Rm 11.26).

O contexto da passagem sob análise mostra que Paulo expôs o mistério da salvação futura de todo o Israel visando a três objetivos: mostrar que a aliança e as promessas que Deus fez a Israel não foram revogadas (Rm 11.1-2,28-29); destacar que o endurecimento de Israel ocorreu para que o Senhor estendesse sua salvação aos gentios (Rm 11.11,25,30); e, finalmente, de posse disso tudo, desencorajar o desprezo aos judeus por parte dos gentios cristãos. De fato, o versículo mencionado diz: "Irmãos, não quero que ignorem este mistério, *para que não se tornem presunçosos*". Esse objetivo é também frisado nos versículos 17-20.

A extrema relevância de cada um desses objetivos mostra o motivo pelo qual o mistério da salvação de todo o Israel pode se situar entre os grandes pilares da toda a teologia cristã. De fato, observando os objetivos supracitados pode-se ver que esse mistério está ligado a três temas centrais do Novo Testamento: a consumação das antigas promessas feitas ao povo da aliança; a forma como Deus agiu para estender sua salvação aos gentios; e a necessidade de paz e unidade na igreja.

É precisamente nesse último ponto que o raciocínio converge para aspectos vivenciais do cristianismo. Em termos práticos, qual é a importância do mistério sob análise para o crente? Bem, para os leitores originais de Paulo, a lição acerca da salvação de todo o Israel serviu para promover a unidade da igreja de Roma, composta por cristãos judeus e gentios, uma vez que inibiu qualquer tipo de afronta por parte dos crentes em geral contra os israelitas. Já para os homens de outras gerações, se esse mistério tivesse encontrado espaço na mente dos mestres eclesiásticos, certamente a história não alistaria tantos exemplos de antissemitismo cristão, possíveis de ser encontrados desde os tempos dos primeiros Pais

da Igreja até as décadas mais recentes, especialmente nos países cristianizados da Europa.[1]

Vê-se assim que, sob o prisma dos objetivos práticos e originais de seu enunciado, o conhecimento desse mistério fará com que o cristão respeite o povo escolhido de Deus, ore pelos judeus e os proteja (Rm 9.1-5; 10.1), nutrindo sempre gratidão humilde no coração, inclusive por saber que a dureza de Israel abriu-lhe as portas da misericórdia divina, sendo certo que sua restauração produzirá bênçãos ainda maiores.

Considerado ainda sob o prisma dos objetivos práticos e originais de seu enunciado, o mistério da salvação de Israel revela a importância da unidade eclesiástica, *especialmente no campo racial*, sendo esse um dos temas mais destacados da teologia do Novo Testamento (Ef 2.14-18; Gl 3.26-28; Cl 3.11). Provavelmente, uma das razões dessa ênfase é que, sem a consciência da importância desse tipo de unidade, qualquer igreja se transformará num grupo étnico isolado, carente de qualquer expressão e fadado à extinção completa.

O mistério da salvação de todo o Israel também pode ser considerado sob o ângulo do seu conteúdo. Visto assim, esse mistério fará com que o crente inclua no seu conjunto de expectativas escatológicas a restauração dos judeus, fato que há de ocorrer quando vier o Redentor que desviará Jacó de suas impiedades. Se o crente considerar o mistério dessa forma, reterá no coração uma compreensão maior da imutável fidelidade de Deus. Então, provará consolo e alegria afinal, vendo na salvação do povo eleito mais uma evidência de que o dia escatológico não trará somente as nuvens escuras do juízo, mas também o sol radiante da graça e da misericórdia do Senhor.

[1] Sobre os efeitos danosos do desprezo a Israel por parte dos cristãos, bem como da visão que apresenta a igreja como substituta absoluta desse povo nas bênçãos a ele prometidas, cf. Ronald E. Diprose, *Israel and the church*.

O mistério da transformação corporal instantânea

O ambiente cultural dentro do qual o cristianismo se expandiu logo após o seu surgimento era marcado por uma forte resistência contra a doutrina da ressurreição. Uma prova bíblica disso está no episódio narrado em Atos acerca do discurso de Paulo aos atenienses, no Areópago. O texto bíblico diz que, na ocasião, o apóstolo foi grosseiramente interrompido, exatamente no ponto em que falou sobre a ressurreição de Cristo (At 17.32).

Essa resistência compunha o cenário cultural de então porque, dada a forte influência do helenismo sobre uma vasta porção da humanidade naqueles dias, o corpo era considerado por muita gente a prisão da alma, sendo que a maior felicidade do espírito humano seria alcançada quando ele se livrasse definitivamente desse cárcere terrível de carne e ossos.

Por causa disso, dizer, como os cristãos diziam, que o corpo ressurreto seria o estado final e definitivo de todos, inclusive da pessoa salva, equivalia a afirmar que a alma finalmente liberta voltaria um dia à sua prisão material onde ficaria para sempre, sendo essa a sua mais sublime bem-aventurança. Ora, propor abertamente esse ensino e ainda aguardar, com doce expectativa, o dia em que os mortos se levantariam da sepultura inaugurando uma nova etapa do plano de Deus, eram, especialmente para os intelectuais daqueles dias, expressões de chocante e pura tolice, bem como da mais tosca superstição.

Ensinar, pois, a ressurreição dos mortos foi um dos fatores que levaram o cristianismo a ser considerado, a princípio, uma religião de gente ignorante, a fé da ralé, um aglomerado de crenças que ninguém, com um mínimo de preparo intelectual, estaria disposto a acolher. Isso, somado ao fato dos crentes dos três primeiros séculos da era cristã serem, em sua maioria, pessoas de origem humilde, confirmava a suspeita nutrida pelos pagãos cultos daqueles dias de que a fé cristã não podia ser levada a sério,

servindo apenas para encantar a mente de velhas caducas e colorir a cretinice dos iletrados.

Ilustrando essa mentalidade, o epicurista Celso, crítico ferrenho do cristianismo, escreveu um discurso por volta do ano 178 dizendo que a ressurreição não é uma crença digna de seres racionais. Segundo ele, a própria ressurreição de Cristo não passava de uma fábula inventada pelos apóstolos, homens que ele considerava enganadores da pior espécie.

Não foi fácil para os primeiros cristãos abrir caminho nessa selva de conceitos e preconceitos, posto que a mentalidade pagã se formara ao longo de séculos, abrangendo então ideias muito antigas sobre a alma, o corpo e a vida além. Porém, já a partir do século 2, a igreja contou em suas fileiras com alguns filósofos de alta formação intelectual, dotados de mente aguda e perspicaz, capazes de construir argumentos refinados em prol dos dogmas principais do cristianismo, especialmente, vale dizer, a doutrina da ressurreição.

Um dos mais notáveis entre esses antigos defensores da fé ortodoxa foi o filósofo cristão Atenágoras de Atenas († 190). Ele escreveu um tratado intitulado *Sobre a ressurreição dos mortos*, argumentando, basicamente, que o homem foi criado para viver eternamente. Segundo ele, como o ser humano, em sua totalidade, abrange corpo e alma, a ressurreição é a única forma através da qual esse propósito pode ser atingido. No momento em que esse grande milagre ocorrer, o corpo se unirá novamente à alma, restabelecendo a unidade que constitui o homem completo. Então, o ser humano integral entrará finalmente na vida eterna.

O tratado de Atenágoras demonstrou a necessidade da ressurreição ao afirmar, entre outras coisas, que tanto a alma quanto o corpo humano estão igualmente envolvidos nos atos realizados pelas pessoas, sendo injusto punir ou recompensar apenas a alma,

deixando o corpo sem prêmio ou castigo.[2] A obra também ofereceu respostas às objeções tradicionais que os pagãos levantavam contra a ressurreição, mostrando que a crença cristã não tinha nada de irracional, já que a reconstrução e vivificação de corpos mortos e decompostos não estava muito distante de outras maravilhas que fazem parte da experiência comum, devendo ser este um milagre esperado com segurança, da mesma forma que os homens esperam com segurança o desdobramento de fenômenos naturais. Nesse sentido, Atenágoras argumentou:

> Quem poderia crer, se a experiência não o ensinasse, que numa gota de esperma, uniforme e diluído, está contido o princípio de tantas e tão grandes faculdades, ou que tanta diferença de massas estão aí reunidas e contraídas, isto é, os ossos, os nervos, as cartilagens, além dos músculos, carnes, entranhas e todas as partes do corpo? De fato, não se pode ver nada disso no sêmen úmido, nem se vê nas crianças o que serão os homens feitos, nem nos homens feitos o que serão os homens maduros, nem nos maduros o que serão os velhos... Desse modo, nesta ordem das coisas, sem que o sêmen tenha inscritas em si mesmo a vida e a forma dos homens, nem a vida a dissolução nos primeiros princípios, o encadeamento dos fatos naturais nos garante o que acontecerá, mesmo não podendo vê-lo claramente; muito mais a razão, que segue o rastro da verdade por conexão natural, nos garante a fé na ressurreição, visto que ela é mais segura e superior do que a experiência para confirmar a verdade.[3]

Além de Atenágoras, outros antigos pensadores cristãos de talento, os chamados apologistas, bem como os mestres da igreja, se empenharam na defesa da doutrina da ressurreição. Para eles

[2] *Sobre a ressurreição dos mortos* 18. Em: Padres apologistas, Coleção Patrística, vol. 2, p. 192-193.
[3] Idem, capítulo 17.

essa defesa era importante porque através dela os cristãos seriam eventualmente poupados de serem considerados brutos irracionais, uma concepção que muitas vezes gerava o ódio das massas contra a igreja e encorajava a perseguição dos crentes por parte das autoridades.

No entanto, certamente os teólogos da época se empenharam tanto na defesa da doutrina da ressurreição porque, sem ela, não há como o cristianismo subsistir. Defender essa doutrina é, de fato, defender o alicerce de todo o edifício doutrinário cristão. Absolutamente nada no cristianismo, nem suas escrituras, nem sua ética, nem seus cultos, nem sua esperança, enfim nada se sustenta no cristianismo caso a ressurreição seja negada. Isso é assim porque rejeitar a ressurreição equivale a dizer que Cristo jamais saiu da sepultura, que, sendo assim, não houve livramento do pecado e que a vida do homem, crente ou não, se limita à presente existência.

Ora, o apóstolo Paulo escreveu acerca dessa absurda hipótese numa das passagens mais conhecidas do Novo Testamento:

> Se não há ressurreição dos mortos, nem Cristo ressuscitou; e, se Cristo não ressuscitou, é inútil a nossa pregação, como também é inútil a fé que vocês têm... Pois, se os mortos não ressuscitam, nem mesmo Cristo ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, inútil é a fé que vocês têm, e ainda estão em seus pecados. Neste caso, também os que dormiram em Cristo estão perdidos. Se é somente para esta vida que temos esperança em Cristo, somos, de todos os homens, os mais dignos de compaixão... Se os mortos não ressuscitam, "comamos e bebamos, porque amanhã morreremos".
>
> 1Coríntios 15.13-14, 16-18, 32

Essa doutrina de tão alta magnitude para o cristianismo não apresenta grandes dificuldades em seus enunciados básicos. Considerando a ressurreição de Cristo, os autores do Novo Testamento

explicam que ele foi levantado dentre os mortos pelo poder de Deus (Gl 1.1), através da ação do Espírito Santo (Rm 8.11; 1Pe 3.18). O corpo em que Cristo ressuscitou era físico e palpável (Lc 24.39), sendo precisamente o mesmo em que padeceu ao tempo de sua humilhação (prova cabal disso foi o túmulo vazio — Jo 20.1-8). A diferença é que o corpo ressurreto do Senhor não podia mais morrer (Rm 6.9), nem experimentar qualquer grau de degradação ou decomposição (At 13.34-37). Foi nesse corpo glorioso que Jesus subiu aos céus, sendo também nesse corpo que um dia voltará (At 1.11).

No tocante à ressurreição dos crentes, os escritores neotestamentários ensinam que será corpórea como foi a de Cristo (1Co 15.42-49), tendo seu cumprimento reservado para o dia em que o Senhor voltar para buscar sua igreja (1Co 15.22-23). Em seus corpos ressurretos, os salvos serão elevados ao céu (1Ts 4.16-17) e também não provarão mais a morte, nem qualquer forma de dor, degradação ou sofrimento (1Co 15.53-55). Vê-se, assim que, à luz da Bíblia, o corpo do cristão está destinado a passar por três etapas: a morte, a decomposição, a ressurreição e o arrebatamento.

É precisamente no tocante a esse simples processo que, mais uma vez, o apóstolo Paulo menciona um maravilhoso mistério:

> Eis que eu lhes digo um mistério: Nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, num momento, num abrir e fechar de olhos, ao som da última trombeta. Pois a trombeta soará, os mortos ressuscitarão incorruptíveis e nós seremos transformados.
>
> 1Coríntios 15.51-52

Conforme o ensino paulino, os crentes que estiverem vivos quando o Senhor vier buscar sua igreja, não passarão pelas três primeiras etapas do processo morte — decomposição — ressurreição — arrebatamento. Em vez disso, eles provarão uma transformação

instantânea, sendo revestidos de incorruptibilidade. Então, nesse corpo agora imortal e glorioso, serão arrebatados junto com os crentes ressurretos, indo todos se encontrar com o Senhor nos ares.

Esse mistério da transformação corporal instantânea, ou seja, da glorificação dos corpos dos crentes, não precedida por morte, decomposição e ressurreição, foi ensinado por Paulo aos crentes de Corinto, por volta do ano 55. Pouco tempo antes, porém, talvez no ano 51, ele havia dissipado a ignorância dos tessalonicenses acerca do destino dos crentes mortos e, ao tratar disso, mencionou também a transformação imediata dos santos que estiverem vivos quando o Senhor se manifestar (1Ts 4.13-18).

Por fim, nos últimos anos da sua vida, mais especificamente em cerca de 62, o apóstolo certamente se referiu a esse mesmo mistério quando escreveu aos Filipenses. Nessa carta ele falou da esperança que o crente tem na vinda do Senhor que "transformará os nossos corpos humilhados, tornando-os semelhantes ao seu corpo glorioso" (Fl 3.20-21).

Assim, ao longo de toda a sua carreira ministerial, Paulo proclamou o mistério de que nem todos os crentes em Cristo provarão a morte, posto que a geração de cristãos que estiver viva quando o Senhor voltar será transformada "num abrir e fechar de olhos", passando a ter o corpo glorioso da ressurreição sem nunca ter morrido! Portanto, nessa geração privilegiada, a participação do crente na vitória de Cristo sobre a morte mostrará contornos ainda mais nítidos, posto que os fiéis de então receberão o hábito reluzente da vida, sem jamais provar o óbito medonho que golpeia e abate a todos.

Os mistérios escatológicos, conforme se vê, são bastante intrigantes e seus enunciados incitam a formulação de perguntas que nenhum teólogo é capaz de responder de modo satisfatório. Na verdade, diante dessas perguntas o crente deve aprender que, muitas vezes, a postura correta a ser adotada é a de total humildade

e resignação. Se cultivar essas atitudes em seu coração, o cristão terá melhores condições de lidar com áreas muito mais complexas e enigmáticas da teologia cristã como, por exemplo, os mistérios jamais revelados.

Perguntas para recapitulação

1. Como a doutrina da salvação futura de Israel ajudaria na redução das tendências antissemitas nutridas por diferentes grupos na atualidade?
2. Considerando o lugar de Israel nos planos de Deus, seria correto a igreja priorizar a evangelização de judeus?
3. Como a doutrina da ressurreição contribui para o robustecimento da tese que afirma a supremacia da dignidade humana?
4. À luz da doutrina da ressurreição, o crente deve apoiar a prática de doação de órgãos ou de cremação de corpos?
5. Como a doutrina da ressurreição pode ajudar na moderação da busca acirrada pela beleza corporal que escraviza as pessoas no mundo moderno?

Capítulo 8

Os mistérios jamais revelados

> Há mais mistérios entre o céu e a terra do que sonha a sua vã filosofia.
>
> WILLIAM SHAKESPEARE (1564-1616), *Hamlet*

ÁRVORE SEM FRUTO E PLANTA CARNÍVORA

O cristianismo, em sua luta perene contra as diversas cosmovisões seculares, com frequência se vê envolvido em terríveis embates especialmente contra o materialismo ateu. Em meio a essa luta, os apologetas cristãos têm enunciado, *grosso modo*, três proposições: o ateísmo é impossível; o ateísmo é improdutivo; e o ateísmo é impiedoso.

Ao afirmarem que o ateísmo é impossível, os defensores da fé cristã não querem negar a existência óbvia de um modelo filosófico que considera mera fantasia a ideia do Ser Supremo. Ora, é claro que esse modelo existe e está aí produzindo seus efeitos na política, no direito, nas artes e na moralidade. Aliás, a concretude desse modelo é tão sólida que todos os que o professam mostram-se perfeitamente capazes de construir suas vidas com base em seus pressupostos. Nessas pessoas, ou no modo como vivem, tem-se a prova de que a descrença em Deus pode existir num formato e numa dimensão muito reais, ao ponto de gerar notáveis desdobramentos comportamentais.

O que, então, os apologetas cristãos querem dizer quando afirmam a impossibilidade do ateísmo? É simples: os teólogos

defendem que, ainda que os incrédulos sejam capazes de afirmar que não há Deus (Sl 14.1), e ainda que sejam hábeis em moldar sua conduta a essa forma de pensar, é impossível que, em seu íntimo, seja totalmente apagada a incômoda noção de Deus.

Para os mestres do cristianismo está além de toda controvérsia que um senso de divindade está presente de forma indelével na mente humana, sendo impossível que alguém o apague. Esse senso, dizem, foi infundido no coração do homem pelo próprio Deus e está tão profundamente arraigado nas entranhas da alma que o homem, de um modo ou de outro, reagirá a isso. Os selvagens e ignorantes darão vazão a essa noção através da idolatria. Já os homens cultos e orgulhosos darão mostras de sua existência por meio da tentativa constante, desesperada e inútil de suprimi-la em seu íntimo.

É o que afirma João Calvino (1509-1564), no primeiro volume de suas *Institutas*:

> Isto, sem dúvida, será sempre evidente aos que julgam com acerto: estar gravado na mente humana um senso da divindade que se não pode obliterar nunca. Mais, não somente que esta convicção de que há algum Deus é a todos ingênita de natureza, mas ainda que no íntimo encravada lhes é, como que na própria medula, *qualificada testemunha é a contumácia dos ímpios que* [...] *não conseguem, contudo, desvencilhar-se do medo de Deus*.[1]

Apologetas como Francis Schaeffer e Cornelius Van Til fazem coro com Calvino, dizendo que a maior prova de que a total descrença em Deus não pode se alojar no coração humano é o fato de os filósofos ateus viverem se debatendo na tentativa de sufocar a noção da existência de um ser supremo neles impressa.[2]

[1] Vol. 1 (III:3), p. 61. Grifo do autor.
[2] Cf. Franklin Ferreira, *Gigantes da fé*, p. 310-311.

Esses filósofos, como se sabe, se ocupam constantemente de criar argumentos ateístas às vezes muito bem elaborados. Porém, por mais intrincados, complexos e inteligentes que esses sistemas de pensamento pareçam ser, todos se revelam incapazes de silenciar o testemunho interior que dentro de cada indivíduo grita: "Deus existe!".

É assim que todo o ataque que o racionalismo moderno dirigiu contra a religião, todas as propostas anti-Deus nascidas do Iluminismo que dominou o ambiente intelectual nos séculos 17 e 18, todas as afirmações da pseudociência que reduz a realidade àquilo que é regido pelas leis naturais da física, todas as explicações materialistas acerca dos "mistérios" do universo oferecidas pelos mais renomados cientistas do mundo contemporâneo não foram capazes de alijar do coração do homem o senso de divindade. E essa noção inevitável é também universal. Mesmo o ateu mais obstinado não lhe escapa. Quando ele afirma: "Não existe Deus!", seu coração grita mais alto: "Não existem ateus!".

Os cristãos afirmam também que o ateísmo é improdutivo. Cheios de razão, os defensores do teísmo cristão perguntam: Se o ateísmo tivesse movido as ações dos homens ao longo da história, onde estariam as universidades de Paris, Oxford ou Cambridge? Na área científica sabe-se que foi a crença em Deus que estimulou as pesquisas de Kepler, Pascal e Newton.[3] Quais seriam suas contribuições para a ciência caso fossem ateus? E quanto às artes? Foi o ateísmo que produziu a bela arquitetura que ergueu as catedrais europeias? Foi o ateísmo que esteve na raiz da música erudita? Foi o ateísmo que trouxe ao mundo os quadros de da Vinci e a *Pietá* de Michelângelo?

É, contudo, no campo humanitário, que o ataque cristão contra o ateísmo se mostra mais severo. Os crentes afirmam que a

[3] James D. Kennedy, *E se Jesus não tivesse nascido?*, p. 134-135.

negação de Deus nunca gerou qualquer benefício à sociedade em geral ou aos indivíduos em particular. Segundo os expoentes do teísmo bíblico, as propostas da concepção ateísta acerca da realidade jamais incentivaram ações sociais visando o bem comum, jamais motivaram a criação de mecanismos que reduzissem a miséria e o sofrimento humano e nunca foram capazes de trazer alívio a corações cansados, socorro a vidas destruídas, restauração a famílias desfeitas ou esperança a nações em crise.

Crentes com acurada percepção dos fatos apontam para hospitais, escolas, creches, sociedades filantrópicas, casas de recuperação e outras numerosas entidades de inegável valor social, todas fundadas por religiosos ao longo dos séculos. Então, voltam-se para os ateus (que continuamente se beneficiam de todas essas entidades) e perguntam ousadamente onde estão as boas obras que sua filosofia produziu.

Nesse ponto, mais uma vez os cristãos formulam incômodas perguntas: Seria possível ver o braço ateu sustentando algo no campo social? Quantos ateus se colocaram ao lado do estadista cristão William Wilberforce na sua longa luta contra o comércio de escravos? Quantos, com o banqueiro evangélico Henry Dunant, cooperaram com a criação da Cruz Vermelha? Quantos ateus investiram seu próprio dinheiro na criação de orfanatos ou construíram lares para a acolhida de bebês abandonados? Quantos, imitando os missionários cristãos, abandonaram seus lares para viver entre povos selvagens, a fim de erradicar o infanticídio, o canibalismo e a promiscuidade entre eles?

Só nos EUA, as instituições religiosas contribuem com dezenove bilhões de dólares para o cuidado de crianças e idosos, bem como para a distribuição de alimentos entre os necessitados.[4]

[4] Dados constantes do *The Washington Times*, de 30 de março de 1990. *E se Jesus não tivesse nascido?*, em: James D. Kennedy, p. 37-38.

Com quantos dólares será que as associações de ateus contribuem para esses mesmos fins? Decididamente, dizem, se o mundo até o presente estágio tivesse sofrido apenas a influência dos ateus, a humanidade inteira estaria hoje morando em cavernas ou palhoças, escrevendo na pedra, comendo carne humana, jogando bebês e velhos doentes no esgoto e fazendo poções com sangue de javali.

Ao fazerem essas asseverações, os teístas não querem dizer que os ateus não se envolvem com obras sociais. Na verdade, eles se envolvem, sendo possível vê-los comprometidos com muitos projetos que anelam a construção de um mundo melhor. Porém, o que os teístas afirmam com convicção é que os ateus, quando realizam algo bom, não fazem isso *motivados pelo ateísmo*. O que os move eventualmente nessas direções é, em geral, o senso comum de humanidade, a natural consciência filantrópica ou a noção de responsabilidade social, estímulos que, é bom que se diga, foram plantados em todos os homens pelo próprio Deus (Rm 2.14-15). Isso porque, segundo os cristãos, é impossível que qualquer tipo de benevolência proceda da descrença em Deus. De fato, a negação de Deus é estéril no tocante à prática do bem. Por isso, o mundo jamais verá qualquer fruto de virtude pendendo da árvore do ateísmo.

Ainda no tocante à improdutividade da descrença em Deus, a ofensiva cristã algumas vezes vai além, afirmando que se o ateísmo estéril ficasse apenas inerte, deixando os crentes fazerem todo o trabalho cultural, ético e humanitário, isso não seria tão ruim. O problema, porém, se torna realmente grave porque os ateus muitas vezes se mobilizam para atrapalhar esse trabalho. Eles o caluniam, questionam os motivos que o subjazem, fazem-lhe oposição e, quando possível, até o impedem. Não suportam que a esterilidade fique apenas em seus círculos. Têm que impô-la aos outros. Isso talvez não seja muito evidente no caso do ateu comum. Porém, torna-se nítido quando o ateísmo está associado ao poder.

Um dos exemplos mais chocantes dessa verdade ocorreu na antiga União Soviética, sob o regime bolchevique ateu. Em meados de 1921 iniciou-se na região do Volga uma fome de proporções tais que nunca antes na Rússia se ouvira falar de um flagelo tão horrível. Durante vários anos a neve impediu o crescimento dos cereais, fazendo as pessoas roerem as ombreiras das portas e comerem ervas ou solas de sapato. Nos momentos de maior miséria e desespero, o canibalismo passou a ser a única opção para os infelizes habitantes daquelas terras. Pais começaram a comer a carne de seus próprios filhos!

Sensibilizada por essa angustiosa situação, a Igreja Russa, liderada pelo patriarca Thikon, criou comitês diocesanos de ajuda aos famintos, passando a angariar dinheiro. O estado ateu, porém, não podia permitir que o crédito pelo recuo da fome fosse dado à igreja. Por isso, proibiu os comitês e confiscou o dinheiro arrecadado, sem utilizá-lo no abrandamento da calamidade. O patriarca, então, entrou em contato com o papa e com o arcebispo de Cantuária, pedindo auxílio em nome dos famintos. Mais uma vez, porém, o governo interferiu, afirmando que só o poder soviético estava autorizado a entabular conversações com estrangeiros.

Depois de assim barrar a iniciativa da igreja em socorrer os miseráveis, o governo comunista ateu resolveu simular preocupação com as vítimas da tragédia. Fez isso, porém, não às próprias custas. Antes, emitiu um decreto estabelecendo o confisco de todos os valores e utensílios dos templos cristãos em favor dos famintos. Nesse ponto, o patriarca não pôde deixar de reagir e disse que a apreensão dos objetos de culto seria um grave sacrilégio. Ele acrescentou que, para evitar essa violência, estaria disposto a doar aqueles objetos, num gesto voluntário de amor cristão. Tão somente, conforme explicou, se recusava a aceitar que os bens da igreja fossem submetidos a confisco, pois isso militava contra o sentimento religioso.

Então, o estado distorceu as palavras do patriarca e iniciou uma campanha contra a igreja. No afã de lançá-la em descrédito diante do povo, passou a acusá-la caluniosamente de se recusar a ajudar os famintos e de apegar-se demasiadamente a coisas materiais! Quanto à disposição voluntária do patriarca de transformar os valores da igreja em pão, os representantes do governo ateu a desfiguraram, fazendo os jornais de Petrogrado bravejar: "Não precisamos de nenhum dos vossos sacrifícios! Nem de ter quaisquer conversações convosco! Tudo pertence ao poder e ele tomará conta do que considerar necessário". Começaram, assim, os confiscos pela força e vários religiosos que se opuseram à medida foram fuzilados. O Patriarca Thikon foi levado preso para o Mosteiro de Donsk e o povo se viu, desse modo, privado de uma de suas principais fontes de ajuda.[5]

No âmago dessa história vê-se que o ateísmo sente-se profundamente incomodado com a ideia de que a fé num Ser Supremo é capaz de produzir algum benefício social. Admiti-lo seria um baque contra o seu próprio discurso que, tradicionalmente, afirma que a crença em Deus é perniciosa e só conduz a guerras, assassinatos e desgraças. Por isso, especialmente quando desfrutam de algum grau de poder, é comum os ateus se oporem às práticas sociais e humanitárias da igreja. Em todas as épocas (e isso inclui os dias de hoje), sua inércia crônica é amiúde acompanhada por tentativas às vezes violentas de engessar os crentes, impedindo-os de praticar seus atos de misericórdia ou questionando seus motivos.

Isso conduz à terceira proposição cristã enunciada contra a cosmovisão anti-Deus: o ateísmo é impiedoso. Não é somente uma árvore sem frutos. É uma planta carnívora traiçoeira que devora seres humanos aos milhões. Geralmente o ateísmo propaga

[5] Os fatos narrados resumidamente aqui são expostos com maior exatidão em Alexandre Soljenítsin, *Arquipélago Gulag*, p. 331-340.

uma tese contrária. Diz que é a crença em Deus que gera impiedade e que essa crença, de fato, produziu os crimes mais horríveis que a humanidade já viu. Os ateus afirmam temerariamente que mais pessoas foram mortas em nome de Deus do que em todas as guerras. Como prova dessas acusações apontam para as cruzadas que a igreja católica empreendeu contra os muçulmanos durante a Idade Média, mencionam os tribunais da inquisição, recordam a Guerra dos Trinta Anos entre católicos e protestantes e alistam os diversos conflitos atuais que têm suas raízes na religião.

Os cristãos protestam dizendo que todas essas crueldades não foram praticadas por pessoas verdadeiramente religiosas. Insistem que um genuíno adepto do teísmo bíblico jamais participaria das atrocidades cometidas pelos exércitos cruzados e que seria impossível que um autêntico seguidor dos ensinos de Jesus estivesse entre os juízes do Santo Ofício. Porém, os ateus respondem que se aqueles criminosos eram ou não bons cristãos isso não vem ao caso. O fato inegável, dizem, é que todos acreditavam em Deus e, movidos por essa crença, perpetraram todas as crueldades de que temos notícia.

Realmente, os episódios sangrentos ocorridos em nome de Deus são inegáveis. Contudo, esses episódios não provam que a simples disposição de acreditar em Deus produz o mal. Antes, provam que crer em Deus *de forma errada* pode gerar resultados catastróficos. E com isso os cristãos concordam plenamente! Conforme será visto, não basta simplesmente que alguém creia na existência de um ser superior. É preciso que o homem conheça os atributos e a vontade desse ser. Do contrário, poderá agir de maneira desastrosa tentando agradar um deus imaginário. Foi precisamente isso o que ocorreu e ainda ocorre por trás dos episódios desumanos ligados à religião.

Respondendo assim às acusações dos descrentes, os que pregam a existência de Deus prosseguem e dizem que, na verdade,

o ateísmo tem cometido mais impiedades nos últimos duzentos anos do que a igreja romana foi capaz de praticar ao longo de vinte séculos de existência.

Os números, de fato, são chocantes. Tome-se como exemplo a Revolução Francesa. Nos dias da consolidação de seus objetivos, mais especificamente em 1793, a Assembleia aboliu o culto cristão, negou formalmente a existência de Deus e estabeleceu o culto da Deusa Razão. Na época, pessoas ilustres, rejeitando as doutrinas cristãs, passaram a venerar Sócrates, Marco Aurélio, Voltaire e Rousseau. Cerimônias civis tomaram o lugar das cerimônias religiosas e inúmeros decretos foram expedidos tendo como propósito suplantar a crença em Deus e descristianizar a nação.

Qual foi, porém, o resultado do domínio ateu na França revolucionária? Houve tolerância e paz? Livres da ideia de Deus, acaso os líderes revolucionários deixaram de cometer crueldades? Não. Aconteceu exatamente o contrário. Com efeito, toda a sociedade de então percebeu perplexa que qualquer pessoa que não se enquadrava nas ideias revolucionárias antiteístas era condenada à morte na guilhotina. Em breves três anos foram mortos entre dois mil e cinco mil sacerdotes católicos. Freiras e leigos também passaram pelo suplício. Isso sem falar nos que morreram dentro dos cárceres. O protestantismo sofreu tantas pressões por parte do sistema ateu que quase desapareceu do país. Sabe-se que a imensa onda de terror só passou depois que Napoleão Bonaparte chegou ao poder, em 1799[6].

O número de crimes cometidos durante a Revolução Francesa, porém, é uma ninharia se comparado ao número de assassinatos praticados pelo comunismo ateu nas últimas décadas. Mais uma vez, o governo da antiga União Soviética pode ser tomado

[6] Acerca da oposição enfrentada pela igreja francesa ao tempo da Revolução, cf. Justo L. Gonzalez, *Uma história ilustrada do cristianismo*. A era dos novos horizontes, vol. 9, p. 57-65.

como exemplo. Logo que chegaram ao poder, os soviéticos nacionalizaram todas as propriedades da igreja e tiraram a educação do seu controle. Nenhuma instrução religiosa poderia ser dada às crianças. Mães que o fizessem pegavam dez anos de prisão (às prostitutas era reservada uma pena de três anos!). Esse governo ateu, no curto período de junho de 1918 a outubro de 1919, fuzilou mais de dezesseis mil pessoas fazendo soar o prelúdio de como seriam as coisas doravante. Para uma breve comparação, note-se que no auge da inquisição espanhola (de 1420 a 1498) os tribunais do Santo Ofício enviaram à fogueira dez mil condenados, mas isso foi ao longo de oitenta anos![7]

Vê-se, assim, que o estado ateu mata muito mais e bem mais rápido do que o pior conselho eclesiástico! Prosseguindo na história da União Soviética descobre-se que Josef Stalin (1878-1953), entre 1922 e 1953, matou cerca de 20 milhões de pessoas na tentativa de estabelecer um estado anti-Deus. Se as lentes da história forem voltadas para a China de Mao Tsé Tung (1893-1976), verifica-se que, acalentando o mesmo sonho de Stalin, o ditador chinês matou 70 milhões de pessoas entre 1949 e 1976. É inevitável fazer novas comparações: segundo estimativas, o número de pessoas mortas por cristãos professos, em nome de Deus, ao longo de *dois mil anos* (incluindo as vítimas das cruzadas, da inquisição e das guerras religiosas) dificilmente chega a dezessete milhões.[8]

Isso tudo mostra que o ateísmo não produz tolerância ou paz, não podendo ser, como dizem, a melhor alternativa diante do "perigoso" teísmo. Absolutamente! O que se percebe a partir da análise dos fatos é que, ao esvaziar o céu, a ideologia ateísta acaba por transformar o homem em simples matéria, desaparecendo a base

[7] Cf. Robert Hastings Nichols, *História da igreja cristã*, p. 266-267. A fonte de algumas informações aqui expostas é Soljenítsin, *Arquipélago Gulag*, p. 47-48, 418 (inclusive nota).

[8] As estimativas são de Kennedy, *E se Jesus não tivesse nascido?*, p. 298-300.

de sua dignidade. A partir daí, cortar uma árvore ou decepar uma cabeça humana passam a ser ações equivalentes. Os líderes políticos ateus citados nos parágrafos anteriores compreenderam isso. Essa foi a razão porque cometeram crimes tão bárbaros em tão larga escala. Na raiz de seus atos estava a crença de que Deus não existe e que o homem, tendo surgido do acaso, é apenas um animal sem rabo que pode ser morto como qualquer outro bicho, sem que isso represente qualquer desvio moral.

Nos escritos de Plutarco (46-126) há a afirmação de que quando a religião se ausenta da vida dos homens, estes em nada superam os animais e, muitas vezes, se tornam até mais dignos de lástima[9]. A experiência humana mostra que ele estava certo.

Contudo, conforme dito anteriormente, crer numa divindade não é o bastante. É preciso crer no Deus verdadeiro, Criador e Redentor, que se revela na natureza, na consciência humana, na história e, especialmente, nas Escrituras. É preciso crer no Deus dos apóstolos: o Deus encarnado na pessoa de Jesus de Nazaré. E além de crer nele, é preciso conhecê-lo, saber quais são seus atributos e vontade. Isso sim livrará o homem dos perigos que advêm do ateísmo e da falsa religião.

O livre soberano

O Deus adorado e servido pelos apóstolos e profetas do Novo Testamento é absolutamente distinto do Papai Noel cósmico que os homens da presente geração criaram, seguindo as projeções de sua mente e os desejos de seu coração.

Ele é, antes de tudo, livre e soberano. É o comandante supremo do curso da história, o governante absoluto de tudo o que existe e acontece, o planejador do futuro dotado de autoridade exclusiva (At 1.7), não devendo explicações a ninguém acerca

[9] *Moralia XII*. Citado por Calvino, *As institutas ou tratado da religião cristã*. I, III:3.

dos seus atos e decisões. Por mais intrigante que seja, mesmo os atos mais iníquos e perversos resultam de sua soberana predeterminação e cumprem os seus decretos insondáveis.

Pedro ensinou isso em sua primeira carta, ao falar sobre os crentes que sofrem injustamente "de acordo com a vontade de Deus" (1Pe 4.19). E a igreja primitiva, diferente da maior parte das igrejas modernas que adotam uma concepção reducionista de Deus, revelou ter acolhido essa verdade perturbadora quando proferiu a oração registrada em Atos 4.27-28:

> De fato, Herodes e Pôncio Pilatos reuniram-se com os gentios e com o povo de Israel nesta cidade, para conspirar contra o teu santo servo Jesus, a quem ungiste. *Fizeram o que o teu poder e a tua vontade haviam decidido de antemão que acontecesse.*

Como Senhor supremo, além de fazer o que lhe apraz, Deus também não se vê obrigado a dar satisfações aos homens quando eles não se conformam com suas medidas. Isso porque sua sabedoria, conhecimento, justiça e bondade estão muito acima da limitada mente humana.

Esse é o claro ensino do apóstolo Paulo. Em Romanos, depois de afirmar que Deus endurece o coração de quem quer e usa de misericórdia com aqueles a quem soberanamente elegeu, o Apóstolo introduz a figura de um interlocutor imaginário que passa a contender com ele, dizendo que, se é assim que Deus age, então não tem o direito de queixar-se da incredulidade dos ímpios:

> Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer. Mas algum de vocês me dirá: "Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?"
>
> Romanos 9.18-19

A resposta de Paulo a esse eventual oponente (encarnado em muitos teólogos e pastores modernos) mostra quão disposto Deus está em dar satisfações aos homens acerca de suas ações:

> Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? "Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: 'Por que me fizeste assim?'." O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?
>
> Romanos 9.20-21

É verdade que os versículos que vêm a seguir (22-24) dizem que Deus age assim para mostrar sua ira, seu poder e sua glória. Porém, isso está longe de ser uma explicação que satisfaça o maculado senso de justiça das pessoas. Essa satisfação permanece, portanto, inexistente.

Vê-se, assim, que, movidos pelo Espírito Santo, os apóstolos de Cristo, quando compuseram as escrituras neotestamentárias, reconheceram a figura de um Deus cuja autoridade é plena e cuja liberdade é ilimitada, não se preocupando em expor os motivos de seus atos, mesmo quando esses mesmos atos parecem injustos e arbitrários.

Nesse aspecto, em suas relações com o ser humano, o Deus dos apóstolos se assemelha ao pai que leva seu filho ao hospital para tomar uma dolorida injeção. Assim como a criancinha não é capaz de entender como aquele que a ama pode agir de forma tão "cruel", da mesma forma, o ser humano não pode entender os atos aparentemente absurdos de um Deus que se diz poderoso, justo e bom.

Na sua imensa falta de compreensão, o homem, inconformado e perplexo como a criança que chora enquanto sua veia é perfurada, muitas vezes julgará Deus cruel, sádico e injusto. Esse julgamento, é claro, estará sempre errado, posto que advém de uma visão imatura e limitada.

Por isso, como agiu com o miserável Jó, o Senhor não se dará ao trabalho de explicar seus atos a ninguém (Jó 38.1-4s) e ainda repreenderá o homem que o censura, dizendo: "Aquele que contende com o Todo-Poderoso poderá repreendê-lo? Que responda a Deus aquele que o acusa!" (Jó 40.2).

Sim, pois as razões que movem o Rei do universo são insondáveis e infinitas. De fato, ninguém poderá discerni-las, da mesma forma como a criança não é capaz de entender os motivos do pai, por mais que ele tente mostrar ao seu filho quão corretamente está agindo ao deixar que o furem com uma agulha.

O santo inculpável

Mesmo reconhecendo que o Senhor é o controlador de tudo o que acontece (inclusive dos atos perversos da humanidade e das calamidades que lhe sobrevêm), os autores do Novo Testamento afirmam unânimes que ele é inculpável e que todos os seus decretos são justos e santos. Se Herodes e Pôncio Pilatos, com as autoridades de Israel, fizeram contra Jesus tudo o que Deus havia decidido de antemão que acontecesse (At 4.27-28), isso em nada detrata a retidão do Senhor, nem o torna culpado ou cúmplice no mal.

Foi dito anteriormente que é Deus quem endurece o coração de quem quer e usa de misericórdia com quem lhe apraz (Rm 9.18). Contudo, é preciso deixar claro que ao endurecer o coração de alguém, Deus o faz de tal forma (a nós não revelada) que não se torna culpado pela incredulidade de ninguém, nem passível de qualquer justa acusação.

O que se quer destacar aqui é que, quaisquer que sejam os atos e decretos de Deus, inclusive aqueles que causam sofrimento e que os homens julgam arbitrários e injustos, ele os realiza de maneira que sua inocência, santidade, justiça e bondade não sejam comprometidas. De fato, o Senhor é bom e inculpável em absolutamente tudo o que faz. E quando não parecer assim aos olhos humanos, os

crentes devem se lembrar do cântico celeste ouvido por João em Patmos (Ap 15.3-4) e crer com humildade em suas palavras:

> Grandes e maravilhosas são as tuas obras, Senhor Deus todo-poderoso. *Justos e verdadeiros são os teus caminhos*, ó Rei das nações. Quem não te temerá, ó Senhor? Quem não glorificará o teu nome? Pois tu somente és santo. Todas as nações virão à tua presença e te adorarão, pois os teus atos de justiça se tornaram manifestos.

Sim, os caminhos do Senhor são retos (At 13.10). Mesmo quando, em cumprimento de sua Palavra, inúmeros inocentes morrem nas mãos dos perversos (Mt 2.16-18); mesmo quando ele fecha os céus para que não chova, impedindo assim os frutos da colheita (Lc 4.25); mesmo quando ele move a terra, produzindo grandes terremotos (At 16.25-26); mesmo quando ele decreta o advento da fome, da violência, das catástrofes, das epidemias e da miséria sobre as nações (At 11.28; Ap 6.3-8; 16.18-19; 18.8) e mesmo quando ele coloca seus melhores servos para servirem de espetáculo sangrento tanto para os anjos como para os homens (1Co 4.9,11) o Senhor permanece livre de qualquer maldade.

Aliás, é preciso dizer que mesmo quando Deus não impede todas essas coisas, ainda que tenha poder infinito tanto para impedi-las como para interrompê-las (Mt 26.50-53; Mc 4.39; At 14.17) sua justiça e benignidade se mantêm ilesas. Sempre e em qualquer circunstância ele é o Deus em quem não há nem pode haver treva nenhuma (1Jo 1.5). O mal não pode tentá-lo (Tg 1.3). Nenhuma sombra de perversidade se encontra nele, pois sua santidade é completa (1Pe 1.15-16; Ap 4.8), seu amor jamais acaba e sua bondade não tem fim (Tt 3.4-5; 1Jo 4.7-8).

Um abismo insondável

O assunto tratado aqui faz surgir uma intrigante questão: se por trás de todos os eventos, inclusive do sofrimento decorrente das

injustiças, existe um Deus que preordena tudo, então que culpa têm os maus quando causam a dor a alguém? Acaso o que fizeram não estava sob a autoridade e o controle do Senhor?

A oração dos primeiros cristãos registrada em Atos 4.27-28, conforme frisado anteriormente, diz que Herodes, Pôncio Pilatos e as autoridades de Israel, quando mataram Jesus, simplesmente fizeram o que Deus havia preordenado. Além disso, sabe-se à luz de Atos 3.17-18 e 13.27-29, que aqueles homens, ao cumprir os desígnios de Deus, agiram na mais completa ignorância! Se é esse o caso, então como eles podem ser culpados pelos crimes que cometeram contra o Filho de Deus? Se eles tão somente executaram, sem saber de nada, os planos do Soberano Senhor, não seria injusto condená-los?

A resposta encontrada no Novo Testamento é simples e sem rodeios: o fato de Deus preordenar todas as coisas, inclusive o sofrimento dos justos nas mãos dos ímpios, não diminui em nada a culpa dos malfeitores! Eis aí mais um campo em que a lógica humana se vê obrigada a ceder diante da revelação divina.

É de se esperar que essa realidade seja incômoda e chocante para a mente humana, mas os escritores do Novo Testamento a apresentam com notável naturalidade, sem se preocupar em aliviar a tensão que nela existe ou em mostrar onde reside sua lógica e sentido. Eles simplesmente a afirmam e seguem em frente.

É o que faz Lucas ao relatar os eventos que ocorreram durante a última ceia. Diz ele que naquela ocasião, enquanto comia e bebia com os discípulos, o Senhor falou acerca do seu sacrifício e também acerca do Reino futuro. Depois, revelou que havia um traidor junto dele à mesa. Nessa altura, fez uma declaração intrigante: "O Filho do homem vai, como foi determinado; mas ai daquele que o trair" (Lc 22.22).

Observe-se o ensino que subjaz essas palavras: o sofrimento do Messias havia sido predeterminado por Deus, mas o homem

por meio de quem esse sofrimento viesse seria condenado à mais miserável ruína.

Mateus e Marcos, quando relataram o mesmo evento, reproduziram as palavras de Jesus de forma um pouco diferente: "O Filho do homem vai, como está escrito a seu respeito. Mas ai daquele que trai o Filho do homem! Melhor lhe seria não haver nascido" (Mt 26.24; Mc 14.21). Tanto o texto de Mateus como o de Marcos ensinam que todos os eventos ligados ao sacrifício de Cristo tinham sido preanunciados por Deus nas Escrituras. Para Mateus, não havia dúvida de que isso abrangia a traição de Judas (Mt 27.9-10).

Aliás, o próprio Jesus afirmou isso, conforme se vê no evangelho de João: "Não estou me referindo a todos vocês; conheço os que escolhi. Mas isto acontece para que se cumpra a Escritura: 'Aquele que partilhava do meu pão voltou-se contra mim'" (Jo 13.18). Posteriormente, no mesmo evangelho, Jesus reafirma esse fato em sua oração sacerdotal: "Nenhum deles se perdeu, a não ser aquele que estava destinado à perdição, para que se cumprisse a Escritura" (Jo 17.12).

O apóstolo Pedro, no seu primeiro discurso registrado no livro de Atos, também destacou que os eventos ligados à traição de Judas ocorreram em cumprimento dos antigos escritos proféticos: "Irmãos, era necessário que se cumprisse a Escritura que o Espírito Santo predisse por boca de Davi, a respeito de Judas, que serviu de guia aos que prenderam Jesus" (At 1.16).

É mais do que evidente, portanto, que, segundo o ensino que os apóstolos receberam do próprio Cristo, a traição de Judas tinha sido planejada de antemão por Deus, como mostra o texto de Lucas. Esse plano fora revelado nas Escrituras do Antigo Testamento como fica claro nos escritos de Mateus, Marcos e João, bem como no discurso de Pedro. A culpa de Judas, porém, em nada é diminuída por causa disso. Antes, permanece inalterada, e o "ai"

predito por Cristo, o veredicto pronunciado de antemão contra o traidor, perdura repleto de severidade.

Assim, conforme foi visto, os apóstolos ensinam que o Senhor, por meios a nós não revelados, permanece justo quando preordena o mal. Eles, porém, vão além e afirmam ainda que o homem, caso não se arrependa, é considerado culpado e, com justiça, condenado quando executa aquele mesmo mal que Deus preordenou (At 2.23,40).

Como conviver com isso? Como encontrar alívio para essa tensão que desafia o mais rudimentar senso de justiça? Os escritores do Novo Testamento não fornecem a solução desse paradoxo. A resposta a essa intrigante questão ficou guardada nos recônditos insondáveis da sabedoria de Deus, e ele não a quis revelar. Nesse complicado quebra-cabeças, a peça que completa a figura, unindo e dando sentido a tudo, permanece escondida no imenso abismo da mente divina.

Por isso, diante de mistérios assim, a teologia verdadeira interrompe sua caminhada. Ao chegar ao ponto em que a revelação cessa, o estudioso sério da sã doutrina não dá nem mais um passo. Se tentar seguir adiante num terreno sobre o qual a Palavra de Deus não lança luz, tudo o que disser será mero fruto da sua criatividade.

Imagine-se uma criança muito pequena tentando explicar de onde vêm os bebês sem que seus pais, por bondade e bom senso, nunca lhe tenham dado essa informação, sabendo que seu filhinho não poderia suportá-la. Como serão as explanações do menino? Ora, partindo de alguma suspeitas, seguindo noções infantis e usando muita criatividade, a criança dirá coisas tão absurdas e distantes da realidade que será impossível ouvi-la sem emitir sonoras gargalhadas. Somente outras crianças talvez a levem a sério, impressionadas com seu "conhecimento".

O teólogo que tenta explicar o que o próprio Deus, levando em conta a fragilidade humana, quis manter em sigilo, age como

aquela criança. Seus discursos nessas áreas serão um aglomerado de soluções inventadas a partir da imaginação e de algumas noções básicas de lógica.

Para piorar, ele mutilará uma doutrina bíblica aqui e outra ali para fazer tudo se encaixar perfeitamente em seu sistema teológico. Também distorcerá o sentido autêntico de algumas passagens bíblicas a fim de se livrar de dificuldades e, no fim de tudo, reunindo uma série de explicações forçadas, apresentará aos outros uma teologia repleta de erros e desvios, um modelo que talvez satisfaça um pouco as expectativas do limitado intelecto humano, mas que nem de longe será honesta com o que Deus realmente diz nas páginas das Escrituras.

Esse será o fruto da obra de quem fala onde Deus se cala. Esse será o produto derivado da obra de quem não entende que o silêncio de Deus é sábio, protetor e instrutivo, sendo certo que os filhos do Pai Celeste deveriam aprender a respeitar esse silêncio, deixando o orgulho de lado, abandonando suas divertidas piruetas hermenêuticas e dizendo, diante daquilo que o Senhor não revelou, um douto "eu não sei".

Foi assim que os grandes mestres cristãos do passado agiram. Eles aprenderam quão necessário e salutar é render-se humilhado diante dos mistérios inatingíveis que Deus guardou para si. Irineu de Lião (c. 130-c. 200) foi um deles. Ele escreveu em sua obra *Contra as heresias*:

> E se alguém não chega a encontrar a explicação de tudo o que procura, lembre-se de que é homem, infinitamente inferior a Deus, que recebeu a graça de maneira limitada, que ainda não é semelhante nem igual a seu Autor e que não pode ter a experiência e o conhecimento de todas as coisas como Deus. [10]

[10] II, 25:3.

Censurando os gnósticos que proliferavam naqueles dias na Gália e que, com mitos e fábulas, tentavam desvendar os grandes mistérios espirituais ainda ocultos, Irineu ensinou, ecoando Deuteronômio 29.29, que essas coisas devem ser deixadas para Deus. Em sua argumentação, ele destacou o absurdo de um homem tentar conhecer o número de fios de cabelo que há em sua própria cabeça (Mt 10.30)[11]. Ora, se lhe é impossível conhecer algo tão próximo de si, como pode se aventurar a desvendar os grandes mistérios que jazem no abismo da mente divina, tão fora do seu alcance?

Irineu repisa essa tese, insistindo em dizer que mesmo entre as realidades que pertencem ao universo criado, realidades que o homem pode tocar e ver, há mistérios que escapam ao conhecimento de todos. Sob a pouca luz do conhecimento científico que vigorava em seu tempo, ele escreveu:

> Que aconteceria se quiséssemos explicar as causas da cheia do Nilo? Poderíamos dizer coisas mais convincentes ou menos, mas a verdade certa e firme só Deus sabe. Nós nem sequer sabemos onde é a morada das aves que vêm aqui na primavera e partem no outono, contudo é fato que acontece neste mundo. Qual explicação poderíamos dar do fluxo e refluxo do mar, porque é evidente que esses fenômenos têm causa bem determinada. O que podemos afirmar das coisas que estão do outro lado do oceano? Ou ainda, que sabemos sobre a origem da chuva, dos relâmpagos, dos trovões, das nuvens, da neblina, dos ventos e coisas semelhantes? Onde se armazenam a neve e o granizo e coisas semelhantes? O que sabemos da composição das nuvens, na natureza da neblina? Por que a lua é ora crescente, ora minguante? Ou ainda, qual é a causa das diferenças das águas, dos metais, das pedras e coisas semelhantes? (...). Se, portanto, até nas

[11] Idem, II, 26:2; 28:9.

> coisas criadas, a ciência de algumas delas é reservada a Deus..., qual é a dificuldade em pensar que entre os problemas propostos pelas escrituras — essas escrituras que são inteiramente espirituais — alguns os resolvamos com a graça de Deus e outros os tenhamos de deixar para ele, e não somente no mundo presente, mas também no futuro, de forma que Deus seja sempre o mestre e que o homem seja sempre discípulo de Deus? [12]

Irineu recordou que até mesmo o Filho de Deus, quando perguntado acerca do grande dia da sua vinda, disse que essa informação pertencia exclusivamente ao Pai (Mt 24.36). O bispo de Lião concluiu então que, se o próprio Cristo não se envergonhou de reservar para o Pai o conhecimento desse mistério, o crente comum também não deve se envergonhar de deixar com Deus a solução de questões difíceis relativas ao mundo espiritual, uma vez que, como discípulo de Jesus, não pode se posicionar acima de seu Mestre.[13]

Ademais, de acordo com Irineu, o cristão deve acolher o ensino de Paulo segundo o qual somente o Espírito Santo perscruta as profundezas de Deus (1Co 2.10). Isso, por si só, deve levá-lo a curvar-se humilde diante da verdade de que, na presente condição, nós os crentes conhecemos apenas em parte (1Co 13.9).[14]

Agostinho de Hipona (354-430), talvez o maior teólogo de todos os tempos, também está entre os grandes mestres da igreja que ensinam o homem a se aquietar diante dos mistérios ocultos de Deus. Ele destaca, por exemplo, a intrigante questão acerca do modo como Deus administra soberanamente sua graça salvadora. Agostinho conhecia o ensino de Cristo que dizia: "... ninguém pode vir a mim, a não ser que isto lhe seja dado pelo Pai" (Jo 6.65).

[12] Idem, II, 28:2-3.
[13] Idem, II, 28:6.
[14] Idem, II, 28:7.

Por isso, ele destacou o grande mistério acerca do modo como o Senhor distribui a fé. Suas questões foram as seguintes: Por que a um é dado o coração quebrantado e o arrependimento, enquanto a outro tudo isso é negado? Por que Deus move a vontade de uma pessoa na direção da verdade, levando-a até Cristo e, ao mesmo tempo, endurece o coração de tantos outros? Agostinho diz que esse mistério é inacessível ao homem. É profundo como um abismo. Ele o chama de "a profundeza da cruz":

> Por que é dado a um, não a outro? Não me acanho em dizer: esta é a profundidade da cruz! Da profundeza não sei de que dos juízos de Deus, que não podemos perscrutar, procede tudo o que podemos. O que posso, vejo; de onde posso, não vejo, exceto que até onde vejo, isso provém de Deus. Mas, porque esse e não aquele? É muito para mim. É um abismo: a profundeza da cruz! Posso exclamar em admiração, não posso demonstrá-lo em arguição.[15]

Em outro dos seus sermões, Agostinho alude mais uma vez a forma soberana e enigmática como Deus age na salvação do pecador.

> Tu, um homem, esperas de mim uma resposta, e eu sou também apenas um homem. Portanto, ouçamos ambos aquele que diz: "Ó homem, tu quem és?" (Rm 9.20). Melhor é a ignorância fiel que o saber temerário. Busca méritos; não acharás, a não ser punição: "Oh, profundeza!" (Rm 11.33). Pedro nega; o ladrão crê: "Oh, profundeza!". Buscas tu a razão? Eu me arrecearei da profundeza. Tu arrazoas, eu me maravilharei; tu disputas, eu crerei; vejo a profundeza, ao fundo não chego. Paulo se aquietou porque achou admiração. Chama ele

[15] *Sermões* CXXXI e CLXV. PLM, vol. 38, p. 730, 905. Citado por João Calvino, *As institutas ou tratado da religião cristã* (III, 2:35), p. 46.

> inescrutáveis os juízos de Deus, e tu vieste perscrutá-los? Diz ele insondáveis os seus caminhos, e tu os esquadrinhas?[16]

Conforme se depreende da citação supra, a reação do bispo de Hipona em face da profundeza do mistério de Deus é de humildade, temor, admiração, espanto e fé. Isso tudo é o máximo a que se pode chegar diante dos impenetráveis pensamentos do Senhor. Foi por isso que o próprio Paulo, conforme recorda Agostinho, diante desse "abismo", reagiu com um apaixonado cântico de louvor e proclamou maravilhado:

> Ó profundidade da riqueza da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inescrutáveis os seus caminhos! Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro? Quem primeiro lhe deu, para que ele o recompense? Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém.
>
> Romanos 11.33-36

O mistério da unidade trina

Entre os mistérios insondáveis da fé cristã há o ensino acerca da Trindade. O cristianismo se define como uma religião monoteísta (1Co 8.4-6). A afirmação de que existe um só Deus é inegociável para os cristãos, situando-se acima de qualquer discussão. O monoteísmo pregado pela igreja, contudo, proclama uma verdade que se encontra acima da compreensão humana: O Deus único é um ser que subsiste em três pessoas. Por mais que isso aponte para uma realidade distinta daquela percebida pelos olhos da razão, não há nenhuma outra conclusão a que se possa chegar a partir da séria exegese bíblica.

[16] Idem. *Sermão* XXVII. PLM, vol. 38, p. 179-182. Citado por João Calvino. Idem, III, 23:5, p. 415.

Por causa disso, o monoteísmo cristão é diferente do encontrado em outras religiões que também professam crer numa só divindade. O Islamismo, por exemplo, crê que só existe um Deus e o chama de Alá. O deus islâmico, porém, não é trino como o Deus pregado no cristianismo. Essa é a razão pela qual não se pode dizer que tanto muçulmanos como cristãos adoram o mesmo Deus com nomes diferentes.

Também dentro do judaísmo, a fé num só Deus é ensinada com vigor e devoção (Dt 6.4). Porém, os judeus nunca puderam entender que o Deus de Abraão é tripessoal. Essa realidade, ainda que esteja presente de forma um tanto velada no Antigo Testamento, jamais foi captada, nem mesmo pelos rabinos mais dedicados ao estudo da Lei, dos Profetas e dos Salmos.

Numa passagem memorável, Jesus mostrou aos líderes judaicos de seu tempo que o Salmo 110.1 implicava na existência de mais uma pessoa divina além do Pai. Diz o texto de Mateus:

> Estando os fariseus reunidos, Jesus lhes perguntou: "O que vocês pensam a respeito do Cristo? De quem ele é filho?". "É filho de Davi", responderam eles. Ele lhes disse: "Então, como é que Davi, falando pelo Espírito, o chama 'Senhor'? Pois ele afirma: 'O Senhor disse ao meu Senhor: Senta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos debaixo de teus pés'. Se, pois, Davi o chama 'Senhor', como pode ser ele seu filho?"
>
> Mateus 22.41-45

São óbvias as conclusões a que Jesus sabiamente induzia seus oponentes ao questioná-los dessa forma: o filho de Davi, o Messias, era também seu Senhor, ou seja, era divino. Nenhuma outra razão haveria para que um rei chamasse seu próprio filho de Senhor. Esse Deus Messias, segundo o Salmo, foi exaltado por Javé, o Deus de Israel. Ora, não há como escapar da verdade fatal que

decorre disso: Javé é Deus e Senhor, mas o Messias também é. Logo, o trecho citado fala de pelo menos duas pessoas divinas. Reconhecer essa realidade seria a única forma de resolver o problema implícito no Salmo. E Jesus, talvez para sutilmente salgar um pouco mais o problema, recorda que Davi falou "pelo Espírito", outra pessoa divina.

Evidentemente, os judeus perceberam a única direção a que as perguntas de Jesus os conduziam. Pegos de surpresa, ficaram confusos e se calaram, incapazes de lidar com a ideia da pluralidade de pessoas em Deus (Mt 22.46). Aliás, que outra reação uma doutrina tão intrigante como essa poderia causar, senão o travamento do raciocínio humano? Além disso, segundo o entender daqueles mestres religiosos, o que Jesus estava colocando em jogo era o estrito monoteísmo judaico, um assunto que não estavam dispostos a colocar sobre a mesa de discussão. Sua velha tradição mesclada com sua compreensão pífia dos escritos sagrados impedia que concebessem uma forma de monoteísmo que não se harmonizasse com a ideia de um Deus solitário.

Esse monoteísmo raso dos líderes religiosos judaicos do século 1 pode ser melhor compreendido nos escritos do filósofo e exegeta judeu Filo de Alexandria (20 a.C-50 d.C.), que foi contemporâneo de Jesus e dos apóstolos. Comentando o texto de Gênesis 2.18, Filo escreveu:

> "E o Senhor Deus disse, não é bom que o homem esteja só...". Por que, ó profeta, não é bom que o homem esteja só? Porque, diz ele, estar só é bom [apenas] para aquele que deve ser só. Ora, Deus é só e existe por si mesmo, sendo um; e não existe nada semelhante a Deus. Assim, já que ficar só é bom [exclusivamente] para o único que tem real existência... não pode ser bom para o homem estar só.[17]

[17] Em: C. D. Yonge (ed.), *The works of Philo*, p. 38.

Filo oferece pelo menos mais duas possibilidades de interpretação de Gênesis 2.18, dizendo que o texto deve evocar, de algum modo, a noção da singularidade de Deus. Numa dessas possíveis interpretações, ele fala de Deus ser só no sentido de não precisar de coisa alguma, nem haver nada que possa ser colocado na mesma categoria que ele. Outra provável compreensão que Filo apresenta sobre a passagem consiste em vê-la como uma afirmação de que Deus é só no sentido de não ser composto por partes como todos os outros seres que há no universo.

O exegeta judeu, a bem da verdade, afirma expressamente que, no seu entender, a última possibilidade de interpretação por ele exposta é a melhor. Porém, é notório que na apresentação da primeira alternativa, Filo revela sua concepção de Deus como um ser não apenas singular, mas também solitário, isto é, uma divindade muito diferente do Deus cristão em cujo ser subsiste uma comunhão eterna de três pessoas que se inter-relacionam em amor, amizade e glorificação mútua.

É de posse da concepção de uma divindade trina que o cristianismo consegue explicar, por exemplo, a frase "Deus é amor" enunciada por João (1Jo 4.8). Na verdade, para os cristãos, só a doutrina da Trindade esclarece essa afirmação. Por meio dela é possível entender que Deus é amor porque ama sempre e eternamente, nunca tendo havido um momento em que começou a amar.

A doutrina da Trindade ajuda nesse ponto porque responde as seguintes questões: Como Deus poderia amar antes da criação dos anjos e do homem? Como poderia amar quando nada havia para ser amado? Uma das possíveis respostas seria que ele amava a si mesmo. Porém, o amor perfeito não é ensimesmado; não é voltado para o eu. Prova disso é que mesmo os mais desprovidos de amor, amam facilmente o próprio eu. Com efeito, o amor em sua expressão mais nobre é voltado para o "tu". Por isso, se Deus é amor e amor em total perfeição, então seu amor transborda para

alguém. Aqui retorna-se à questão: Como poderia Deus amar alguém, num tempo em que não havia ninguém além dele.

É precisamente nesse ponto que entra o conceito trinitário e, de posse dele, o cristianismo responde: Há três "alguéns" no ser único de Deus que se relacionam eternamente num intercâmbio amoroso. Nunca houve, pois um tempo em que Deus não amasse. Nunca houve um momento a partir do qual começou a amar. Antes, ele sempre amou nesse ambiente intratrinitário. Por isso, a Bíblia não afirma nem tampouco sugere que Deus *tornou-se* amor. Em vez disso, ela diz "Deus *é* amor". O amor assim o define porque ele ama desde antes da criação do tempo, quando não havia nada. O amor assim o define porque Deus sempre amou, mesmo quando não havia um "sempre" e amou com perfeição num sempre em que não havia "quando". Sendo uno e tripessoal, Deus ama em si mesmo. É nele próprio que seu amor transita eternamente, tendo, porém, o outro como objeto.

Nesse fascinante intercâmbio trinitário, a Bíblia ensina que o Pai ocupa o lugar mais elevado na hierarquia funcional que caracteriza as relações entre os três (Mc 12.32; At 1.7). Ele é a "fonte" das demais pessoas que dele advêm, seja por eterna geração, como no caso do Filho (Jo 1.14,18), seja por eterna processão, como no caso do Espírito Santo (Jo 15.26). É do Pai também que procede a glória e a autoridade do Filho (Jo 3.35; 17.1-2,5). Outrossim, foi o Pai quem concedeu ao Filho o ter vida em si mesmo (Jo 5.26), ou seja, sendo a única fonte da vida, infundiu vida independente no Filho, habilitando-o a ressuscitar os mortos e dar vida a quem ele quiser (Jo 5.21,25). O Pai também santificou o Filho, ou seja, o reservou para realizar seus propósitos e, enfim, o enviou ao mundo (Jo 10.36; 1Jo 4.14). Quando o Filho provou a morte foi o Pai que o ressuscitou (Gl 1.1). Ele também, juntamente com o Filho, é tido como agente no envio e concessão do Espírito Santo aos crentes (Lc 11.13; Jo 14.26; At 15.8).

O Filho, por sua vez, é único, não havendo ninguém gerado de Deus no sentido em que ele é gerado (Jo 1.14,18; 3.16-18; 1Jo 4.9). Ele é um com o Pai (Jo 10.30) que o ama e lhe mostra tudo o que é (Mt 11.27) e faz (Jo 5.20). Em face disso, o Filho, em completa sujeição, nada realiza por iniciativa própria, senão somente aquilo que vê o Pai fazer (Jo 5.17,19; 8.28). É assim que ele sempre age de modo que agrada o Pai (Jo 8.29), mostrando que na Trindade não há completa sujeição recíproca, mas sim uma harmoniosa hierarquia funcional que domina as relações entre as Pessoas. No tocante ao Espírito Santo, o Filho, uma vez exaltado, o recebeu do Pai e o enviou aos discípulos (At 2.33), a fim de batizá-los, habitar neles, revesti-los de poder (Lc 24.49) e capacitá-los a testemunhar (Jo 15.26; 16.15). É no Espírito que o Filho batiza os crentes, santificando-os e incluindo-os na comunidade dos salvos (Mc 1.8; Lc 3.16).

O Espírito Santo procede do Pai (Jo 15.26). Ele perscruta as profundezas de Deus e conhece a sua mente (1Co 2.10-11). Em suas relações com o Filho, o Espírito foi o agente na encarnação, agindo poderosamente no ventre de Maria (Mt 1.18-20). Ele também veio sobre Jesus por ocasião do seu batismo (Lc 3.22), deu-lhe de sua plenitude e lhe conferiu poder para a realização de seu ministério (Mt 3.16; 12.18; Lc 4.1,14; Jo 3.34). De fato, todos os atos do Filho durante a sua humilhação foram incitados pelo Espírito (Mt 4.1; Lc 10.21; Hb 9.14) e realizados com a sua força (Mt 12.18), em cumprimento da profecia de Isaías (Lc 4.17-19). Após a morte do Filho, foi o poder do Espírito que o ressuscitou dente os mortos (1Pe 3.18).

Há, portanto, muita informação nas Escrituras acerca da forma como as três pessoas da Trindade agem entre si. Porém, permanece em segredo o modo como coexistem numa mesma substância. Nos tempos da igreja antiga, os monarquianistas modalistas tentaram resolver essa questão dizendo simplesmente que Pai, Filho

e Espírito Santo não coexistem como pessoas distintas. Contra a vasta evidência bíblica, afirmaram que há somente um núcleo pessoal em Deus e que esse núcleo é o Pai. Segundo seu entender, porém, o Pai se manifesta em outros dois diferentes modos, ou seja, como Filho e como Espírito Santo. Tertuliano de Cartago († 220) combateu com facilidade o modalismo, também conhecido como sabelianismo, na obra *Contra Práxeas*, mas o problema de como coexistem as três pessoas numa única essência permaneceu.

Mais tarde, a igreja teve que lidar com teólogos que, na busca de soluções para o intrincado dilema acerca da pluralidade de pessoas em Deus, negaram tanto a divindade do Filho (como foi o caso de Ário e seus seguidores) como a do Espírito Santo (como fizeram os pneumatômacos ou macedonianos). Homens como Atanásio de Alexandria (c. 296-373), Basílio de Cesareia (330-379), Gregório de Nissa (335-395) e Gregório de Nazianzo (c. 330-390) rejeitaram essas concepções, contribuindo com seus escritos para a formação de uma ortodoxia que afirma que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são pessoas distintas, ao mesmo tempo em que são consubstanciais, conforme ficou indelevelmente gravado no Credo Niceno-Constantinopolitano, de 381.[18]

Apesar dos esforços daqueles teólogos e de outros que os sucederam ao tempo da igreja antiga, tudo o que puderam fazer foi afirmar a triunidade de Deus, sem jamais explicá-la. Agostinho (354-430), em sua obra *De Trinitate*, se dispôs, entre outras coisas, a abordar esse mistério a partir de certos fatores metafísicos que coexistem distintos no universo interior do ser humano. Porém, mesmo com as profundas contribuições do bispo de Hipona, a pergunta que ele próprio havia feito nas suas *Confissões*, sempre

[18] Para uma exposição sucinta, porém completa do debate trinitário ao tempo da igreja antiga, cf. Alderi Souza de Matos, *Fundamentos da teologia histórica*, p. 57-69.

ecoou na mente dos cristãos: "Quem poderá compreender a Trindade onipotente?".[19]

A questão de como a unidade de um Deus trino pode ser definida levou teólogos da tradição ortodoxa oriental, bem como eruditos cristãos do ocidente a desenvolver o conceito de *perichoresis*, termo grego usado a princípio por Gregório de Nazianzo e que foi empregado para descrever a unidade das pessoas da Trindade em termos de habitação mútua.

Na concepção construída a partir da ideia de *perichoresis* (ou *circumincession*, no latim), a unidade da Trindade ocorre a partir de uma forma de co-inerência, em que cada pessoa habita na outra, sem que haja qualquer grau de diminuição na personalidade delas. Desse modo, a afirmação de que há um só Deus, bem como o ensino acerca da sua tripessoalidade seriam compreendidos através da intensa unidade que existe entre as pessoas divinas e que procede dessa magnífica habitação mútua.[20]

Teólogos recentes têm demonstrado renovado interesse pelo ensino acerca da habitabilidade de Deus, especialmente porque as bases bíblicas sobre as quais se sustenta (Jo 10.38; 14.10-11; 17.21-23) requerem, de fato, profunda análise e reflexão. Contudo, é possível que a realidade da *perichoresis* levante perguntas ainda mais intrigantes, sem oferecer respostas que satisfaçam a lógica humana e provando definitivamente que há vastos campos no ser de Deus que permanecerão no escuro, sendo impossível explorá-los. A verdade, portanto, parece ser que o mistério da Trindade, ainda que revelado de forma substancial na Bíblia, há de permanecer oculto em vários aspectos, humilhando os intelectos mais brilhantes e inspirando nos crentes a adoração e reverência devidas

[19] 13:11, p. 412.

[20] Sobre o conceito de *perichoresis* e suas implicações, cf. J. Scott Horrell, *The Self-Giving Triune God, The Imago Dei And The Nature Of The Local Church.*

a um Deus cuja natureza ultrapassa infinitamente as fronteiras da mente decaída.

O Deus-Homem

A Definição de Fé de Calcedônia, elaborada em 451, encerra um mistério insondável:

> Fiéis aos santos pais, todos nós, perfeitamente unânimes, ensinamos que se deve confessar um só e mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, perfeito quanto à divindade, perfeito quanto à humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, constando de alma racional e de corpo; consubstancial, segundo a divindade, e consubstancial a nós, segundo a humanidade; em todas as coisas semelhante a nós, excetuando o pecado, gerado segundo a divindade antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da virgem Maria, mãe de Deus; um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que se deve confessar, em duas naturezas, inconfundíveis e imutáveis, inseparáveis e indivisíveis; a distinção das naturezas de modo algum é anulada pela união, mas, pelo contrário, as propriedades de cada natureza permanecem intactas, concorrendo para formar uma só pessoa e subsistência; não dividido ou separado em duas pessoas. Mas um só e mesmo Filho Unigênito, Deus Verbo, Jesus Cristo Senhor; conforme os profetas outrora a seu respeito testemunharam, e o mesmo Jesus Cristo nos ensinou e o credo dos pais nos transmitiu.[21]

Conforme se vê, os principais teólogos da metade do século 5 formularam um conceito acerca de Jesus Cristo que lhe atribui duas naturezas: a humana e a divina. Segundo a Definição de Calcedônia, Cristo não tem uma personalidade dupla. Ele é *uma*

[21] Henry Bettenson, *Documentos da igreja cristã*, p. 86.

pessoa. Contudo, ele é também, ao mesmo tempo, perfeitamente homem e perfeitamente Deus! A essa união de duas naturezas em uma só pessoa, os teólogos têm chamado de *união hipostática*.[22]

Por mais intrigante que seja esse ensino, o fato é que é perfeitamente possível embasá-lo biblicamente, sendo essa a razão principal pela qual a igreja o tem defendido ao longo dos séculos.

Com efeito, a doutrina da união hipostática é claramente ensinada nos evangelhos e nas epístolas. Considere-se, a princípio, a humanidade do Salvador. Que Cristo era perfeitamente homem, pode-se concluir a partir do fato de ele ter sido gerado no ventre de Maria, o que lhe conferiu uma ascendência humana (Lc 1.31-33; Rm 1.3). Ele também nasceu como uma criança comum (Mt 1.18; Gl 4.4) que cresceu e se desenvolveu normalmente (Lc 2.40, 52). Ao contrário do que disseram posteriormente as seitas gnósticas, Cristo tinha corpo físico e alma humana (Mt 26.12; 27.59; Lc 23.46; Jo 12.27; Rm 8.3; Hb 2.14; 1Jo 1.1). Aliás, em seu corpo ele experimentou as mesmas limitações físicas que qualquer homem conhece (Mt 21.18; Lc 22.44; Jo 4.6-7; 19.28). Essa natureza humana, é bom destacar, permaneceu em Cristo, mesmo depois de sua ascensão e glorificação (1Tm 2.5).

O ensino acerca da divindade de Jesus, por sua vez, não é, de maneira nenhuma, menos destacado nas páginas do Novo Testamento. Na verdade, os escritores bíblicos atribuem nomes divinos a Cristo (Jo 1.1,18; At 9.17; Hb 1.8; 1Jo 5.20; Ap 1.17 cf. 1.8), apresentam-no como alguém que deve ser invocado e adorado como Deus (Mt 14.33; 1Co 1.2; Hb 1.6), associam intimamente seu nome ao nome de Deus Pai (2Co 13.14; Tg 1.1), mostram que ele conhece os corações (Mt 9.4; Jo 2.24-25; Ap 2.23), que

[22] O termo grego *hypóstasis* é usado em filosofia para referir-se à essência de algo ou à realidade que a isso subjaz. Na teologia cristã, mais especificamente na expressão em pauta, o termo denota a pessoa essencial de Jesus em quem estão unidas duas naturezas distintas.

ele é onipresente (Mt 18.20; 28.20; Jo 1.48) e que ele existe antes de toda a criação (Jo 1.1; 8.58; 17.5; Cl 1.17).

Cristo também é apresentado no Novo Testamento como alguém que realiza obras que somente Deus pode realizar como, por exemplo, o perdão de pecados (Mc 2.5-12), a criação e sustentação do universo (Jo 1.3; Cl 1.15-17; Hb 1.3) e a concessão da vida eterna (Jo 10.28; 17.2). Além disso, algumas passagens relativas a Deus presentes no Antigo Testamento são entendidas como referências a Cristo pelos escritores do Novo Testamento. João, por exemplo, ensina que a visão que Isaías teve do Senhor, conforme descrita em Isaías 6.1,10, foi, na verdade, uma visão de Cristo (Jo 12.37-41). O autor de Hebreus, por sua vez, ensina que Salmos 102.24-27 que fala sobre a eternidade de Deus, se aplica a Cristo (Hb 1.10-12). Finalmente, a partir das visões que teve em Patmos, João revela que a luz que iluminará a Nova Jerusalém, prevista por Isaías como procedente do Senhor (Is 60.19-20), será, de fato, procedente de Cristo (Ap 21.23). Vê-se assim que o Senhor Deus de quem fala Isaías é precisamente o Cordeiro de quem fala João.

Além dos textos que ensinam a humanidade de Cristo e daqueles que tratam da sua divindade, há ainda passagens que mencionam as duas naturezas conjuntamente, numa clara demonstração da veracidade daquilo que os teólogos chamam de união hipostática. Observe-se alguns exemplos:

> Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de *Deus... acerca de seu Filho*, que, *como homem*, era descendente de Davi.
>
> Romanos 1.1,3

> Deles são os patriarcas, e a partir deles se traça a *linhagem humana de Cristo*, que é *Deus acima de todos*, bendito para sempre! Amém.
>
> Romanos 9.5

> Seja a atitude de vocês a mesma de Cristo Jesus, que, embora *sendo Deus*, não considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se; mas esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo, tornando-se semelhante aos homens. E, sendo encontrado *em forma humana*, humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz!
>
> Filipenses 2.5-8

> Pois em Cristo habita *corporalmente* toda a plenitude da *divindade*.
>
> Colossenses 2.9

Em que pese a vasta evidência bíblica favorável ao ensino acerca das duas naturezas, humana e divina, presentes em Cristo, essa doutrina tem sofrido ataques tanto de fora da igreja (obviamente) como de dentro dela (surpreendentemente).

Já nos tempos da igreja antiga, a perfeita divindade de Cristo foi abertamente negada pelos ebionitas e pelo presbítero Ário de Alexandria (256-336). Quanto à perfeita humanidade do Senhor, esta foi rejeitada pelos gnósticos que negavam que Cristo teve um corpo físico (docetismo) e por Apolinário de Laodiceia (c. 310-c. 390) que dizia que em Cristo, a alma humana fora substituída pelo *Logos*. Êutiques (c. 380-456), um monge de Constantinopla, também pôs em dúvida a real humanidade de Jesus ao afirmar que ele era um ser híbrido, com duas naturezas mescladas, ambas formando um *tertium quid* (terceira coisa), no qual a natureza humana foi absorvida pela divina (monofisismo).

Todas essas variações no modo de entender a pessoa de Cristo levaram os grandes teólogos do passado a formular a Definição de Fé de Calcedônia que afirmava que o Senhor era e é, tanto homem como Deus.

Se a igreja antiga teve, a seu tempo, que se ocupar com a defesa da humanidade e da divindade do Salvador, hoje, em virtude do racionalismo nascido no século 17 e do liberalismo

protestante que aflorou especialmente no século 18, os problemas enfrentados pela cristologia ortodoxa têm sido predominantemente ligados somente à negação da divindade de Jesus de Nazaré. Vale destacar, porém, que essa negação poucas vezes tem um tom áspero ou agressivo. Na verdade, a atual rejeição da divindade de Cristo é geralmente marcada pela exaltação da sua pessoa como personagem histórico singular, como um mestre que detinha inteligência ímpar e caráter sem igual, mas que, contudo, era apenas um homem e nada mais. Jesus, dizem, está longe de ser Deus. Sua magnificência é inegável, mas jamais deve ser confundida com divindade.

Talvez o mais destacado expoente moderno dessa abordagem "simpática" e "amiga" tenha sido o filósofo e historiador francês Ernest Renan (1823-1892) que em sua *Vida de Jesus* (1863), fortaleceu as bases da cristologia liberal do século 19. De fato, Renan afirma com entusiasmo que "todos os séculos proclamarão que, entre os filhos dos homens, não nasceu nenhum maior que Jesus".[23] Contudo, o cético historiador deixa claro que Cristo não passou disso: um homem especial, conforme fica claro em seu famoso livro:

> Essa pessoa sublime, que a cada dia ainda preside o destino do mundo, é digna de ser chamada divina, não nesse sentido em que Jesus absorveu todo o divino, ou lhe era idêntico, mas no sentido em que Jesus é o indivíduo que propiciou à sua espécie o maior passo em direção ao divino. A humanidade, tomada no seu todo, oferece um conjunto de seres baixos, egoístas, apenas superior aos animais naquilo em que seu egoísmo é mais refletido. Entretanto, no meio dessa vulgaridade uniforme, colunas se erguem em direção ao céu e atestam um destino mais nobre. Jesus é a mais alta dessas colunas,

[23] P. 375

> que mostram ao homem de onde ele vem e para onde deve se dirigir. Nele se condensou tudo o que há de bom e de elevado em nossa natureza.[24]

Os eloquentes elogios que Renan dirige a Jesus Cristo de modo nenhum satisfazem ou mesmo agradam o cristão de verdade. Essa perigosa forma de ataque, com aparente disposição conciliadora, nem de longe despertará a simpatia do crente preparado e maduro. Isso porque o cristão sabe que nenhum dos elogios de Renan faz o menor sentido se Jesus não for, de fato, Deus. Isso fica bastante claro no que tornou-se conhecido como o *trilema de Lewis*, um argumento popularizado por C. S. Lewis (1898-1963) para provar que se Jesus não é Deus como afirmava ser, então ele foi um louco ou um homem muito mau:

> O que tento fazer aqui é alertar cada um a não dizer a coisa mais tola que as pessoas frequentemente têm dito acerca dele: "Eu estou disposto a aceitar Jesus como um grande mestre da moral, mas eu não aceito sua alegação de ser Deus." Eis aí algo que não devemos dizer. Um homem que é simplesmente um homem e diz o tipo de coisas que Jesus disse não poderia ser um grande mestre da moral. Ele seria um lunático — no mesmo nível do homem que diz que é um ovo cozido — ou então ele seria o próprio demônio do inferno. Você tem que fazer sua escolha. Ou esse homem foi, e é, o Filho de Deus, ou era um louco ou coisa pior. Você pode fazê-lo calar como se ele fosse um tolo, você pode cuspir nele e matá-lo como se ele fosse alguém muito perverso ou você pode cair a seus pés e chamá-lo Senhor e Deus, mas não me venha com esse paternalismo estúpido sobre ele ter sido um grande mestre. Ele não nos deixou essa opção. Ele sequer teve essa intenção... Quanto a mim, parece óbvio que ele não era

[24] Idem, p. 374.

> nem lunático, nem perverso e, consequentemente, por mais estranho, chocante e questionável que pareça, eu tenho aceito a visão de que ele era e é Deus.[25]

O trilema de Lewis faz todo sentido. De fato, alguém que afirma perdoar pecados (Mt 9.2), alguém que alega existir desde a antiguidade (Jo 8.56-58), alguém que diz que vai voltar no fim dos tempos para julgar o mundo (Mt 7.22-23), enfim, alguém que faz declarações desse tipo, como Jesus fez, ou é doente mental, ou é o maior mentiroso e enganador que a história humana já conheceu ou é Deus mesmo revelado em figura humana. Juntamente com Lewis, os cristãos acolhem a terceira opção e desprezam os elogios de Renan como uma imensa tolice.

Os crentes, porém, não desprezam os elogios de Renan somente porque lhes falta sentido. Eles também os desprezam porque, se Jesus não é Deus, então nenhuma das suas supostas virtudes têm importância. A Bíblia ensina que o maior problema do homem é a condenação que advém do pecado. Ora, para livrar-se dessa grande desgraça não basta ao homem um bom exemplo. A humanidade precisa, isto sim, de um Redentor onipotente. Se Jesus não é isso, então ele será de muito pouca serventia para o gênero humano. Atanásio de Alexandria (296-373) afirmou com razão que se Cristo não for divino, então a igreja é culpada não só de praticar a mais tosca idolatria, adorando um homem comum, mas também de atribuir o poder de salvar a uma criatura, quando somente Deus pode salvar o pecador.

Atanásio de Alexandria percebeu, assim, que a divindade de Cristo é essencial para a salvação. Na Idade Média, quem afirmou essa verdade com notável aptidão foi Anselmo de Cantuária (1033-1109), um dos fundadores do escolasticismo medieval. É

[25] *Mere Christianity*, p. 54-56. Tradução do autor.

dele o mais perspicaz argumento já construído acerca da necessidade da união hipostática. Na sua obra *Cur Deus homo?* (Por que Deus se fez homem?), Anselmo apresentou uma teoria da expiação que dizia que a figura de um Deus-Homem era a única solução possível para que o sacrifício expiatório fosse, ao mesmo tempo, justo e satisfatório. Anselmo explica que a culpa do pecado era do homem, logo somente o homem devia pagá-la. Por outro lado, a culpa, dada a sua gravidade, requeria uma satisfação imensa, do tipo que só Deus poderia realizar. Então, a solução graciosa suprida por Deus foi o oferecimento de alguém que era perfeitamente Deus e perfeitamente homem. Eis as palavras do próprio Anselmo:

> A satisfação deve ser proporcional ao pecado... Portanto, ninguém pode prestar essa satisfação exceto Deus mesmo. De outro lado, ninguém deve fazê-lo senão o homem... E se só Deus *pode* e só o homem *deve* fazer essa satisfação, então necessariamente deve fazê-lo quem seja ao mesmo tempo Deus e Homem.[26]

Como se vê, se Cristo não fosse Deus-Homem, não poderia substituir o homem, nem satisfazer a Deus. Daí a importância principal da doutrina da união hipostática, mesmo com todas as perguntas e dúvidas que ela faz surgir.

A história do pensamento cristão mostra que o debate ligado à união hipostática tem desdobramentos sérios e inesperados, o que o torna ainda mais rico e fascinante. Obviamente, esta seção está muito longe de expor todas as facetas, argumentos e conclusões ligados a esse tema na forma como ele ocupou a mente dos teólogos ao longo dos séculos. Que todo esse tesouro de ideias é importante, ninguém em perfeito juízo poderá negar, pois trata-se

[26] I:20; II:6.

de reflexões que protegem a sã doutrina, fortalecem a fé dos salvos e servem de apoio na tarefa de propagação do evangelho.

É bom lembrar, porém, que em meio a todos esses raciocínios acumulados no decorrer das eras, a pessoa de Cristo, no que diz respeito à existência conjunta de suas duas naturezas, permanece envolta em mistério. Trata-se de mais uma verdade bíblica que desafia a lógica humana e, por isso, é correto dizer que a fé no Salvador não é mero resultado de raciocínios bem elaborados. Antes, é fruto da ação de Deus no coração do homem.

Aliás, foi precisamente isso que o próprio Jesus ensinou no primeiro debate cristológico da história, registrado em Mateus 16.13-17. Na ocasião, o Mestre perguntou aos discípulos: "Quem os outros dizem que o Filho do homem é?". Uma pequena avalanche de hipóteses foi apresentada, sem que ninguém se dispusesse a se comprometer com nenhuma delas. Então, quando Jesus perguntou aos discípulos qual era a opinião pessoal deles, Pedro respondeu: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo".

Curiosamente, a formulação de Pedro destacou precisamente as duas naturezas de Jesus. Ao dizer que ele era o Cristo, evocou a noção de sua humanidade, pois o Messias havia de ser descendente de Davi (Mt 22.42). Por outro lado, ao dizer que ele era o Filho de Deus, afirmou sua divindade, pois essa expressão significava que Jesus era igual a Deus (Jo 5.18).

Como Pedro pôde formular uma resposta tão ortodoxa, sem jamais ter estudado a história dos grandes concílios ecumênicos ou mesmo os escritos dos grandes Pais da Igreja? Jesus explicou como isso foi possível ao dirigir a Pedro as seguintes palavras: "Feliz é você, Simão, filho de Jonas! Porque isto não lhe foi revelado por carne ou sangue, mas por meu Pai que está nos céus." Vê-se assim que a fé no mistério é engendrada pela graça e não pelo debate. Como disse o convertido Blaise Pascal, quando falou da confiança robusta e simples que permeia a alma dos singelos

homens de Deus: "O coração [de quem crê] tem razões que a própria razão desconhece".

Perguntas para recapitulação

1. Em sua opinião, o fato de alguém crer que Deus existe é garantia de uma vida de retidão?
2. Quais prejuízos o ateísmo tem causado à sociedade pós-moderna?
3. Como a doutrina da Trindade pode estimular o crente a viver de acordo com a vontade de Deus?
4. O *trilema de Lewis* é, de fato, imbatível? Dê sua opinião.
5. Com a ajuda dos argumentos de Anselmo de Cantuária, mostre a necessidade da união hipostática.

Conclusão

O adorno de todos os mistérios

> Nós desvendamos o mistério do átomo e rejeitamos o Sermão do Monte.
>
> OMAR BRADLEY, *Discurso.*

O HOMEM QUE VIAJA ATENTO PELA longa estrada do estudo bíblico não poderá deixar de notar na paisagem o majestoso castelo dos mistérios de Deus. Maravilhado com sua beleza, porém, o viajante talvez não perceba que esse castelo está encravado numa enorme rocha, uma montanha que sustenta suas muralhas e torres e que o supera em antiguidade e grandeza. Essa rocha elevada, ampla e imensa é o infinito amor de Deus.

Foi sobre as bases do amor de Deus que os mistérios da doutrina cristã foram construídos. Sim, movido pelo anelo de promover a felicidade completa daqueles por quem sempre nutriu pujante afeição, o Senhor trouxe à luz verdades que outrora guardara consigo. Portanto, é sobre o alicerce do amor de Deus pelo homem que estão firmados os mistérios do Reino, os mistérios da salvação, os mistérios da comunidade da fé, os mistérios do porvir e até os mistérios que, conhecendo os estreitos limites da mente humana, o Senhor decidiu deixar envoltos em névoa, impedindo sua completa apreensão.

Assim, é certo dizer que o verdadeiro fundamento da teologia do Novo Testamento não é precisamente o conjunto de mistérios trazidos à luz pela pena dos apóstolos e profetas a quem o Espírito

Santo falou no século 1. O verdadeiro fundamento de toda a teologia é, isto sim, o amor perpétuo de um Deus que revelou ao ser humano seus propósitos e vontade, saindo das sombras do mistério a fim de tirar as pessoas das sombras da ignorância e do medo.

É por isso que quando visita o castelo dos mistérios de Deus, o crente experimenta as mais sublimes sensações. Em seus salões ele come, bebe, dança e se alegra. Diante de suas paredes, ele observa fascinado quadros enormes com figuras que não compreende, mas sabe serem a silhueta de realidades que o coração humano nunca poderia imaginar. Também do alto de suas torres, ele contempla cheio de consolo e esperança, horizontes que um dia vai alcançar e ir além. É assim que, em todas essas coisas, se apraz o crente que visita o castelo dos mistérios de Deus.

Nessa festa, porém, ele deve cuidar para não se distrair e abandonar longe, em algum canto da memória, a rocha sobre a qual o castelo está. Do contrário, encantado com a beleza e profundidade dos mistérios, deixará de lado a importância do amor. Então, terá a mente de um cristão, mas não a alma de um irmão; terá o conhecimento de um teólogo, mas não o cuidado de um pastor.

Ora, essa será uma falha terrível porque sendo o amor a causa da existência e da manifestação de todos os mistérios expostos nas Escrituras Sagradas é precisamente no amor que Deus se deleita, muito mais do que no conhecimento. É verdade que o Senhor se alegra quando alguém estuda seus segredos desvendados, mas é no homem que reflete a beleza do seu afeto que ele tem todo o seu prazer. Com efeito, para Deus há mais grandeza e utilidade no crente que ama do que no crente que sabe.

Por isso, o cristão completo não é aquele que somente conhece o castelo, mas sim aquele que, visitando o castelo, também percebe ali a importância e a força da montanha. Esse homem, tocado pela percepção do todo, não apenas proclamará os mistérios, mas também praticará o amor, realizando, assim, a obra de Deus de forma sábia e completa.

Neste livro os mistérios de Deus foram expostos de forma breve e resumida e o crente fará bem em estudá-los mais a fundo a fim de que amadureça em sua vida cristã através do conhecimento da verdade revelada. E não somente isso. O crente também precisa conhecer os mistérios de Deus para se proteger de perigos, pois, segundo Paulo, há uma forma de mistério que não pode ser classificada entre aqueles que foram manifestos por Deus aos seus apóstolos e profetas. Trata-se do "mistério da iniquidade", mencionado em 2 Tessalonicenses 2.7.

Não é difícil entender o significado dessa expressão. Se os mistérios de Deus são as verdades ocultas de outras gerações que foram reveladas pelo Espírito Santo aos apóstolos e profetas do Novo Testamento, o mistério da iniquidade é, por sua vez, a manifestação de toda doutrina que nega essas santas verdades ou se opõe a elas. Como se sabe, desde os tempos dos apóstolos até hoje, essa negação é feita ousada e abertamente pelos falsos mestres, os inúmeros anticristos que, energizados por espíritos malignos (Ef 2.2), saem pelo mundo afora ensinando heresias (1Jo 2.18; 4.3; 2Jo 7).

Ora, quando a graça é ausente, o erro grassa na mente. Por isso, o trabalho desses falsos apóstolos (2Co 11.13; Ap 2.2) prospera com muitos seguidores (1Tm 4.1; 2Tm 4.3-4; 2Pe 2.1-3) e prosperará ainda mais no futuro (Mt 24.5,11), especialmente quando o último e maior Anticristo se manifestar, com vários sinais e prodígios enganadores (2Ts 2.9-12). Sabendo, pois, que esse satânico e crescente mistério "já está em ação", o crente deve se munir do conhecimento completo da verdade, a fim de não oscilar nem por um momento sequer quando o vento da falsidade soprar (Ef 4.14).

Porém, mesmo quando estiver se preparando para os dias mais difíceis de batalha, fortalecendo-se com o conhecimento mais profundo das doutrinas cristãs, o soldado do Reino deve manter acesa em sua mente a realidade de que sem o amor de Deus

não haveria mistérios revelados. A partir daí, reconhecendo a importância desse amor, deve também crescer nele, suplicar pela bênção de nutri-lo, imitá-lo na medida de suas forças, fazendo-o transbordar sobre os perdidos e sobre os seus irmãos.

O crente não pode, portanto, se embriagar no conhecimento ao ponto de esquecer a simpatia e o afeto; não pode fixar os olhos no sol da teologia ao ponto de não poder mais enxergar a miséria dos perdidos ou a preciosidade de seus irmãos, aqueles pequeninos sóis que Jesus chamou de "luz do mundo". Se agir assim cometerá o erro dos teólogos que tiveram sucesso na vida acadêmica, mas fracassaram no serviço do Reino. Pois ainda que o amor desprovido do conhecimento dos mistérios seja mera afeição natural, ingênua, tola e fadada ao erro, a verdade é que a posse dos mistérios sem a prática do amor é coisa muito pior, pois não passa de domínio vão, que torna a obra do crente vazia de relevância e, de certa maneira, reduz o homem a nada.

> Ainda que eu tenha o dom de profecia e saiba todos os mistérios... se não tiver amor, nada serei.
>
> 1Coríntios 13.2

Soli Deo gloria

Referências bibliográficas

AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. São Paulo: Paulus, 1997.

ARICHEA, D. C.; NIDA, E. A. *A handbook on the first letter from Peter*. UBS handbook series. New York: United Bible Societies, 1994.

BETTENSON, Henry. (ed.). *Documentos da igreja cristã*. São Paulo: JUERP/ASTE, 1983.

BRATCHER, R. G.; NIDA, E. A. *A translator's handbook on Paul's letter to the Ephesians*. UBS handbook series. New York: United Bible Societies, 1995.

BRUCE, F. F. *Romanos: Introdução e Comentário*. Série Cultura Bíblica. São Paulo: Mundo Cristão e Vida Nova, 1981.

CALVINO, João. *As institutas ou tratado da religião cristã*. 3 vols. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

DIPROSE, Ronald E. *Israel and the church: the origin and effects of replacement theology*. Waynesboro, GA: Authentic Media, 2004.

DUNN, J. D. G. *The Epistles to the Colossians and to Philemon: a commentary on the Greek text*. Carlisle: Paternoster; Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1996.

ELWELL, Walter A. (ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da igreja cristã*. 3 vols. São Paulo: Vida Nova, 1990.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História eclesiástica*. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 2008.

FERREIRA, Franklin. *Gigantes da fé: espiritualidade e teologia na igreja cristã*. São Paulo: Vida, 2006.

FRANGIOTTI, Roque (ed.). *Padres apologistas*. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 1995.

Gentry, Kenneth L. *Pós-milenismo: um resumo*. Disponível em: <www.monergismo.com>.

Gibbon, Edward. *History of Christianity*. New York: Peter Eckler Publishing Company, 1916.

Godet, F. L.; Shalders, E. W.; Cusin, M. D. *A commentary on the gospel of St. Luke*. New York: I. K. Funk & Co., 1881.

Gomes, Cirilo F. *Antologia dos Santos Padres*. São Paulo: Paulinas, 1985.

Gonzalez, Justo L. *Uma história ilustrada do cristianismo*. 10 vols. São Paulo: Vida Nova, 1987.

_____. *Uma história do pensamento cristão*. 3 vols. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

Granconato, Marcos. *Eles falaram sobre o inferno*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

Gundry, Robert H. *Panorama do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1981.

Hodge, Charles. *Systematic theology*. Oak Harbor, WA: Logos Research Systems, Inc., 1997.

Horrell, J. Scott. *The Self-Giving Triune God, The Imago Dei And The Nature Of The Local Church: An Ontology Of Mission*. Disponível em: <www.bible.org>.

Irineu de Lião. *Contra as heresias*. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 1995.

Josefo, Flávio. *História dos hebreus*. São Paulo: CPAD, 2009.

Kennedy, James D. *E se Jesus não tivesse nascido?* São Paulo: Vida, 2003.

Knight, G. W. *The Pastoral Epistle: A commentary on the Greek text*. Carlisle: Paternoster; Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1992.

Lewis, C. S. *Mere Christianity*. London: Collins, 1952.

Matos, Alderi Souza de. *Fundamentos da teologia histórica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.

McLaren, Brian. *Uma ortodoxia generosa: a igreja em tempos de pós-modernidade*. Brasília: Palavra, 2007.

Melick, R. R. *The New American Commentary: Philippians, Colossians, Philemon*. Logos Library System. Nashville: Broadman & Holman Publishers, 2001.

Metzger, B. M. *A textual commentary on the Greek New Testament*. London; New York: United Bible Societies, 1994.

Mounce, R. H. *The New American Commentary: Romans*. Logos Library System. Nashville: Broadman & Holman Publishers, 2001.

Nichols, Robert Hastings. *História da igreja cristã*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

Nietzsche, Friedrich W. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Escala, s/d.

_____. *Assim falava Zaratustra*. São Paulo: Escala, s/d.

Page, T. E. *The Acts of the Apostles: Explanatory notes on the Greek text*. Londres: Macmillan, 1886.

Renan, Ernest. *Vida de Jesus*. São Paulo: Martin Claret, 2000.

Roberts, A.; Donaldson, J.; Coxe, A. C. (eds.) *The Ante-Nicene Fathers. Translations of the writings of the Fathers down to A.D. 325*. New York: Christian Literature Company, 1885; Logos Research Systems: Oak Harbor, 1997.

Ryrie, Charles C. *Teologia básica ao alcance de todos*. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

Schaff, P.; Wace, H. (eds.). *A Select Library of the Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. New York: Christian Literature Company, 1892.

Schaff, Philip. *History of the Christian Church*. Grand Rapids: Eerdmans, 1987.

_____. *The Nicene and Post-Nicene Fathers*. Second Series. Oak Harbor: Logos Research Systems, 1997.

Showers, Renald E. *There really is a difference: a comparison of Covenant and Dispensational theology*. Bellmawr, NJ: The Friends of Israel Gospel Ministry, 1990.

Soljenítsin, Alexandre. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.

Spence-Jones, H. D. M. (ed.). *The Pulpit Commentary*. Bellingham, WA: Logos Research Systems, 2004.

Suetônio. *A vida dos doze césares*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

Stein, Robert H. *The New American Commentary*. Logos Library System. Nashville: Broadman & Holman Publisher, 2001.

Tenney, Merrill C. *O Novo Testamento: sua origem e análise*. São Paulo: Vida Nova, 1984.

Weber, Stuart K. *Holman New Testament Commentary*. Nashville: Broadman & Holman Publishers, 2000.

Whitehead, Alfred North. *Process and Reality*. New York: Free Press, 1979.

Yonge, C. D. (ed.). *The works of Philo: Complete and unabridged*. Peabody: Hendrickson, 1996.

Zodhiates, Spiros (ed.). *The complete word study dictionary: New Testament*. Chattanooga: AMG Publishers, 1993.

Sobre o autor

MARCOS GRANCONATO É PASTOR titular da Igreja Batista Redenção em São Paulo. Formou-se em Teologia no Seminário Bíblico Palavra da Vida. É graduado em Direito pela Universidade São Francisco de Bragança Paulista e mestre em Teologia Histórica pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

Conheça outras obras da coleção

Fundamentos da teologia

- *Fundamentos da teologia do Antigo Testamento* – Thomas Tronco
- *Fundamentos da teologia bíblica* – Valtair Miranda
- *Fundamentos da teologia escatológica* – Edson Lopes
- *Fundamentos da teologia da educação cristã* – Edson Lopes
- *Fundamentos da teologia histórica* – Alderi Souza de Matos
- *Fundamentos da teologia da igreja* – Carlos Caldas
- *Fundamentos da teologia pastoral* – Edson Lopes, Nívea Lopes, Pérsio Gomes de Deus
- *Fundamentos da teologia prática* – Júlio Zabatiero
- *Fundamentos da teologia reformada* – Hermisten Maia
- *Fundamentos da teologia da salvação* – Edson Lopes
- *Fundamentos da teologia da vida cristã* – Marcos Granconato

Todo cristão que deseja viver de forma plena a sua fé precisa conhecer a Bíblia, a revelação escrita e específica de Deus para a humanidade. Mas não basta tomar conhecimento das Sagradas Letras, é preciso entendê-las, compreender o que significam seus ensinamentos e as verdades que nos transmitem. Em outras palavras, os alicerces do cristianismo.

Fundamentos da Teologia do Novo Testamento esmiúça, como nenhum outro livro, os principais aspectos da nova aliança de Deus com o homem. Esta obra explica a importância e a necessidade de divulgação dos fundamentos teológicos sobre os quais a igreja edifica seus ensinos e suas práticas, os situa historicamente e destrincha cada uma das doutrinas que compõem a essência do evangelho. É um livro que trata de assuntos milenares com uma aplicação clara e objetiva para os nossos dias.

Prepare-se para desvendar os principais mistérios da sã doutrina bíblica e descobrir como cumprir os deveres próprios do cidadão do céu, como o serviço, a piedade e, especialmente, o amor.

Marcos Granconato é pastor titular da Igreja Batista Redenção em São Paulo. Formou-se em teologia no Seminário Bíblico Palavra da Vida. É graduado em direito pela Universidade São Francisco de Bragança Paulista e mestre em teologia histórica pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper.

MC
mundocristão